



# DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE NOVEMBRO DE 1999

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João António Gonçalves do Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
José de Almeida Cesário  
António João Rodeia Machado  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n<sup>o</sup> 7 a 9/VIII, das apreciações parlamentares n<sup>o</sup> 1 e 2/VIII, do projecto de deliberação n<sup>o</sup> 3/VIII e do projecto de resolução n<sup>o</sup> 2/VIII

Foi aprovado um parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes relativa à substituição de um Deputado do PSD

Em interpelação à Mesa, o Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP) chamou a atenção da Assembleia para a necessidade de debater com urgência a questão da pesca portuguesa na costa de Marrocos, no que foi secundado pelos Srs Deputados Rui Rio (PSD), António Martinho (PS) e Lino de Carvalho (PCP), que também anunciou que o seu partido pedira já a marcação de um debate de urgência sobre o assunto

Igualmente em interpelação à Mesa, a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro (Os Verdes) revelou à Câmara ter descoberto nas casas de banho do Palácio de São Bento inscrições com mensagens do «Orgulho Branco», apelando ao ódio e à violência racial, para o que solicitou a intervenção do Sr Presidente

Em declaração política, o Sr Deputado José Luis Arnaut (PSD), dando como exemplos as recentes demissões de duas personalidades nomeadas pelo anterior governo, condenou o domínio do aparelho do Estado pelo Partido Socialista. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Jose Barros Moura (PS) — que também exerceu o direito de defesa da honra —, Manuel Queiró (CDS-PP) e João Amaral (PCP)

Ainda em declaração política, o Sr Deputado Francisco Louçã (BE) teceu comentários e fez propostas sobre medidas para evitar a fraude fiscal, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento do Sr Deputado Francisco Torres (PS)

Foi aprovado o voto n<sup>o</sup> 3/VII — De congratulação pelo 10º aniversário da queda do Muro de Berlim, apresentado pelo CDS-PP Usaram da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Basílio Horta (CDS-PP), Matos Correia (PSD), Medeiros Ferreira (PS), Octávio Teixeira (PCP), Paulo Portas (CDS-PP), Luís Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes) e Manuel Queiró (CDS-PP)

**Ordem do dia.** — Foi aprovado o projecto de resolução n<sup>o</sup> 2/VIII — Altera o artigo 36º do Regimento da Assembleia da República (PS, PSD, CDS-PP, PCP, Os Verdes e BE) e o projecto de deliberação n<sup>o</sup> 3/VIII — Constituição e composição das comissões especializadas permanentes (PAR)

Procedeu-se ao debate do projecto de resolução n<sup>o</sup> 1/VIII — Sobre a baixa das tarifas de electricidade (PCP), tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Lino de Carvalho (PCP), José Penedos (PS), Hugo Velosa (PSD), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP) e Isabel Castro (Os Verdes)

Foi apreciada a petição n<sup>o</sup> 132/VII (3º), apresentada pelo Movimento pela Maternidade, solicitando a inclusão de um serviço de obstetrícia-bloco de partos no novo Hospital Distrital de Santiago do Cacém, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Joaquim Matias (PCP), Aires de Carvalho (PS), Lucília Ferra (PSD), Luís Fazenda (BE), Heloisa Apolónia (Os Verdes) e Rosado Fernandes (CDS-PP)

Foi também apreciada a petição n<sup>o</sup> 133/VII (3º), apresentada pelo Movimento por uma nova Faculdade de Arquitectura, apelando para a gravidade da actual situação da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Intervieram os Srs Deputados Manuel Ricardo de Almeida (PSD) — que também respondeu a um pedido de defesa da honra da Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta (PS) —, Luisa Mesquita (PCP), Ana Catarina Mendonça (PS), Heloisa Apolónia (Os Verdes), Francisco Louçã (BE) e Manuel Queiró (CDS-PP)

Foi igualmente apreciada a petição nº 150/VII (4º), apresentada pelo Movimento de Restauração do concelho de Canas de Senhorim, solicitando a restauração deste concelho, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs Deputados José Cesario (PSD), Joaquim Matias (PCP), Luís Fazenda (BE), José Junqueiro (PS), Silvio Rui Cervan e Basílio Horta (CDS-PP)

Finalmente, a Câmara apreciou a petição nº 164/VII (4º), apresentada pela Associação de Estudantes do In-

stituto Superior de Tecnologias da Saúde, solicitando que se adoptem medidas que permitam resolver a grave crise que atravessa o Instituto Superior de Tecnologias da Saúde (ISTS) de Lisboa. Produziram intervenções os Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP), Jose Cesario (PSD), Natalina Moura (PS), Francisco Louçã (BE) e Silvio Rui Cervan (CDS-PP)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 15 horas e 30 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Carmo Saleiro  
 António Manuel Dias Baptista  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos Manuel Luís  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Fernando Ribeiro Moniz  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Barbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José da Conceição Saraiva

José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Manuel Carvalho Carito  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Luísa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginetas Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Victor Brito de Moura  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António d'Orey Capucho  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos

Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando José da Costa  
 Fernando Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Francisco Baptista Tavares  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 Jaime Carlos Marta Soares  
 João Eduardo Gurmarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreria do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Comunista Português (PCP):**

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado

Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):**

António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 José Augusto Meleiro Rodrigues  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís José de Mello e Castro Guedes  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)**

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**Bloco de Esquerda (BE)**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr Presidente — Srs Deputados, O Sr. Secretário vai dar conta do expediente que deu entrada na Mesa

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projecto de lei n.º 7/VIII, da iniciativa do Sr. Deputado Paulo Portas e outros, do Partido Popular, que cria as bases do Sistema Nacional de Segurança Social, que baixará à Comissão que venha a suceder à 8.ª Comissão em razão da matéria; projecto de lei n.º 8/VIII, da iniciativa do Sr. Deputado Ribeiro e Castro e outros, do Partido Popular, que altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro (Lei de Protecção dos Animais), e revoga o Decreto n.º 15 355, de 11 de Abril de 1928, que baixará às comissões que venham a suceder às 1.ª e 10.ª Comissões em razão da matéria; projecto de lei n.º 9/VIII, da iniciativa do Sr. Deputado Paulo Portas e outros, do Partido Popular, que revoga as leis da regionalização, que baixará às comissões que venham a suceder às 1.ª e 4.ª Comissões em razão da matéria, apreciação parlamentar n.º 1/VIII, da iniciativa do Sr. Deputado Lino de Carvalho e outros, do Partido Comunista Português, que visa à apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 332/99, de 20 de Agosto, que cria os Conselhos Económicos e Sociais Regionais; apreciação parlamentar n.º 1/VIII, da iniciativa do Sr. Deputado Lino de Carvalho e

outros do Partido Comunista Português, que visa à apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 376/99, de 21 de Setembro, que «Cria a Administração Geral Tributária», projecto de deliberação n.º 3/VIII, apresentado pelo Sr Presidente da Assembleia da República sobre a constituição e composição das Comissões Especializadas Permanentes, projecto de resolução n.º 2/VIII, apresentado por todos os grupos parlamentares, que altera o artigo 36.º do Regimento da Assembleia da República

Temos também presente na Mesa um relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes que importa desde já aprovar e que é do seguinte teor

Em reunião da Comissão Eventual de Verificação de Poderes, realizada no dia 11 de Novembro de 1999, pelas 14 horas e 30 minutos, foi observada a seguinte substituição de Deputado José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, do círculo eleitoral de Viseu, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, substituído por Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida

O parecer vai no sentido de que a substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais

**O Sr Presidente.** — Está em discussão

*Pausa*

Não havendo pedidos de palavra, vamos passar à votação do parecer

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Sr Presidente, era para, através de V. Ex.º, poder obter algumas respostas, em data anterior à dos contactos que temos marcados com os nossos eleitores, sobre um assunto que está a inquietar o sector das pescas, em Portugal – como, hoje, abundantemente, foi notícia –, e que nos preocupa de sobremaneira conforme pode ser provado por intervenções em diversas sedes institucionais

Trata-se de um assunto que o Governo ainda não esclareceu e temo que o debate de urgência, já solicitado, chegue tarde. Pergunto o seguinte: por que é que a União Europeia pediu mandato para negociar com Marrocos só em Outubro quando o Acordo expira em Novembro? Por que é que a primeira sessão de negociações entre a União Europeia e Marrocos está marcada para o final de Dezembro, altura em que, depois de ter passado um mês sobre essa sessão, os pescadores já estarão sem salário? Por que é que o pedido português de indemnização, ou de subsídio para não trabalhar, é inferior ao dos espanhóis? Pergunto ainda quanto mais tempo é que o Governo de Portugal continuará a entender que a boa política de pescas é pedir subsídios para que os pescadores não possam pescar e os armadores não possam ter direito ao seu negócio?

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Sr Deputado, o mais próprio seria, talvez, V. Ex.º dirigir um requerimento ao Governo e que eu teria muito gosto em encaminhar para obter uma resposta urgente

Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio

**O Sr Rui Rio (PSD)** — Sr. Presidente, é só para dizer que o PSD também já pediu um debate de urgência sobre esta matéria

Trata-se de uma matéria que nos preocupa e relativamente à qual, entre outros aspectos, não compreendemos alguma inacção do Governo português estão em causa 42 embarcações

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Não são 42, são 51!

**O Orador** — e, fundamentalmente, o salário de cerca de 1000 pessoas. É, pois, uma matéria socialmente pesada, sobre a qual o Governo vai ter de vir aqui responder

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho

**O Sr António Martinho (PS)** — Sr. Presidente, Srs Deputados A minha interpelação é semelhante às dos Srs Deputados que me antecederam

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dará a sua concordância a este debate de urgência. No entanto, é bom frisar que esta questão não pode ser tratada com demagogia como, pelos vistos, está a ser pensada por alguns dos Srs Deputados. É incorrecto afirmar-se que o pedido de subsídio ou compensação que o Governo português está a fazer seja inferior ao de Espanha, porque, neste momento, ainda não há montante de compensação, ainda está a ser estudado em Bruxelas.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Não?

**O Orador** — O Sr Deputado Paulo Portas, que tem alguma experiência no Parlamento Europeu até é capaz de saber o que se passa com essa questão.

Relativamente à inacção que o Sr Deputado Rui Rio referiu existir por parte do Governo, digo-lhe o seguinte: o Governo português não pode ser acusado de inacção porquanto já no Conselho de Ministros de 10 de Junho de 1999 sobre pescas foi suscitado este problema, e, após a tomada de posse deste Governo, o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas teve o cuidado de apresentar esta preocupação por escrito, em Bruxelas, junto da União Europeia.

Portanto, é também incorrecto e será algo demagógico estar a acusar o Governo de inacção

**O Sr Presidente** — O Sr Deputado Paulo Portas pede a palavra para

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — É para a defesa da consideração e da honra da minha bancada,

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — que foi tratada e qualificada de demagógica

**O Sr Presidente** — Faça favor, Sr Deputado

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, e Srs Deputados, é para dizer ao Sr Deputado do Partido Socialista, o seguinte não é, certamente, demagogia tentar perceber por que é que o Governo português pede em escudos para os nossos pescadores e armadores menos do que o governo espanhol pede em pesetas para os armadores e pescadores. Ora, como a peseta vale um pouco mais do que o escudo, compreenda que os espanhóis estão a pedir mais para obterem mais.

Mas, se quer saber, a questão de fundo é que nós entendemos que não é possível continuar por mais tempo com uma política comum de pescas em que parece que o único direito que sobra a Portugal é o de abater barcos e criar desemprego no sector pesqueiro.

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado António Martinho, para dar explicações, querendo.

O Sr António Martinho (PS) — Muito obrigado, Sr Presidente. Darei explicações.

Tenho a impressão de que, quando me referi a demagogia, disse que este assunto está a ser tratado talvez com demagogia.

Vozes do CDS-PP — Ahhh! .

O Orador — E, efectivamente, assim é algumas declarações que tenho ouvido por parte do Partido Popular Concretizando, é preciso esclarecer esta situação. Sr Deputado Paulo Portas é importante que V Ex<sup>a</sup> nesta Assembleia um dia, então, se pronuncie sobre se é pela integração plena de Portugal na União Europeia ou se põe reservas, e se, sendo a política de pescas uma política comum, o Sr Deputado quer que, neste caso das negociações para o acesso a recursos do exterior, se renacionalize esta componente da política de pescas. E é preciso dizer aos portugueses qual é a vantagem que decorre dessa eventual renacionalização. O Sr. Deputado Paulo Portas, que põe algumas reservas à participação de pleno direito de Portugal na União Europeia e à plena integração, deverá então esclarecer em debate — e quando houver o debate de urgência sobre este assunto terá uma boa oportunidade para o fazer — se é a favor desta plenitude de Portugal na União Europeia ou se propõe a renacionalização de uma componente da política de pescas.

O Sr Presidente — O Sr Deputado Paulo Portas volta a pedir a palavra para

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é para defender ainda a consideração, na medida em que esta merece um esclarecimento muito breve.

*Protestos do PCP*

O Sr Presidente — Sr Deputado, lamento, mas, como não há dupla defesa da honra em relação à resposta, não posso conceder-lhe a palavra para esse efeito. Peça, então, a palavra para uma interpelação à Mesa.

*Protestos do PCP*

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, então, peço a palavra para uma interpelação.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Não pode ser, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente — Sr Deputado Paulo Portas, terá de aguardar um momento porque, primeiro, vou dar a palavra ao Sr Deputado Lino de Carvalho, que já estava inscrito também para uma interpelação à Mesa.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito obrigado, Sr Presidente.

Intervirei nos mesmos termos em que outros Srs Deputados fizeram uma interpelação, no sentido de sublinhar o que o Sr Presidente há pouco referiu e acrescentando-lhe o ponto seguinte de facto, amanhã, na conferência dos representantes dos grupos parlamentares está previsto o agendamento de um pedido de debate de urgência, mas trata-se de um pedido de debate de urgência feito pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português já há cerca de 10 dias e não só depois do «Fórum da TSF», de hoje.

#### Risos gerais

Como o Sr Presidente sabe, estamos, de facto, preocupados. Este nosso pedido de debate de urgência, feito já há bastante tempo, veio na sequência, aliás, de uma iniciativa idêntica que tomámos no Parlamento Europeu. É que o que está em causa não são só 42 embarcações, como referiu o Sr. Deputado Rui Rio, mas são 51 embarcações, 1260 pescadores, cerca de 15% de tonelagem do desembarque de pesca nas costas portuguesas, está também em causa, para além dos aspectos políticos gerais que cada um queira tratar, encontrar soluções práticas que permitam defender os interesses da pesca portuguesa nas costas marroquinas. Seguramente que as há, Sr. Presidente, porque mesmo no seio do acordo de «partenariado» que a União Europeia está a negociar com Marrocos há a possibilidade, dentro desse acordo de «partenariado», de encontrar soluções diferenciadas de país para país. E toda a gente sabe que o conflito que Marrocos tem é, no essencial com Espanha, não com Portugal.

Portanto, o que o Governo tem de fazer, nesta fase — independentemente de discussões mais gerais sobre política comum de pescas —, é procurar intervir no seio do tal acordo de «partenariado», é tentar abrir portas para um acordo bilateral com Portugal que defende os interesses da frota portuguesa e encontrar soluções específicas para os nossos interesses.

É evidente que a questão é mais profunda e vem desde que foi negociado o acordo comercial com Marrocos. Na altura, dissemos — e a vida deu-nos razão — que devia ter sido negociada logo, globalmente, a contrapartida do acordo de pescas porque teríamos posições negociais mais fortes, mas isso não foi feito. O Governo português permitiu, no quadro da União Europeia, que fosse negociado um acordo comercial global, pondo de lado o acordo de pescas e agora temos aqui um problema muito complexo para as pescas portuguesas.

Pela nossa parte, Sr. Presidente, estamos empenhados em resolver este problema em defesa das pescas portuguesas. Daí, o nosso pedido de debate de urgência — e fazemos votos para que a conferência dos representantes dos

grupos parlamentares o agende com, como o seu nome indica, a máxima urgência, para a semana que vem.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma nova interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas, pedindo-lhe eu que se circunscreva o mais possível à figura regimental.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Sr. Presidente, circunscrevendo-me ao uso dessa figura, há-de reconhecer que este problema preocupa o CDS-PP de forma coerente, concordem ou não os outros Srs. Deputados com essa matéria. Há-de, aliás, recordar-se que eu próprio no Parlamento Europeu confrontei o Comissário Fischler sobre este problema em tempo — e não tinha havido, ainda, nem qualquer fórum nem qualquer pedido de debate de urgência...

Agora, há só um ponto que eu gostaria que, através do Sr. Presidente, pudesse ser esclarecido e que, sob o meu ponto de vista, respeita à lucidez política em relação à Bancada do Partido Socialista que nos interrogou sobre isso, colocando em causa o problema da nossa posição sobre a integração europeia. Parece-me que a única coisa em que, penso eu, qualquer Deputado português deve pensar duas vezes é sobre este paradoxo: a Europa não consegue negociar com Marrocos porque Marrocos não quer; Portugal não pode negociar com Marrocos porque a Europa não deixa. E esta situação conduz as nossas pescas a um desastre anunciado. É por isso que os acordos bilaterais defendidos pelo Relatório Carmen Fraga, ou seja, uma federalista insuspeita, são a via certa para permitir a Portugal defender os seus interesses e não depender das negociações de Espanha, em matéria de pescas.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

**A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, há cerca de um ano, faz amanhã precisamente um ano, a Assembleia da República tomou posição, por iniciativa de Os Verdes, condenando por unanimidade a existência de uma linha racista — «Orgulho Branco» — que estava a transmitir mensagens racistas no nosso país.

Se se recordam — e alguns Deputados, provavelmente, estarão lembrados desse voto e dessa decisão —, foi uma decisão que demorou algum tempo a ser tomada, porque foi uma decisão de condenação dessa linha racista, que era uma linha que apelava, na sua mensagem, ao ódio e à intolerância.

Essa linha demorou muito tempo a ser desactivada e, aliás, foi transmitindo e alterando as suas mensagens, agredindo, neste caso, as Deputadas que tinham subscrito o voto, agredindo e insultando a Assembleia da República, o seu Presidente e a sua 1.ª Comissão, e sobre o destino a que as investigações criminais possam ter conduzido ou não pouco sabemos.

Mas, Sr. Presidente, há uma razão pela qual suscitamos hoje esta questão e a colocamos no Plenário, é que a Assembleia da República tem as suas instalações, concretamente as suas casas de banho, com mensagens e inscri-

ções do «Orgulho Branco», mensagens que apelam à «morte aos pretos», que apelam ao ódio, que, uma vez mais, apelam à violência.

Julgo que cabe à Assembleia da República e ao seu Presidente tomar medidas, porque não é admissível que a Assembleia da República, um espaço privilegiado da democracia, um espaço de tolerância, aceite e tenha dentro do seu espaço, manifestações dessa natureza, que, com toda a facilidade, aqui puderam ser feitas.

É, pois, nesse sentido que apelo ao Sr. Presidente da Assembleia da República para que tome providências.

E, já agora, gostaria de saber se as investigações da Polícia Judiciária conduziram a alguma coisa ou se foram, pura e simplesmente, arquivadas.

**O Sr. Presidente:** — Sr.ª Deputada, farei o que puder e o que estiver ao meu alcance, posso garantir-lhe.

Inscreram-se para declarações políticas os Srs. Deputados José Luís Arnaut, do PSD, e Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Arnaut.

**O Sr. José Luís Arnaut (PSD):** — Sr. Presidente, nesta minha primeira intervenção, quero começar por cumprimentar V. Ex.ª e toda a Câmara.

**Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados:** Ainda há poucos dias iniciou funções e já o remodelado Governo socialista começou a fazer os seus estragos. Já todo o País tinha percebido que não se tratava de um novo Governo e muito menos de um Governo novo; já os portugueses tinham intuído que o défice de ideias dos últimos quatro anos iria continuar, sem rasgo e sem alma, a fazer o seu caminho de arrastamento e de declínio.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Agora, o País e os portugueses ficaram também a perceber que, mais cedo ou mais tarde, imaginavam, este Governo é um Governo cada vez mais aberto ao aparelho partidário do PS e cada vez mais fechado à sociedade civil portuguesa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — As duas importantes demissões antecederam anúncios — a do Dr. Artur Santos Silva e a do Dr. Medina Carreira — são, a este respeito, sinais elucidativos e preocupantes.

O primeiro Governo do Engenheiro António Guterres nomeou estas duas personalidades para tarefas de relevante interesse nacional. Foram escolhas, então, de indiscutível mérito e de inquestionável credibilidade. Era o tempo em que o Governo socialista ainda tinha dentro de si alguma preocupação de abertura à sociedade.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Era o tempo em que, ao menos na forma, aquele Governo socialista ainda não tinha cedido totalmente à tentação da «partidarite» aguda.

Mas, infelizmente, foi «sol de pouca dura». Ao iniciar funções, o segundo Governo do Engenheiro António Guterres deixou cair completamente a máscara e mostrou a sua verdadeira face aos portugueses, um Governo exaus-

to de ideias, mas, agora mais do que nunca, um Governo sectário, partidário, um Governo de amigos e para amigos.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD).** — Muito bem!

**O Orador:** — O partido manda, o Estado obedece ao partido! O partido dá ordens, o Governo faz a vontade ao partido! A sociedade é invocada nos discursos, mas a sociedade é cada vez mais esquecida na acção e mais desprezada nas atitudes e nos comportamentos!

A demissão do Presidente da Sociedade Porto 2001, S.A., e do Presidente da Comissão para a Reforma da Tributação do Património são, agora, dois exemplos típicos da nova filosofia sectária, partidária e fechada que envolve o segundo Governo do Engenheiro António Guterres.

Convém não esquecer que já o primeiro governo do Engenheiro António Guterres iniciou as suas funções com o saneamento do Dr Vasco Graça Moura de Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS*

e o segundo Governo do Engenheiro António Guterres inicia igualmente as suas funções com o afastamento do Dr. Artur Santos Silva. Isto prova que as pessoas de reconhecido valor e de reconhecida competência não se dão com os governos socialistas nem os governos socialistas se dão bem com o que há de melhor na cultura e na sociedade portuguesa.

*Aplausos do PSD*

*Risos do PS*

Agora mesmo duas pessoas de invulgar qualidade, competência e independência de espírito batem com a porta, em conflito aberto com o Governo, com o Governo que anteriormente os nomeou. Não são saídas pacíficas, são saídas em conflito com o Governo, são saídas contra o Governo do Engenheiro António Guterres, por culpa e responsabilidade deste mesmo Governo.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador.** — Estas demissões fundamentam uma conclusão clara e inevitável: este Governo socialista é apenas um clube de fiéis e de amigos, um Governo que convive mal com todos aqueles que têm um estatuto próprio e autónomo, um Governo que despreza a competência que existe na sociedade, porque só gosta, só aprecia e só tolera a subserviência que emana do mais mediocre aparelho partidário.

*Aplausos do PSD*

Num caso — o caso da Sociedade Porto 2001, S.A., — o autismo, a arrogância e a vaidade de um Ministro sobreponem-se à credibilidade e à independência que este projecto nacional deveria ter, porque este Ministro, verdadeiro campeão da arrogância e da prepotência, não to-

lera quem pense por si próprio e pela sua cabeça, este Ministro só gosta, só tolera e só aprecia quem lhe faça a corte, quem alimente as suas vaidades mesquinas, quem cultive e ajude a aprofundar o seu novo-riquismo cultural.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para este Ministro, surdo perante a sociedade e solícito perante a sua corte de fiéis, o Estado é ele, o País é ele, a sociedade é ele. Se o Estado, o País e a sociedade o acompanham tudo está bem; se o Estado, o País e a sociedade decidem pensar pela sua própria cabeça, com autonomia e independência, então, o conflito é inevitável, a credibilidade é mandada às urtigas, porque o que importa é apenas e só alimentar os caprichos do Ministro, transformado que está em dono e senhor do poder.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador** — E assim vai a cultura oficial deste país, subjugada aos ditames de um Ministro narcisista e egocêntrico! Quem lhe é fiel e submisso tem tudo, quem não abdica de ter independência de pensamento ou é desprezado ou é obrigado a afastar-se. Foi o que sucedeu, com prejuízo manifesto para o Porto, para o País e para o grande projecto nacional que é o «Porto — Capital Europeia da Cultura 2001». Isto é absolutamente inaceitável...

*Aplausos do PSD.*

... como inaceitável é o facto de, perante tudo isto, o Primeiro-Ministro manter ainda a confiança neste Ministro

Mas não é menos aceitável o que se passou com o Dr. Medina Carreira. O primeiro governo do Engenheiro António Guterres encarregou-o de uma tarefa importante; o segundo Governo do Engenheiro António Guterres desautorizou-o e obrigou-o à demissão.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — Sim, mas a reforma era péssima!

**O Orador.** — Num ápice, os elogios de ontem passaram à humilhação de hoje, porque, neste caso e perante esta personalidade de invulgar qualidade intelectual e técnica, o que aqui fez, na semana passada, o Primeiro-Ministro foi isso mesmo — uma humilhação! O Sr. Primeiro-Ministro desautorizou e humilhou o Dr. Medina Carreira!

Em vez de assumir responsabilidades pelos seus actos, o Primeiro-Ministro foi, nesse plano, igual a si próprio, para não perder votos, para tentar «agradar a gregos e a troianos», para nunca ter de decidir, o Engenheiro António Guterres caiu, como sempre, na tentação do mais fácil para si e para as suas clientelas partidárias, isto é, deixou cair, sem dó nem piedade, a personalidade que, tempos anteriores, com rasgados encómios, havia escolhido e nomeado para uma missão de incontornável importância nacional.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador:** — Não está em causa o estudo elaborado. Porventura em vários pontos, e até em muitos deles, tem a nossa total discordância. O que está em causa é que foi

o Governo que mandou fazer este estudo, é que foi o Governo que escolheu quem o devia fazer, é que foi o Governo que o avalizou. Este é, portanto, o estudo e o relatório do Governo do Engenheiro António Guterres, produzido por quem o Governo escolheu para o fazer. Só que, à primeira dificuldade, o Governo do Engenheiro António Guterres tudo deixou cair e não resistiu ao pior dos comportamentos desautorizar, desprezar e humilhar aquele a quem antes confiara uma missão.

Também aqui o critério é o mesmo: se as pessoas agradam ao Governo, tudo está bem; se as pessoas são submissas ao Governo, tudo vai bem, mas, quando as coisas não correm de feição aos designios do Governo, logo as pessoas passam a ser objecto da trituradora máquina governamental ou partidária.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Estes dois exemplos suscitam uma questão, muito simples: com este comportamento do Governo, qual é a personalidade da sociedade civil, com competência e com independência, que, de hoje a amanhã, aceita ser nomeada pelo Governo? Quem é que está disposto a sujeitar-se ao vexame, à desautorização e à humilhação do Governo?

Aliás, e curiosamente, os próprios socialistas são os primeiros a mostrar que não confiam neste Governo. E não é preciso ir mais longe, o exemplo está no seio do próprio Governo. É o caso do Secretário de Estado dos Portos, Sr. Narciso Miranda. Tão certo está do seu lugar e permanência no Governo que não renunciou sequer ao seu lugar de Presidente da Câmara de Matosinhos.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Uma vergonha!

**O Orador** — Não está em causa a pessoa ou a sua escolha para o Governo. O Primeiro-Ministro é livre de escolher. O que o Primeiro-Ministro e o Governo já não são livres é de aceitarem a promiscuidade política que este caso revela.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — O Sr. Narciso Miranda é Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, mas é, ao mesmo tempo, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, por sinal concelho onde está sediado um dos maiores portos do País. Não abandonou o lugar, só o suspendeu. Isto tem tanto de inédito quanto de politicamente inaceitável. Uma pessoa que tem um pé no Governo e um pé na câmara municipal apenas e só para segurar lugares de recuo, para sustentar interesses pessoais ou partidários, para jogar, a seu favor e do seu partido, interesses que nada têm a ver com o Estado.

Se a manutenção do duplo estatuto não se deve a descrença quanto à sua permanência no Governo, então, a única explicação possível é a de que a manutenção do duplo estatuto se deve à confusão quanto ao seu perfil no Governo.

Se a primeira alternativa é grave, a segunda alternativa é gravíssima, ..

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — porque, então, estamos perante alguém que acha normal fundir as funções de secretário de Estado e de presidente de câmara, o mesmo é dizer de decisivo e de beneficiário, numa eloquente demonstração de clientelismo político-partidário e de incompreensão quanto ao modo de funcionamento do Estado democrático em Portugal.

Neste caso, se já não se comprehende e não se aceita a posição do Sr. Narciso Miranda, é completamente intollerável a passividade do Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Presidente** — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

**O Orador**: — Termino já, Sr. Presidente.

De facto, este exemplo do Sr. Narciso Miranda é ética e politicamente inaceitável! Tão inaceitável que o Primeiro-Ministro o devia impedir já; tão inaceitável que o Sr. Presidente da República — e apelamos aqui para que o faça — deveria, a bem do Estado, obrigar o Primeiro-Ministro a pôr ordem na casa e a colocar um ponto final neste comportamento verdadeiramente inadmissível.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador**: — Tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é bem revelador do Governo que temos, um Governo para o partido e não um Governo para o País. E se isto é assim no início deste Governo, o que não será ao longo do seu mandato?

Mas voltemos à questão inicial que o Governo socialista se comporte assim, que alguns dos seus militantes não tenham sentido de Estado, não saibam distinguir os seus interesses pessoais do interesse público, é inaceitável, mas, infelizmente, não é novo. O que é novo é esta crescente fúria de criticar, atacar e injustiçar descaradamente todos os que não lhe dizem amém.

Foi o caso, como disse, do Dr. Santos Silva, como foi o caso do Dr. Medina Carreira.

**O Sr. Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado, pois já ultrapassou em dois minutos o seu tempo.

**O Orador**: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

E é aqui que não podemos ficar indiferentes. Falar ou reagir, com meros discursos de circunstância parlamentar, mesmo urgentes, é, no fundo e de certo modo, consentir e nós não consentimos!

Como muitos sabem, sou novo nesta Casa, mas, no exercício das minhas funções de Deputado, agirei sempre, como sempre agi na minha vida pessoal: não aceito, nunca aceitarei sem reagir, sem lutar contra a calúnia, contra a injustiça e contra a perseguição!

Ao forçar a demissão do Dr. Santos Silva, o Ministro Carrilho atingiu e prejudicou uma pessoa de bem, alguém que, ao contrário do Sr. Ministro, tem créditos firmados, que já deu, ao longo de uma vida, sobejas provas de capacidade técnica, de independência pessoal, de serviço ao País.

Como disse, o Sr. Ministro Carrilho agiu mal. Este Parlamento tem hoje a obrigação e a oportunidade de reparar o erro do Sr. Ministro Carrilho Proponho, por isso, em nome do PSD, um voto de apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Dr. Santos Silva, enquanto Presidente da Sociedade Porto 2001, S.A., e de testemu-

nho pelas suas inquestionáveis capacidades e disponibilidade para o serviço do País.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr Presidente:** — Sr Deputado, tem de terminar mesmo, não basta anunciar que o vai fazer!

**O Orador:** — Vou terminar mesmo, Sr. Presidente.

Mas, além do mais, importa, independentemente deste voto, que esta Câmara convide também o Dr Artur Santos Silva a vir apresentar as razões profundas da sua demissão.

É por isso que nós não deixaremos de ter uma posição sempre correcta e firme na denúncia destas situações.

É assim na supressão e correcção pronta e firme das omissões e dos erros do Governo e na manifestação, para além das discordâncias de opinião, do inquestionável respeito pela dignidade e ela capacidade de cada um, que poderemos mostrar aos portugueses que, afinal, a política pode valer a pena e ter futuro!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — O tempo que o Sr. Deputado José Luís Arnaut gastou a mais será descontado, como é óbvio, no tempo da sua bancada.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Barros Moura.

*Protestos do PSD.*

**O Sr. José Barros Moura (PS):** — Sr. Presidente, Sr Deputado José Luís Arnaut, estou-lhe muito reconhecido porque acabámos de ouvir uma crítica e um ataque à ideia de que haveria da parte do PS e do seu Governo um domínio do aparelho de Estado pelo partido...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Não é ideia, é realidade!

**O Orador:** — ... e um grande sectarismo na condução dos negócios públicos.

Ora, julgo que o imediato *brouhaha* que se levantou quando esta bancada solicitou a palavra para pedir esclarecimentos no uso de uma faculdade regimental demonstra alguma preocupação, algum temor de que tal argumentação seja desmontada, como julgo que pode ser

**O Sr. António Martinho (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — VV. Ex." têm, seguramente, uma enorme prática, e por isso foram punidos, do clientelismo, do sectarismo,...

**O Sr. António Martinho (PS):** — Bem lembrado!

**O Orador:** — ... e do domínio partidário do aparelho de Estado.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Isso deveria levá-los a terem algum pudor e alguma contenção nos termos que utilizam para abordar esta temática.

**A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD):** — Isso é o que vocês queriam!

**O Orador:** — Julgo, por outro lado, que é espantoso que alguém que acaba de sofrer a maior derrota eleitoral de sempre do seu partido ouse vir aqui perante esta Assembleia criticar o facto de um partido político que acaba de vencer as eleições constituir o Governo segundo critérios que fazem evidenciar a representatividade desse partido

Julgo que os termos em que o Sr. Deputado José Luís Arnaut faz essa crítica demonstram um grande desprezo pelo sistema partidário e V. Ex." deveria ter em conta os termos em que se refere aos governos saídos de eleições, porque se arrisca a desacreditar não apenas um partido mas o conjunto do sistema de partidos.

O pedido de esclarecimento que quero fazer-lhe relaciona-se com o seguinte os senhores reduzem a vosso parca oposição a algumas dificuldades que surgiram recentemente, e que nós não negamos, com duas demissões de personalidades nomeadas pelo Governo.

Julgo que é pouca oposição, julgo que a hipervalorização desses factos revela que têm poucos motivos de oposição.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

**O Orador:** — A questão que quero colocar-lhe é a seguinte: os senhores continuam a reduzir tudo a homens providenciais? Os senhores, que saem de um governo presidido por um primeiro-ministro que «não tinha dúvidas e raramente se enganava», julgam que é possível condenar o futuro da reforma fiscal e o futuro do «Porto — Capital Europeia da Cultura 2001» ao destino de dois homens, por maior mérito que eles tenham e por maior consideração que reafirmemos por eles? Estão muito enganados, porque o Governo demonstrará a capacidade de prosseguir estes grandes projectos nacionais, com a competência da sociedade civil, que, como se acaba de ver nas eleições, reafirmou a confiança no Primeiro-Ministro, ao contrário do que o Sr. Deputado afirmou!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado José Luís Arnaut, tem mais um pedido de esclarecimento. Se quiser responder já, poderá fazê-lo.

**O Sr. José Luís Arnaut (PSD):** — Respondo já, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. José Luís Arnaut (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, registámos que, segundo a sua intervenção, quem não ganhou as eleições não pode fazer oposição. Mas isso talvez se deva ao seu passado e à sua evolução, que está a ser lenta nessa matéria...!

*Vozes do PSD: — Muito bem!*

**O Orador:** — Mas em democracia não é assim, isso era antes. O Muro de Berlim já não existe, já acabou! Sr Deputado, tenho pena de que não tenha falado sobre o fundo da questão, sobre a demissão do Dr Santos Silva, sobre o que o País perdeu.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Gostava de ouvir a sua opinião!

**O Orador:** — Não vale a pena rodeios parlamentares! Os portugueses estão fartos destes rodeios! Isto não é só nomeações! Nós sabemos dos 11 000 boys que estão nomeados. E sabemos que agora já não chegam os lugares!

Mas vou dar-lhe um facto — ouça isto, Sr. Deputado! — como exemplo: há uma lei desta Assembleia, que é a Lei n.º 176/99, de 25 de Outubro,

**O Sr. António Capucho (PSD):** — Isto é gravíssimo!

**O Orador:** — ... que confere aos municípios o direito de detenção da maioria do capital social em empresas concessionárias de exploração e de gestão de sistemas multimunicipais. Esta Assembleia, no dia 25 de Outubro, deu o direito às câmaras municipais de deterem a maioria no capital nestas sociedades. A 25 de Outubro, Sr. Deputado! Acontece, porém, que este Governo, no dia 29 de Outubro, faz um decreto-lei — o Decreto-Lei n.º 439-A/99 — em que retira este poder às autarquias, afrontando assim o poder local.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — É uma vergonha!

**O Orador:** — Porquê? Só para o IPE poder manter a maioria do capital social nestas empresas, para o IPE conseguir continuar a nomear boys para os conselhos de administração!

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Qual é a explicação? Três dias depois de haver uma lei desta Casa, surge um decreto-lei que vem desdizer a lei aprovada nesta Casa?

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — É uma vergonha!

**O Orador:** — Estes são os factos, isto é que interessa, isto é que é a prova do clientelismo!

**O Sr. Francisco de Assis (PS):** — É tão lícito afirmar isso como o seu contrário!

**O Orador:** — É com factos que nós respondemos aos seus argumentos!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP):** — Sr Presidente, Srs Deputados, começo por esclarecer que não há a mínima intenção da nossa bancada em interferir ou comentar esta disputa entre o PS e o PSD, nas suas mútuas

as acusações, a ver quem mais partidizou o Estado e quem mais praticou o clientelismo. Não queremos tirar razão a nenhum, porventura queremos dar muita razão a ambos

*Risos do CDS-PP*

No que se disse até agora, queria relevar o elogio à figura do Dr Artur Santos Silva e, em particular, ao seu labor enquanto presidente da Sociedade Porto 2001. É uma figura que nos parece ter marcado o projecto em causa não só pela distinção e pela nobreza do seu carácter como pela qualidade específica que lhe trouxe e parece-nos que a sua ausência doravante na condução desse processo é suficiente para causar a mais fundada apreensão em todos aqueles que estamos preocupados com o prestígio do País e com o sucesso do empreendimento

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Consideramos que, neste momento, o que mais importa é o apuramento total das razões — que esta Assembleia há-de efectuar — do que aconteceu

Assim, de acordo com o nosso pedido para que o Sr. Ministro se desloque à Assembleia para esclarecer, vamos incluir também a proposta para que o Dr Artur Santos Silva tenha igualmente a ocasião em sede própria, isto é, a nosso ver, no âmbito das reuniões da Comissão de Educação e Cultura, de expor as suas razões para cabal esclarecimento de tudo o que se passou

*Aplausos do CDS-PP*

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Arnaud

**O Sr. José Luís Arnaud (PSD):** — Sr Presidente, Sr Deputado, congratulamo-nos com a adesão do CDS-PP a esta proposta. Na minha intervenção, já tinha referido a vontade e a necessidade que a nossa bancada tinha de o Dr Artur Santos Silva vir a esta Comissão. Portanto, congratulo-me por ver o Sr Deputado Manuel Queiró subscrever esta nossa posição. Só é pena que não conheçamos qual a posição do PS, isto é, se vai votar ou não este louvor ao Dr. Artur Santos Silva

**O Sr. António Capucho (PSD):** — Vamos ver!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Sr Presidente, Srs Deputados, também eu não vou interferir em discussões que não vêm ao caso. Vou reportar-me só à questão da Sociedade Porto 2001, dizendo ao Sr. Deputado José Luís Arnaud que me parece que a Assembleia deveria, em relação a esta matéria, ter uma actividade rápida que permitisse ajudar a compreender o problema e a ultrapassá-lo. Isto é, a Assembleia deveria estar em condições de poder ouvir o Ministro da Cultura, que é, lamentavelmente, o responsável por uma situação que atinge os interesses nacionais e os interesses da cidade do Porto, mas deveria também ouvir o Dr Artur Santos

Silva bem como o Presidente da Câmara Municipal do Porto — já agora, o actual e o antigo.

*Risos do PSD*

Para esse efeito, pergunto ao Sr. Deputado José Luís Arnaut se não seria interessante, em vez de fazermos aqui, em Plenário, um debate de urgência (dirijo-me a si mas, naturalmente, como compreenderá, o destinatário é também o CDS-PP), fazermos uma audição em sede de Comissão que permitisse aquilo que em Plenário não é possível, que é ouvir o Dr. Santos Silva e os Presidentes da Câmara Isto é, não seria preferível fazer, de imediato, esta audição, propiciando um debate muito urgente sobre esta matéria em sede de Comissão, para poder haver uma intervenção eficaz que reponha no caminho certo a realização do Porto — Capital Europeia da Cultura 2001? Ainda estamos a tempo de ela ser uma grande realização, mas é preciso um empenhamento efectivo da Assembleia da República.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Arnaut.

O Sr. José Luís Arnaut (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado, foi exactamente isso que eu propus — o Sr. Deputado João Amaral vem ao encontro daquilo que nós propusemos Além do mais, estou habilitado a transmitir que, da parte do Dr. Artur Santos Silva, há toda a disponibilidade e todo o interesse em vir a esta Câmara e à Comissão

*Risos do PS*

Uma total disponibilidade para esclarecer esta matéria, que manifestou hoje mesmo ao Presidente do meu partido

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Mas que «falta de chá»!

O Sr. Presidente — Para defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado José Barros Moura

O Sr. José Barros Moura (PS) — Sr. Presidente, limitar-me-ei a dizer que fiz um pedido de esclarecimento político a uma intervenção política, ao qual o Sr. Deputado José Luís Arnaut respondeu com um ataque baseado em insinuações de carácter pessoal Não estou aqui para discutir o meu passado, que, aliás, estou disposto a discutir seja com quem for, dentro ou fora desta Casa!

*Aplausos do PS.*

Mas, a si, Sr. Deputado José Luís Arnaut, não lhe reconheço — já agora, quero dizer-lho — legitimidade alguma para discutir o meu passado!

*Aplausos do PS*

A minha intervenção, Sr. Presidente, que questionou e respondeu a um ataque político ao Governo do PS, pressupõe — e foi assim que eu terminei — que haverá capa-

cidade no Governo, na Câmara e na sociedade civil para prosseguir com este grande projecto Lamento é que a intervenção do Sr. Deputado José Luís Arnaut, ao contrário da intervenção que ouvimos do Sr. Deputado João Amaral, não vá nesse sentido!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Arnaut

O Sr. José Luís Arnaut (PSD) — Sr. Presidente, limitei-me apenas a enunciar factos! Se o Sr. Deputado José Barros Moura os considerou como ofensa pessoal, não foi nesse sentido que os dirigi Limitei-me a enunciar factos e apresentei o lamento que apresentei Partilho também dessa preocupação — esteja descansado que não é essa a situação

Mas o que é verdade é que também lhe apresentei um outro facto que é o da situação do desrespeito desta Assembleia. E, a este respeito, Sr. Deputado José Barros Moura, deixe-me ler uma citação que tenho aqui e que é clara nesta matéria Relativamente a uma situação idêntica a esta, quando foi feita a discussão sobre a co-incineração, é dito o seguinte, a páginas 78 do *Diário da Assembleia da República*: «o desrespeito de uma lei da Assembleia da República é fundamento, pelo menos, para uma moção de censura, se não mesmo incriminação dos membros do Governo pelo crime de subversão à ordem constitucional» — sic, António Costa

Estes são os factos, esta é uma subversão da situação: um decreto-lei que, três dias depois, vem desdizer uma lei desta Câmara para criar apenas mais lugares para boys! Estes são os factos de que falei Quanto ao resto, estamos todos de acordo — não esteja preocupado que vamos nesse sentido, vamos clarificar e esclarecer a situação!

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, antes de continuar os nossos trabalhos, lembro que temos a assistir a eles um grupo de 50 alunos da Universidade Portucalense, do Porto, além de um numeroso grupo de cidadãos. Uma saudação para todos eles.

*Aplausos gerais, de pé*

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados, não seria preciso mais do que o exemplo destas curtas discussões, que até agora ocorreram no Plenário, para se perceber que, no breve espaço de vida desta Legislatura, raros serão os momentos de unanimidade parlamentar

**Vozes do PSD** — Ainda bem!

O Orador — Quero referir-me a uma dessas oportunidades de convergência parlamentar e sobre ela tecer comentários e fazer propostas Registou-se já no debate do Programa do Governo e, depois disso, naquele que ocorreu a propósito do imposto sobre o património, que vários dirigentes dos grupos parlamentares, em geral todas as bancadas desta Casa, se pronunciaram provavelmente não sobre a terapêutica mas, seguramente, sobre um diagnós-

tico existe em Portugal um gravíssimo caso de fraude fiscal que permite, que tolera, que estimula, que protege a fuga ao fisco. A discussão dessa fraude e de como a combater é uma oportunidade única e, além disso, uma responsabilidade imensa para esta Legislatura — é uma tarefa da legislatura contribuir para que haja igualdade perante a lei, se admitirmos, como o bom-senso nos conduz a admitir, que a maior fonte de injustiça social, obscurecida por um manto de incerteza e por uma espécie de pacto de silêncio, é a injustiça fiscal.

Temos em Portugal um dos mais baixos níveis de fiscalidade da Europa e argumenta-se que isso é tolerável porque o produto é pouco. No entanto, sabemos, apesar disso e *a contrario*, que é nos países onde há maior rigor fiscal que tem havido maior intensidade do desenvolvimento. Temos um imposto — o IRC — em que 1% das empresas totaliza o pagamento de dois terços desse imposto, em que 45 únicas empresas pagam mais de 30% do imposto, e em que 143 000 empresas não pagam um tostão! Temos uma situação em que os trabalhadores por conta de outrem pagam uma média de 200 contos; os empresários individuais, uma média de 33 contos, e as empresas — daquelas que pagam sobre proveitos de menores de 30 000 contos — pagam uma média de 86 contos.

Isto conduz-me a duas grandes questões: a primeira, que nos exige a responsabilidade da convergência e da unidade, que nos exige a responsabilidade da mudança, e a segunda que, porventura, nos exige a responsabilidade da divergência e a responsabilidade da escolha. A primeira apela a um acordo parlamentar que crie a oportunidade de uma maioria neste Parlamento contra a injustiça e a segunda propõe uma discussão aberta sobre a modernização do sistema fiscal.

Quero, a respeito da primeira, basear-me no consenso, que parece haver nesta Casa, sobre a existência de elevadíssimos níveis de fraude fiscal; se assim for, vale a pena a essa luz referirmos o relatório da Inspecção-Geral de Finanças que ontem vos citei aqui. Dizia esse relatório aquilo que é um verdadeiro tratado de como fugir aos impostos em Portugal; contava ele que, no ano em apreço na sua análise, 51% — mais de metade do total — dos proveitos dos bancos não tinha dado origem ao pagamento de um centavo de IRC. E explicava-nos através de que três medidas fundamentais podiam os bancos fugir ao pagamento de impostos: eles podem transferir custos do regime geral para o regime da isenção, podem, através de operações extra-contabilísticas, manipular os resultados e assim transferir resultados negativos para o regime geral e os positivos para o regime de isenção — dava-se o exemplo nesse relatório de que o BPA, desta forma, transferiu, no ano em apreço, oito milhões de contos, e, em terceiro lugar, os bancos, apesar de não terem instalações físicas na zona franca da Madeira que lhes permitissem beneficiar do regime do *off-shore*, utilizavam a figura de um *off-shore* virtual, permitindo-lhes aproveitar esses benefícios, desviando, por exemplo, as poupanças que eram registadas pelos emigrantes nos seus balcões normais.

Concluía o relatório da Inspecção-Geral das Finanças dizendo o seguinte: «O sigilo bancário, neste contexto, serve indevida e exageradamente para que os bancos se recusem a prestar declarações e esclarecimentos à autoridade fiscal.» Dizia ainda o mesmo relatório. «A utilização indevida do sigilo bancário serve para obstruir os cumprimentos das obrigações fiscais.»

Não continuarei a elaborar sobre isto porque, porventura, não sendo de boa utilização dos Deputados, como seguramente não é, esta apresentação do conjunto das «boas regras» para fugir aos impostos não deve ser objecto de discussão nesta Casa, a não ser para organizar o combate contra a fraude fiscal.

Dir-vos-ei, Sr.º e Srs. Deputados, que se trata de apresentar medidas concretas, porque é essa a nossa responsabilidade. Sugerirei quatro.

O Bloco de Esquerda tornou público que apoia as propostas da Comissão Silva Lopes, no sentido de impedir os entraves que, actualmente, a lei do sigilo bancário cria, obstruindo a actividade da administração fiscal. Como sabem, essas regras impedem a prepotência da administração fiscal e fixam, justamente, as regras concretas e as condições em que ela poderia ter acesso à informação bancária relevante. Essas regras decorrem da não apresentação da informação devida e pedida pela administração fiscal, do recurso da administração fiscal, que pode ser suspenso por iniciativa jurídica, e, a partir daí, a partir de uma deliberação dos tribunais, permitem o acesso livre, por uma comissão responsabilizada e sob sigilo profissional, à informação relevante.

Aceitamos este tipo de propostas, mas quero dizer-vos, deixando o desafio, a proposta e o apelo, que o Bloco de Esquerda aceitará qualquer outra regra de levantamento do sigilo bancário para o combate à fraude fiscal que esteja em vigor em qualquer outro país da União Europeia. Aceitaremos essa regra por mais moderada que seja, vá ela da regra espanhola, em que toda a informação bancária é entregue duas vezes por ano à administração fiscal, ou chegue ela ao extremo do rigor, que é o exemplo mais conclusivo a este respeito, da administração norte-americana, que tem acesso praticamente irrestrito, em todas as circunstâncias e em todos os momentos, a toda a informação bancária considerada de interesse relevante para a administração fiscal. Seja uma ou seja outra a solução, seja a solução alemã ou a solução francesa, qualquer solução intermédia é por nós aceite, desde que se retirem os impedimentos que na lei actual perturbam e obstaculizam o exercício do rigor da administração fiscal.

Devo dizer-vos ainda que há duas condições em Portugal que já instituem o levantamento do sigilo bancário. Estas condições, muito precisas, são a troca de informação dos bancos entre si sobre os clientes de risco, aos quais não se tem aplicado qualquer regra de sigilo, e outra, mais relevante ainda, que consiste no facto de a Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários se informar directamente de todo o rigor das contas bancárias sempre que tiver suspeitas de *inside trading*. Já temos, portanto, duas condições em que o sigilo bancário é levantado, mas, em contrapartida, não temos aquela única que nos permitirá levarmo-nos a sério no dia em que dissermos que tomamo medidas para combater a fraude e para combater a acumulação do roubo.

Fiscalistas têm proposto outras várias medidas e sugeriram-nos mais duas. Têm sugerido, por exemplo, que, através da relação entre a administração bancária e a administração dos mercados, que controla toda a emissão, circulação e uso dos cartões de crédito, se podem facilmente generalizar os métodos indiciários em relação ao comércio. Evidentemente, seria do mais ridículo argumentar que o conhecimento das operações dos cartões *Visa*, por exemplo, perturba a intimidade do seu utilizador ou, muito mais ridículo ainda, que perturba a intimidade comer-

cial dos comerciantes que a ele recorrem. Este é um dos métodos mais eficazes de utilizar o controlo indiciário para introduzir o controlo das operações por via dos cartões de crédito.

Devo dizer-vos ainda que o relatório da Comissão Silva Lopes propunha uma medida extraordinariamente simples ao sugerir que se tributasse os ganhos ilícitos, ou seja, propunha-se nesse relatório que todos os ganhos, independentemente do seu carácter tributável ou não, fossem declaráveis e que, portanto, houvesse uma norma avulsa que, por exemplo, obrigasse o Ministério Público a comunicar à administração fiscal o registo de quaisquer ganhos patrimoniais não justificados. Devo lembrar-vos que foi assim que, por exemplo, Al Capone foi colocado na prisão. Esta medida tão simples não é exercida em Portugal e, como vemos, basta apenas uma simples norma avulsa para a qual espero a maioria, senão a unanimidade, desta Câmara.

Finalmente, tratar-se-ia de instituir o fim do *off-shore* da Madeira, porque, de qualquer modo, a haver harmonização fiscal, assim acontecerá.

Sobre estas quatro grandes questões queria propor-vos um debate aberto, sendo certo que sobre elas avançaremos, naturalmente, propostas, no sentido geral da intervenção que aqui vos faço. Penso que é disto que se trata, de assumirmos, sobretudo, a responsabilidade de instituir um pacto fiscal, um pacto de maioria para o combate à fraude e à fuga fiscais e não menos do que isso. É essa a responsabilidade desta Assembleia. Mas sobre o seu valor fica agora o desafio e o convite ao Sr. Deputado António Capucho, ao Sr. Deputado Francisco de Assis, ao Sr. Deputado Octávio Teixeira e ao Sr. Deputado Paulo Portas para se pronunciarem e para, sobre isso, dizerem de sua justiça.

**O Sr. Luís Fazenda (BE)** — Muito bem!

**O Sr. Presidente** — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Louçã, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

**O Sr. Francisco Torres (PS)** — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Louçã, certamente que o tema da reforma fiscal merece, em muitas matérias, o consenso desta Câmara, visto que estamos todos interessados em melhorar o sistema fiscal, que é injusto, ineficiente e um dos mais atrasados da União Europeia. Retendo, no entanto, as propostas de V. Ex.ª, salientando que muitas delas terão, com certeza, acolhimento ao longo desta sessão legislativa e desta Legislatura. Retendo, sobretudo, muitas das que estão consignadas no trabalho do Dr. Silva Lopes, afirmando-lhe que também não pensamos que o sigilo bancário entra na intimidade das pessoas, já que a proteção dos dados pessoais se aplica mais a outras matérias do que a um sigilo bancário regulamentado, como acontece na maioria dos países da União Europeia.

Simplesmente, perpassa das intervenções de V. Ex.ª a ideia de que está mais preocupado com o combate à evasão por formas repressivas, o que se justifica em muitos casos, e menos preocupado (como resulta das suas intervenções) com o próprio enquadramento do sistema fiscal. Acontece que pensamos que os incentivos dados geram não só uma melhor adesão das populações e do contribuinte ao pagamento dos impostos como também decisões

mais úteis e justas para o País, nomeadamente no que está relacionado com a tributação do que polui, com a tributação dos recursos escassos ou com a menor tributação do trabalho.

Julgo que quando falamos de reforma fiscal, V. Ex.ª também poderia considerar os incentivos.

Por outro lado, julgamos que V. Ex.ª se centra na tributação do património mobiliário, pelo que queremos alertar para o seguinte. Tem de haver um consenso nesta Câmara quanto à reforma fiscal, é bom que assim seja, mas, tal como na matéria da liberalização da droga, temos de ter presente que Portugal é um pequeno país, uma pequena economia aberta e que, portanto, tem de ter em conta o que se passa no resto da União Europeia e no resto do mundo. Ora, se nós tributarmos o património mobiliário ou se tivermos determinado tipo de impostos, estes poderão ser contraproducentes, podendo levar à fuga de capitais, como já aconteceu na Alemanha, por exemplo, que é um país bem maior do que o nosso.

Chamo, portanto, a atenção do Sr. Deputado para o facto de já termos acolhido algumas das suas propostas no sentido de as vímos a discutir, até porque algumas delas já constavam, como disse, dos trabalhos da Comissão Silva Lopes. De qualquer modo, volto a pedir-lhe que leve em conta a questão dos incentivos — e se quiser adiantar alguma coisa aqui, será bem vindo —, não esquecendo o facto de que Portugal é um pequeno país que tem de ter em conta o que se passa em matéria de harmonização fiscal, pelo menos no resto da União Europeia, mas também no resto do mundo.

#### *Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

**O Sr. Francisco Louçã (BE)** — Agradeço a preocupação do Sr. Deputado Francisco Torres, mas, naturalmente, não é possível, no contexto de um pedido de esclarecimentos e de uma breve resposta, introduzir o conjunto de questões que, por imputação, decidiu acrescentar na sua intervenção.

Não me referi à tributação dos valores mobiliários, já que isso não cabia no contexto desta intervenção, mas apresentarei algumas propostas nesse sentido, tal como farei sobre as eco-taxes. Compreenda, no entanto, que a preocupação que tive foi a de me concentrar sobre aquilo que penso que é a primeira linha das prioridades. Estou convencido — terei ou não razão a esse respeito — de que só se pode fazer uma reforma fiscal em Portugal se ela for global, mas que não se comece uma reforma fiscal global se não se comece um combate efectivo à fraude e à fuga fiscais.

Se tenho alguma razão no diagnóstico que faço sobre a crise do sistema fiscal em Portugal, então é porque o sistema fiscal tem servido para tirar aos pobres e dar aos ricos e para proteger uma fraude fiscal que não é praticada pelos trabalhadores por conta de outrem, já que é justamente nos valores mobiliários e no património que se acumula uma riqueza indevida que é parcialmente roubada por fuga ao fisco. Se assim for, é no rigor desse combate que começa o princípio de uma reforma.

Não acredito na credibilização de qualquer reforma que se jogue por medidas avulsas e que não comece justamente por combater aquilo que os cidadãos percebem com toda

a justiça, a iniquidade e a desigualdade do sistema fiscal. Por isso me parece que outras soluções que registei, tendo ouvido a intervenção do Sr. Dr. Pina Moura e do Engenheiro António Guterres a esse respeito, como o cruzamento de informações e a utilização de bases de dados actuais, são muito escassas e muito parcias para aquilo que é necessário, sobretudo quando há uma fuga profissionalmente organizada e até tolerada, senão mesmo estimulada, como creio que acontece com o *off-shore* da Madeira. Por isso mesmo me parece decisivo que se comece por aqui e que se procure a clarificação política no debate aberto em sede de comissão e no debate aberto do Plenário sobre esta questão.

Naturalmente, depois fica a imensa tarefa de fazer essa reforma fiscal, que deve passar pela reforma dos impostos sobre a despesa, do IVA, pela reforma dos impostos directos, pela reforma dos impostos sobre o património e ai, logicamente, apresentaremos um conjunto de propostas também sobre o sentido a que se referiu, ou seja, sobre os impostos relativos ao património mobiliário.

Terminaria, dizendo-lhe o seguinte, é verdade que qualquer alteração fiscal pode suscitar alterações patrimoniais e pode suscitar estratégias evasivas. O exemplo do imposto sobre as grandes fortunas em França, que resulta numa taxação em que, num dos limites máximos, se chegam a pagar 600 000 contos por ano – 600 000 contos por ano de patrimónios privados, da soma das riquezas patrimoniais imobiliárias e mobiliárias –, é um exemplo provado de que a maior parte das estratégias evasivas não resulta quando registamos o património. Sobre isso devemos reflectir e é nesse sentido que apresentaremos uma proposta de imposto sobre as grandes fortunas em Portugal.

**O Sr. Presidente** — Srs. Deputados, vamos passar à discussão e votação do voto n.º 3/VIII — De congratulação pelo 10.º aniversário da queda do Muro de Berlim, apresentado pelo CDS-PP, que vai ser lido.

**O Sr. Secretário (Artur Penedos)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

Completam-se esta semana dez anos sobre a queda do Muro de Berlim. É uma data inesquecível na vida deste século. Marca uma fronteira na história da Europa, na história das ideias e, sobretudo, na história da liberdade dos povos.

A queda do Muro de Berlim representou o momento mais expressivo do declínio e falhanço do comunismo, também conhecido por socialismo real, enquanto sistema ideológico, político e geo-estratégico, de natureza totalitária.

A supressão de quaisquer liberdades públicas, a violação sistemática dos direitos humanos, a servidão moral, social e económica a que o comunismo obrigou centenas de milhões de pessoas, ficarão gravadas na memória deste século, como um facto que não pode merecer compreensão nem esquecimento.

Por sua vez, a divisão de nações unas, a violação de soberanias nacionais e a organização de um bloco político-militar que fez da Europa um dos cenários de confrontação com os Estados Unidos da América, constituem elementos indissociáveis da memória do sistema comunista.

Preocupada com a evolução dos países que recentemente se libertaram do jugo totalitário, reafirmando o direito que assiste aos respectivos povos de organizarem a sua liberdade com independência e garantias próprias do Es-

tado de direito, condições irrenunciáveis para a dignidade da economia social de mercado, a Assembleia da República associa-se às comemorações do 10.º aniversário da queda do Muro de Berlim, e recorda o papel e o sofrimento daqueles que resistiram à tentação totalitária e lutaram, em condições difíceis, para que um dia a liberdade e a democracia fossem, pelo menos, uma esperança, em todo o continente europeu que as reconhece como valores fundamentais de civilização.

**O Sr. Presidente:** — Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar por dizer que na história deste século houve duas pragas que se abateram sobre a humanidade. Essas duas pragas abateram-se sob a forma de duas ideologias totalitárias uma, o nazismo, com o seu expoente máximo hitleriano; outra, o comunismo, com o seu expoente máximo em José Estaline.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP)** — Então e o PP?

**O Orador:** — Felizmente, o nacional socialismo morreu com a derrota do Eixo. Podemos dizer que a queda do Muro de Berlim, se não significou a morte do comunismo em termos planetários, significou, no entanto, uma fronteira importantíssima na história da liberdade dos povos.

De um lado, ficaram aqueles que sempre lutaram pela democracia, pela liberdade e pelo humanismo; do outro, aqueles que não compreendem outra linguagem a não ser a da tirania, do jugo e da força.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador:** — É importante dizer que a servidão comunista, que se abateu sobre centenas de milhões de pessoas, não pode ser esquecida. Não se pode passar uma esponja sobre esse passado, como também não se pode passar uma esponja sobre os crimes cometidos pelo nazismo.

A história da liberdade é uma história difícil; é uma história feita de generosidades e é pena que não nos possamos congratular com a queda de outros «muros» que ainda se mantêm no mundo.

Lembro-me e recordo, o que se passa na Coreia do Norte, o que se passa politicamente na China, o que se passa em Cuba e em tantos países onde os jovens não têm futuro e os velhos não têm esperança.

Portanto, como estava a dizer, para nós, este é um dia que deve ser generosamente celebrado, fundamentalmente por esta Assembleia da República, que é a digna continuadora de uma Assembleia Constituinte a me honrei de pertencer e que foi generosa na Constituição que elaborou: generosa nas liberdades e preocupada com a construção do Estado de direito, não apenas em Portugal mas em outros países, fundamental e particularmente nos povos que há pouco se conseguiram desligar dos jugos totalitários.

Por isso, este voto pretende constituir um marco de glória à liberdade, à democracia e à vitória daqueles que deram a vida para que essa liberdade e essa democracia sejam hoje tão naturais como o ar que todos respiramos.

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Matos Correia

**O Sr Matos Correia (PSD)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados Uma brevíssima intervenção para justificar o sentido daquele que será o voto do Grupo Parlamentar do PSD relativamente a esta questão

Já ontem tivemos ocasião, nesta Assembleia, de celebrar — diria, de forma particularmente condigna — um acontecimento que merece de facto essa celebração. Mas por mais importante que tenha sido essa forma de celebração e por mais importantes que tenham sido as declarações que aqui foram feitas, parece-nos que este voto é relevante porque não significa apenas a opinião dos Deputados que aqui falaram ontem e das bancadas que representam, significa mais do que isso.

Esta Assembleia é, constitucionalmente, a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, o que significa que Portugal e os seus cidadãos se revêm nesta celebração de um momento tão importante como foi a queda do Muro de Berlim.

Tive ontem ocasião de dizer, em nome da bancada do Partido Social Democrata, que há acontecimentos que merecem ser celebrados de uma forma particular. Quero crer que este voto, que o CDS-PP apresentou e que esta Assembleia vai votar, é uma forma digna de associar esta Assembleia — e, através dela, os portugueses que nos honra representar — a uma questão tão importante como a queda do Muro de Berlim.

Tivemos ocasião de suscitar, junto do Grupo Parlamentar do CDS-PP, pequenas sugestões de alteração, nomeadamente a inserção de uma palavra que, certamente por lapso, não estava referida a palavra democracia. É que os povos dos países da Europa Central e de Leste não se limitaram a lutar — isso já seria muito —, durante muitos anos, pela liberdade, fizeram-no também pela democracia.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Eu diria pela verdadeira democracia, e não por aquelas repúblicas democráticas, que podiam ser repúblicas — pelo menos, naquilo que o significado de república tem de pior —, mas democráticas, certamente, não o eram!

Por isso, em nome da bancada do Partido Social Democrata, quero afirmar que nos associamos gostosamente ao voto proposto pela bancada do CDS-PP.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira

**O Sr. Medeiros Ferreira (PS)** — Sr Presidente, Srs. Deputados, a queda do Muro de Berlim é uma data inesquecível na vida deste século. Marca uma era na história da Europa, na história das ideias e, sobretudo, na história da liberdade dos povos.

Estou a citar, quase na íntegra, o voto do CDS-PP, com a exceção do conceito de «era», que prefiro, relativamente à acentuação do conceito de fronteira — para não voltarmos a criar mais «muros». Sr Presidente

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador:** — Quando o Muro de Berlim foi edificado, em Agosto de 1961, a Europa estava dividida, essencialmente, entre ditaduras e democracias. E essa divisão entre ditaduras e democracias sustentava, sobretudo, as ditaduras. Porque quer as ditaduras a Ocidente quer as ditaduras a Leste justificavam-se reciprocamente com o medo, com o terror de Estado e a propaganda expansionista, nacionalista de qualquer natureza.

**A Srª Natalina Moura (PS)** — Muito bem!

**O Orador** — Quando o ano de 1961 nasceu, em Portugal, um grupo de homens bons, um grupo de democratas, promoveu a difusão de um documento chamado Programa para a Democratização da República. Entre os seus subscritores estavam Mário Soares e Raúl Rego, entre outros, e possivelmente também o Sr. Presidente Almeida Santos. Muitos deles foram presos. Não se construíram só muros de tijolo, os muros também se fazem do silêncio, da censura, da existência de polícias políticas. Portanto, foi tudo isso que também ruiu há 10 anos, quando o Muro de Berlim caiu.

Nós somos favoráveis à aprovação desse voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP, tanto mais, Sr Presidente, que os Deputados do Partido Socialista não são democratas por resignação, não são homens políticos que se renderam à democracia.

Não, não! Nós pertencemos àqueles que sempre lutaram pela democracia. Quando havia ditadura em Portugal, não tivemos qualquer revelação súbita no dia 26 de Abril. Sempre combatemos o bom combate e é por isso que estamos à vontade, Sr. Presidente, para apoiar este voto que celebra o fim, é verdade, de uma das formas mais perversas de que a Humanidade se dotou de opressão dos homens sobre outros homens.

Foi a falência de doutrinas totalitárias, foi o fim da divisão da Alemanha, foi o início da desagregação da União Soviética e das ditaduras dos países de Leste.

Mas há «muros» que continuam, Sr. Presidente e Srs. Deputados. E o Partido Socialista promete continuar, depois da queda do Muro de Berlim, 10 anos depois, o combate foi sempre o seu, ou seja, o combate pelas liberdades que o Partido Socialista liderou depois de 25 de Abril, para que em Portugal não houvesse outras formas de ditadura, o que talvez também tenha tido influência, a prazo, na queda do Muro de Berlim.

Em suma, o Partido Socialista entende que, depois do fim das ideologias totalitárias, a esquerda democrática está em condições de criar uma nova era, com as suas próprias ideias, para o fim da injustiça, ou seja, para o fim dos «muros» que ainda existem nas sociedades contemporâneas.

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Sr Presidente, Sr. e Srs. Deputados. O voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP não visa assinalar o fim do Muro de Berlim, a livre circulação de pessoas entre as duas Alemanhas e o processo de democratização política então desenhado na RDA, acontecimentos de inegável importância histórica, cuja evocação, por si só, não nos mereceria reserva, acon-

tecimentos que não consideramos incompatíveis com o esforço de uma profunda e necessária restruturação e renovação socialistas

**O Sr. João Amaral (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — O voto de congratulação apresentado pelo CDS-PP, pelo partido da extrema direita em Portugal,.

#### *Protestos do CDS-PP*

... numa linguagem traiuliteira e provocatória, usa o 10.º aniversário da queda do Muro de Berlim como um pretexto para celebrar, sob outras palavras, um ilusório «fim da história», mas também e sobretudo para proceder a uma mesquinha, rancorosa e insolente criminalização de ideais humanistas de progresso e transformação sociais que, ao longo deste século, batalharam pela supressão do capitalismo com a justa ambição da construção de novas sociedades.

#### *Aplausos do PCP*

Nós, comunistas portugueses, entendemos que o que foi derrotado não foi o comunismo ou o ideal comunista e o seu projecto de transformação da sociedade. O que foi derrotado — e a queda do Muro de Berlim é, de facto, um dos seus momentos simbolicamente expressivos — foi um modelo em que a democracia política foi substituída pelo autoritarismo do Estado menosprezando o valor intrínseco da liberdade e da democracia

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós, comunistas portugueses, vinculamos o socialismo à liberdade e à democracia política, económica, social e cultural, e consideramos que a democracia política possui um valor intrínseco e é um elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa e do socialismo

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Orador** — E continuamos a pensar, neste fim de século, que a guerra, a fome e a miséria que atingem milhões e milhões de seres humanos por todo o mundo, em paralelo com uma concentração da riqueza sem precedentes e a acentuação das desigualdades em múltiplas vertentes da vida humana e das sociedades, só podem ter superação com o socialismo e não no capitalismo que as gera e que delas se alimenta.

#### *Aplausos do PCP*

Por isso, reiterando um profundo distanciamento e activa rejeição pelos comunistas portugueses dos crimes, ofensas à dignidade humana e perversões, que, afrontando os ideais comunistas, desfiguraram os nobres objectivos emancipadores de experiências de construção do socialismo, e não esquecendo as conquistas e as mudanças e influências positivas que essas experiências, apesar de tudo, trouxeram à marcha do mundo neste século (da derrota do nazi-fascismo ao ruir do sistema colonial, de importantes avanços no plano social, económico e cultural às

conquistas sociais e direitos dos trabalhadores ganhos nos próprios países capitalistas), por tudo isso, o Grupo Parlamentar do PCP votará contra um «voto de congratulação» apresentado e apoiado por quem, sendo defensor do capitalismo, não aceita considerar-se cúmplice ou co-responsável dos extensos crimes, tragédias, ditaduras e agressões a países soberanos que a história do capitalismo integra,...

#### *Protestos do CDS-PP.*

... mas já pretende, absurda e preconceituosamente, arvorar-se em tribunal da História, criminalizar outras ideias e co-responsabilizar os comunistas de Portugal e de outros países em todo o mundo por aquilo que não cometem.

#### *Aplausos do PCP.*

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da consideração da minha bancada

**O Sr. Presidente.** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, a sua intervenção revelou uma tal inquietação, incomodidade e nervosismo. .

**A Sr.ª Odete Santos (PCP)** — Não me diga!

**O Orador** — . que, de facto, este simples voto, visando comemorar o direito à liberdade de povos que, quando eram reprimidos, nunca ouviram a vossa voz em sua defesa, ..

**A Sr.ª Odete Santos (PCP):** — Oh!

**Vozes do CDS-PP:** — Nunca!

**O Orador:** — ... este simples voto, dizia, permitiu concluir, pelo menos aos olhos dos portugueses, um facto interessante: é que o Partido Comunista Português continua do outro lado do muro!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

#### *Protestos do PCP*

**O Orador.** — Aliás, Sr. Deputado Octávio Teixeira, deixe-me dizer-lhe que há uma contradição insanável na sua argumentação. É que se o Sr. Deputado reconhece que a generosa utopia comunista foi substituída por um dirigismo estatal socialista nos países de Leste, não pode, então, deixar de se reconhecer na linguagem estritamente objectiva que o nosso projecto de voto contém.

É ou não verdade que os países de Leste suprimiram as liberdades públicas? É ou não verdade que violaram sistematicamente os direitos humanos? É ou não verdade que condenaram povos inteiros a uma servidão moral, social e económica?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É ou não verdade que dividiram nações que eram unidas? É ou não verdade que violaram

soberanias nacionais? É ou não verdade que institucionalizaram, por muito tempo, a divisão da Europa, através da constituição de um bloco político-militar que pretendia fazer dessa mesma Europa um palco de confrontação com os americanos?

Tudo isto é verdade e objectivo! E, Sr. Deputado Octávio Teixeira, de duas, uma, ou os senhores reconhecem que o socialismo real foi isto e nada mais do que isto e, então, não se percebe por que não dão a vossa concordância a este voto, ou o que nós dizemos incomoda o fundo da vossa consciência e os senhores ainda não fizeram uma revisão de matéria sobre a aplicação do socialismo real ao bloco de Leste.

Quanto à tentativa de dizer — e a isso dedicarei apenas alguns segundos — que o CDS-PP não é um dos partidos fundadores da democracia portuguesa mas um partido da extrema-direita,...

O Sr. João Amaral (PCP): — Não me diga que é da extrema-esquerda!

O Orador: — ... devo dizer-lhe o seguinte: primeiro, nos dias que correm, não conheço nenhum aliado do capitalismo que o seja tanto como um ex-comunista.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — É um facto!

O Orador: — Segundo, um conservador tem, naturalmente, uma observação crítica do capitalismo...

O Sr. João Amaral (PCP): — Veja lá o que diz o Dr. Basílio Horta!

O Orador: — ... e, ainda ontem, puderam ouvir esse espírito crítico aqui, na intervenção do Deputado Rosado Fernandes.

Terceiro, não nos obriguem a lembrar o currículo do comunismo enquanto sistema político internacional — e, portanto, não estou a falar do vosso partido, mas do que foi o comunismo na vida internacional —, o currículo, dizia, de convivência e colaboração com o nazismo. Podíamos começar pelo pacto germano-soviético e procurara as suas origens; encontrariam a transferência de dirigentes «vermelhos» para os partidos «negros» dos anos 30, a passagem directa do comunismo para o fascismo de muitos quadros políticos que, na sua juventude, tinham travado as vossas lutas e erguido as vossas bandeiras, ou, ainda, a estranha colaboração entre nacionais-socialistas e comunistas para destruírem a República de Weimar. E não nos levem mais longe!

A História responde pela nossa argumentação. Creio que a vossa consciência há-de, um dia, responder pela vossa inquietação.

(O Orador reviu.)

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, as explicações a dar, praticamente não existem, porque, se reparou, quando já só faltavam 10 ou 15 segundos para o Sr. Deputado Paulo Portas terminar a sua intervenção de 3 minutos é que ele disse que ia gastar apenas alguns

segundos na tal defesa da honra. Por conseguinte, não tenho explicações a dar.

Porém, Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Portas que essa ideia de «não nos obriguem» não nos assusta. Façam o que quiserem! Nós não estamos aqui para os obrigar a nada! Façam a história que quiserem e façam a confrontação que quiserem!

Há, no entanto, algo que não aceitamos nem admitiremos nunca: é que possam querer tripudiar sobre ideias, sobre concepções, sobre ideais. Isso não!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sobre o sistema!

O Orador: — E é isso que consta do voto que apresentaram.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não é, não!

O Orador: — Aliás, o Sr. Deputado do PSD, Matos Correia, há pouco, ao referir-se ao assunto, chamou a atenção do CDS-PP para o facto de, no texto, só constar a palavra «liberdade» e não a palavra «democracia», a qual, em sua opinião, deveria ser incluída.

Ora, não sei se repararam que, nesta sua última intervenção, o Sr. Deputado Paulo Portas voltou a falar exclusivamente de liberdade e a palavra democracia não foi referida. Isto é uma constatação de facto!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Oh, Sr. Deputado!...

O Orador: — Para mais e a terminar, Sr. Deputado Paulo Portas, quero dizer-lhe o seguinte: nós não temos qualquer vergonha daquilo que o nosso partido, o Partido Comunista Português, fez, antes e depois do 25 de Abril. Fomos nós que lutámos pela liberdade e pela democracia, em Portugal, ainda muito antes do 25 de Abril.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E, mesmo depois do 25 de Abril, fomos nós que continuámos a fazê-lo.

V Ex<sup>a</sup>, nos tais 5 segundos em que quis defender a honra e consideração da sua bancada, reportou-se à questão do partido da extrema-direita. Sr. Deputado Paulo Portas, em Portugal, não conheço outro partido que esteja mais à direita do Partido Popular. Por isso, lógica e naturalmente, o Partido Popular tem de estar na extrema-direita do sistema partidário português.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — Isso é geometria!

O Orador: — Mas, mais do que isso, Sr. Deputado Paulo Portas — e não quero entrar por aí —, certamente que alguns dos fundadores do CDS que se sentam, neste momento, nessa bancada, sabem que, ao longo do tempo, houve muitas pessoas que integraram o CDS, enquanto partido, como militantes, e que foram, antes do 25 de Abril, apoiantes do regime fascista. Não quero ir mais longe...

*Protestos do CDS-PP.*

Não estou a referir pessoas em concreto; estou a dizer que houve pessoas e não estou a dizer que foram todas.

Mais ainda: posso dizer-lhe, Sr. Deputado Paulo Portas, que certamente não conheceu a sua bancada na última legislatura, pois, se tivesse conhecido, não fazia a afirmação que fez.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, a consideração da nossa bancada voltou a ser...

O Sr. Presidente: — Pois é, Sr. Deputado, mas não há tradição nesta Casa de...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço-lhe para fazer uma interpelação à Mesa

O Sr. Presidente. — Faça favor, Sr. Deputado, mas agradeço-lhe que seja o mais conciso possível.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas, através de V. Ex.<sup>a</sup>, esclarecer a bancada do PCP de que ninguém está aqui a discutir o problema do 25 de Abril.

O Sr. João Amaral (PCP): — Pois não!

O Orador: — Estamos a discutir o que aconteceu, há 10 anos, em Berlim

Estaremos prontos para a discussão sobre o 25 de Abril, à qual nunca fugimos. E, com essa naturalidade, esperamos que os senhores, um dia, estejam mais abertos à discussão sobre o que aconteceu, há 10 anos, em Berlim.

Mas há, sobretudo, uma pequenina explicação, que é de estrita filosofia política, que gostava que a bancada do Partido Comunista entendesse: para nós, liberdade é um valor e democracia é um sistema para organizar esse valor. É por isso que liberdade é o conceito fundamental.

(*O Orador reviu.*)

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — De resto, nós temos muitos anos de defesa de uma democracia parlamentar, à qual, muito a custo, o vosso partido aderiu.

Eram apenas estas as explicações que queríamos dar.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me permite, para defesa da honra pessoal

O Sr. Presidente — Contra quem?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Contra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Presidente: — Um bocado retardada... Mas vamos lá, faça favor.

*Risos gerais*

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas pedi a palavra na altura...

O Sr. Presidente: — Não vi, Sr. Deputado, mas faça favor.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Octávio Teixeira falou dos fundadores do CDS que se sentavam nesta bancada — e eu, neste momento, sou o único — que deviam saber de pessoas apoiantes do regime fascista que inicialmente estiveram connosco. Foi isto que disse.

Ora, quero lembrar ao Sr. Deputado Octávio Teixeira duas coisas: primeiro, o nosso partido não tinha «controleiros»

*Aplausos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas.*

Portanto, não sabemos o passado nem a vida das pessoas que estiveram connosco em cada momento. Eventualmente, outros partidos, habituados a outros métodos, tinham as suas fichas e os seus conhecimentos, mas não o nosso

Em segundo lugar, quero dizer ao Sr. Deputado Octávio Teixeira o seguinte: de entre as pessoas que apoiavam o regime fascista, depois do 25 de Abril, umas emigraram e outras foram para o partido do poder. E um dos partidos do poder, depois do 25 de Abril, era exactamente o seu, não o nosso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

*Risos do PCP.*

O Orador: — Nós, como o Sr. Deputado se lembra, éramos presos no Congresso do CDS no Porto, sitiados cá fora por pessoas totalitárias, que espero que, hoje, já não defendam.

Quero dizer-lhe que muitos dos nossos, só por serem do CDS, foram expulsos dos seus empregos, dos seus trabalhos, perseguidos, e alguns até morreram, apenas e só por não serem socialistas! E aqui, nesta Assembleia, todos temos memória do que foi o cerco à Assembleia Constituinte.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, o Sr. Deputado e a sua bancada não têm qualquer moralidade para estar a falar de ligações do nosso partido ao anterior regime. Olhe para dentro de si e esqueça os outros!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Basílio Horta, começo por dizer-lhe que nós temos toda a moralidade e todo o direito...

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP):** — Direito, sim! Moralidade não!

**O Orador:** — ... de nos referirmos àquilo que referi, porque temos, sem dúvida alguma, uma história no nosso país e essa história, de modo algum, pode ser posta em causa por quem quer que seja.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP)** — Mas isso não lhe permite dizer o que diz!

**O Orador** — O Sr. Deputado Basílio Horta sentiu-se ofendido? Com toda a sinceridade — isto, para ser muito claro e muito sincero —, julgo que não. E que V. Ex.<sup>a</sup> percebeu perfeitamente aquilo que eu disse. Aquilo que eu disse, em relação aos fundadores do CDS, foi muito claro é que havendo fundadores, sabê-lo-iam certamente, porque muitas dessas pessoas eram públicas. E independentemente de, na altura, haver ou não «controleiros» no CDS — não sei se actualmente existem —, essas situações eram conhecidas.

E há aqui uma correlação entre a intervenção que V. Ex.<sup>a</sup> fez e a interpelação à Mesa feita pelo Sr. Deputado Paulo Portas: é que ambos sentem uma grande necessidade de explicarem e de darem explicações, e isso é significativo.

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Os senhores é que sentem!

**O Orador** — Aliás, se o Sr. Deputado Paulo Portas dá a explicação que deu, há pouco, sobre a questão da democracia, de que a liberdade englobaria tudo, por que razão o voto terá sido alterado para introduzir a palavra democracia?

*Risos do PCP.*

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Nós sempre estivemos disponíveis para isso!

**O Orador** — De facto, há explicações que é preferível ficarem pelo sentido da responsabilidade para não caírem em qualquer outro tipo de sentido, muito menos no do ridículo.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):** — Tanta inquietação só por um voto!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos retomar a discussão do voto de congratulação, uma vez que fizemos aqui alguns desvios. Para uma intervenção sobre o voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Retomemos então a discussão no Bloco de Esquerda.

Tem sido linha da extrema direita europeia fazer equifarpar o comunismo e o fascismo, fenómenos de sinal contrário, fenómenos sócio-políticos bastante diversos. Isso só tem visado aumentar a confusão doutrinária e política e

tem tido uma redundância prática, que é o branqueamento do fascismo e é por isso, talvez, que é importante averiguar da companhia de democratas em votos que, sendo parciais, nunca são inocentes.

Revisitar a queda do Muro de Berlim 10 anos depois suscita várias reflexões: tratou-se do colapso rápido e em domínio de um modelo de socialismo condenado pela História e pelos povos, sublinho, de um modelo não do socialismo em geral.

Desde os anos 30 que o afastamento dos ideais socialista e as práticas políticas de fusão do aparelho de Estado e do partido hegemónico fizeram o seu curso e conduziram a novos dualismos sociais, a crimes sem nome e a tragédias para a libertação dos povos do jugo do capitalismo, a Leste e a Oeste.

Esta situação foi de agravamento em agravamento e ampliou a sua escala à medida europeia nos anos 50; no entanto, ela não anulou um sistema socialista que tinha provado inicialmente todas as suas potencialidades para enormes conquistas sociais e de civilização, que mudou a face do mundo no século XX. Esse sistema então apodrecia e criava o seu contrário numa lógica espiral negativa. As guerras quentes e frias, que foram movidas pelo imperialismo, acentuaram o quadro interno da degenerescência.

Alguns da minha geração sofreram a ilusão de que o sistema poderia ser regenerado por dentro, para garantir um Estado de direito socialista, a democracia multipartidária, a liberdade de criação e a produtividade assente em ganhos sociais e científicos. Mas a ilusão com contas enganadas virou deceção e, depois, aquela expectativa funérea que é a «antecâmara de finados». Mas tal como os termidor das revoluções sócio-políticas que implantaram o capitalismo não levou ao regresso ao passado, apesar das contra-revoluções do antigo regime, também hoje a aspiração e o projecto socialista, consciente dos seus erros históricos, faz o percurso de uma nova chegada.

O capitalismo não é a História total. Tenham paciência, o combate pela justiça social, a reversão de uma globalização de pobreza numa globalização de cidadania e a regeneração ambiental projectam novas áreas, novos sistemas de equidade e liberdade futuras!

A esquerda em que nos situamos tirou estas lições do passado longínquo e do passado próximo e é também por isso que não dá qualquer caução ao regime presente da China Popular, que é a sobrevivência fantasmática de um sistema falido que na sua ultra-decomposição combina o pior de dois sistemas, o capitalismo selvagem e a ditadura burocrática de um só partido, dito dos trabalhadores mas que é, de facto, de uma casta militar.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas a queda do Muro de Berlim invoca outras opiniões. A vitória não foi dos povos, foi de uma potência hegemónica que expandiu sem freio o seu domínio, a política e a ideologia neo-liberal, agravando sem precedentes e sem limites a diferença entre ricos e pobres, poderosos e fracos, incluídos e excluídos, sustentados e insustentáveis. O *american way of power* estendeu-se, com evidente prejuízo.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** — Sr. Presidente, vou terminar.

**O Sr. Presidente:** — Agradeço-lhe que o faça

**O Orador** — Não é por acaso que os povos do Leste europeu não têm motivo para festejar — lembro o capitalismo de máfias, as estruturas autocráticas, as guerras locais e a perda de papel internacional Na própria Alemanha, o Nobel da Literatura, Gunter Grass, referiu-se à anexação do Leste e ao sabor azedo da unificação

O que tinha de acabar tinha de acabar, mas não foi o começo de nada, foi a imposição do outro lado do Muro. Criaram-se, hoje, muitos mais muros no mundo, o equilíbrio do terror não desapareceu e

**O Sr Presidente:** — Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador** — Os vários terrores desequilibrados emergem em escala em todos os fusos horários.

Sr Presidente, falta uma frase, peço-lhe a sua suave generosidade

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado

**O Orador.** — Não nos associamos a votos de revanches, fazemos os votos de um outro futuro, não abdicamos de princípios de transformação social, a propriedade privada não é sacrossanta mesmo que alguns, lendo apressadamente a História, falem de «Marias da Fonte e Patuleias».

Alguns são pela restauração e pela conservação, outros, como nós, buscam as dinâmicas do progresso, o estádio do contínuo recomeço

**O Sr Presidente** — Uma frase com alguns pontos finais, Sr Deputado!

#### Risos

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr Presidente, Srs. Deputados. Se é verdade que falar do Muro de Berlim é falar de um símbolo daquilo que, porventura, era uma das imagens mais amargas da Europa, isto é, a imagem de um tempo de Guerra Fria, de um planeta bipolar, de blocos militares, de confrontação, de um equilíbrio resultante de terror, há, contudo, uma questão que não está colocada, de modo algum, no voto do CDS-PP e na forma como este o apresentou, que é a seguinte o que é que aconteceu depois do muro?

A verdade é que o Muro caiu, mas isso não impediu que outros muros se erguessem na Europa, numa Europa que se fechou como fortaleza àqueles que buscavam, noutras latitudes, aquilo que os mercados lhes negam, isto é, fechou-se àqueles que procuraram fugir ao que a pobreza gera nos seus locais de origem, obrigando-os a procurar na Europa outras condições, que esta lhes nega também — e o CDS-PP não convive mal com esse fecho da Europa de Schengen.

Aquilo que a Europa não conseguiu impedir com esta queda do Muro foi que os blocos militares — que era suposto terem-se dissolvido depois disso — se mantivessem.

No fundo, aquilo que justificava a existência da NATO era um inimigo O inimigo desapareceu, mas a verdade é

que a NATO, hoje, aparece reforçada, mais forte, continuando o uso da violência, da força e das armas a forma de resolver os problemas, inclusive dentro desta Europa.

A verdade é que o muro caiu e com ele, se calhar, também caíram algumas utopias, mas também é verdade que esta Europa continua a viver e a conviver de consciência tranquila com 50 milhões de pobres e que este planeta não alterou minimamente a sua lógica: há hoje mais pobreza, mais desigualdade; aqueles que detêm os meios e os recursos são em número cada vez menor e não há preocupação sobre essa necessidade de alterar os paradigmas, de alterar radicalmente esta lógica desumanizadora, nem há preocupação com esta violência. De facto, ela é, seguramente, uma interdição, uma forma de castrar a liberdade, porque a liberdade não é um conceito abstracto, significa ter direito ao ambiente, à saúde, à cultura, à educação e essas liberdades, que não são questões de forma, continuam esquecidas, e o CDS-PP não tem projecto, não tem sonho sobre elas e não se indigna

O CDS-PP, no seu voto, também não revela qualquer projecto sobre essas liberdades, não demonstrando, por isso, convicção numa nova forma de entender este mundo, num novo humanismo, num novo futuro, numa nova sociedade neste planeta.

Portanto, parece-nos claramente que este não é um voto que procure abrir pistas para uma sociedade mais justa, é, tão-só, uma forma de lembrar, porventura da forma mais negativa, um passado que, seguramente, é importante retener, de acordo com o direito à memória, mas que é, sobretudo, importante transformar.

**A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes):** — Muito bem!

**O Sr Presidente:** — Sr Deputado Manuel Queiró, está a pedir a palavra para que efete?

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, quero mesmo pedir esclarecimentos, porque não entendi qual vai ser o seu sentido de voto

Na esperança de que ainda possa vir a votar a favor, peço-lhe que, pelo menos, considere alguns factores, nem que seja os desastres ecológicos nos regimes de Leste, já para não falar do mais evidente, que foi a conquista da liberdade de existirem oposições, deputadas e partidos como o da Sra. Deputada nos países que há 10 anos se libertaram e que hoje têm parlamentos livres.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não é habitual haver pedidos de esclarecimento em matéria de discussão de votos.

**O Sr Octávio Teixeira (PCP):** — Onde está o Regimento? É uma questão regimental!

**O Sr Presidente:** — De qualquer modo, o Sr. Deputado nem sequer chegou a qualificar a figura que usou. Começou a falar e eu não quis interrompê-lo, mas, de futuro, fica entendido que em matéria de discussão de votos não há pedidos de esclarecimento. É evidente!

Srs. Deputados, vamos, então passar à votação.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, quer responder?

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, a partir do momento em que aceita uma inovação...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não precisa de justificar. Não aceitei uma inovação, fui colocado perante um facto consumado, mas faça o favor de responder.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, pois é, os factos consumados são, de facto, uma coisa.

**O Sr. Presidente:** — Sra. Deputada, também estou a aceitá-lo em relação a si. Faça o favor de responder.

### Risos

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Deputado Manuel Queiró, a única coisa que lhe posso dizer é que tem muita pena se não entendeu, mas não posso substituí-lo na sua capacidade de compreensão.

### Risos do CDS-PP.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à votação do voto n.<sup>o</sup> 3/VIII — De congratulação pelo 10.<sup>º</sup> aniversário da queda do Muro de Berlim (CDS-PP)

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, de Os Verdes e do BE e abstenções dos Srs. Deputados do PS Isabel Pires de Lima e Strecht Ribeiro.*

### Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos entrara no período da ordem do dia.

*Eram 17 horas e 15 minutos.*

### ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, como hoje não está prevista uma hora regimental de votações, com o vosso assentimento, passaríamos já à discussão, se houver lugar a ela, e votação de um projecto de resolução e de um projecto de deliberação, que têm a ver com a vida interna da Assembleia.

O projecto de resolução é proposto por Deputados de todas as bancadas, o que pressupõe, necessariamente, a existência de um consenso, e versa sobre o aumento do número de comissões especializadas permanentes de 13 para 14, sendo esta uma alteração regimental.

Alguém pede a palavra para discutir este projecto de resolução?

*Pausa.*

Como ninguém pede a palavra, vamos passar à votação do projecto de resolução n.<sup>o</sup> 2/VIII — Altera o artigo 36.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia da República (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Os Verdes e BE).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

**O Sr. Francisco Torres (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, para que efeito pede a palavra?

**O Sr. Francisco Torres (PS):** — Sr. Presidente, quero anunciar que eu e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos entregaremos na Mesa uma declaração de voto.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, fica registado.

Srs. Deputados, no que respeita ao projecto de deliberação, que foi apresentado por mim e que votaremos em seguida, há consenso no sentido de, apesar de se definir já a composição das várias comissões e a sua constituição, amanhã, ser objecto de reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares a especificação das competências de cada comissão. Aliás, isto será relativo não a todas as comissões mas, sim, apenas a algumas. Portanto, não há matéria para discutir.

Srs. Deputados, vamos votar o projecto de deliberação n.<sup>o</sup> 3/VIII — Constituição e composição das comissões especializadas permanentes (PAR).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos entrar na discussão do projecto de resolução n.<sup>o</sup> 1/VIII — Sobre a baixa das tarifas de electricidade (PCP)

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP assumiu perante os cidadãos portugueses, como compromisso eleitoral, a necessidade de serem reduzidos em 10% os preços da energia eléctrica, beneficiando, em particular, os consumidores domésticos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, agradeço a quem quer abandonar a Sala o favor de o fazer rapidamente e a todos que façam silêncio, a fim de que o Sr. Deputado Lino de Carvalho possa fazer ouvir-se em condições normais.

**O Orador:** — Estamos a tratar de questões que têm a ver com os cidadãos portugueses, Sr. Presidente. Mas isto já não interessa ao PP!

Continuando, Sr. Presidente, são múltiplas as razões deste compromisso, que concretizamos, hoje, com o projecto de resolução que apresentamos.

Em primeiro lugar, o respeito pela vontade manifestada pela Assembleia da República na legislatura passada quando, em Outubro de 1998, recomendou ao Governo, também por iniciativa do PCP, uma diminuição das tarifas de electricidade em 15%. O Governo só muito parcialmente deu seguimento a esta resolução com a decisão, tomada em 15 de Dezembro, de só assumir uma redução média de 6%, em que os consumidores domésticos foram os menos favorecidos (apenas 4,7%).

Em segundo lugar, razões de interesse social e económico. Ao contrário do que tem sido propalado, os consumidores portugueses, em termos de paridade do poder de compra, num universo de 19 países (os quinze Estados membros da União Europeia mais a Noruega, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália), são os que pagam a energia eléctrica mais cara. A factura de electricidade para

os consumidores portugueses fica mais cara, na tarifa simples, entre 56% a 68%, em paridade do poder de compra e dependendo do nível do consumo, do que para a média dos consumidores europeus. No que toca às empresas, o que está a acontecer com a desregulamentação do mercado, face ao desequilíbrio das tarifas, é a substituição da EDP por fornecedores espanhóis.

A manter-se a orientação baseada em tarifas elevadas perdem as famílias, perdem as empresas, designadamente as pequenas e médias empresas, que não têm dimensão para contratar o fornecimento de energia eléctrica fora do País, e perde a própria EDP, porque vê fugirem-lhe os consumidores de maiores consumos.

Argumentam os que se tem oposto à redução das tarifas que tal iria desequilibrar a situação financeira da EDP e que, com isso, seriam prejudicados os accionistas que adquiriram acções no processo de privatização. Estes argumentos não têm «pé para andar». A resposta é, aliás, dada pela própria EDP. Apesar da diminuição das tarifas em 1999, apesar da «fraca afluência da água às albufeiras» no primeiro semestre deste ano, que obrigou a EDP a «ter de recorrer à produção de electricidade por via térmica, com os consequentes agravamentos dos custos», apesar disto tudo, o Grupo EDP terminou o primeiro semestre de 1999 com um crescimento de 7% no consumo de energia eléctrica em relação ao período homólogo do ano de 1998, que produziu um resultado líquido consolidado, isto é, depois de impostos, de 50 milhões de contos, o que aponta para lucros, no final do exercício deste ano, idênticos aos de 1998 e assim, citando a própria EDP, mantendo «( .) os seus resultados ao nível das melhores performances conseguidas nos últimos anos». Há, pois, Sr. Presidente, ainda uma larga margem de manobra para novas reduções de tarifas da energia eléctrica.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Aliás, mesmo com a redução que promos de 10%, o indicador da estrutura financeira da empresa situar-se-ia ainda em valor superior a 1,5, portanto, bastante acima da unidade e ultrapassando largamente os referenciais mínimos habitualmente considerados pelas próprias instituições financeiras, e a taxa de rentabilidade dos capitais próprios manter-se-ia a um nível superior a 8%. Isto deixa por terra os argumentos dos que se opuseram à resolução aqui aprovada em Outubro de 1998 e demonstra que a redução do preço das tarifa, ao estimular o consumo e ao travar a perda de mercados, é até positiva para a EDP e para os próprios seus accionistas.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas mesmo que assim não fosse totalmente, é oportuno lembrar aos mais distraídos que estamos perante um serviço de alto interesse público e que, acima da procura da máxima taxa de lucro para remunerar os dividendos dos seus accionistas, tem de estar sempre o interesse dos mais de 5,2 milhões de consumidores. A EDP, o que tem de fazer, é partilhar os seus ganhos com os consumidores portugueses!

**O Sr. Bernardino Soares (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — E não venham dizer-nos que, agora, a fixação das tarifas cabe a uma entidade reguladora inde-

pendente, porque isso confirmaria que, afinal, o PS, quando afirma no Programa de Governo que o Estado passará a ter somente um papel regulador do mercado, o que está a fazer e a dizer é que defende que o Estado se demita de assumir as suas responsabilidades, deixando os cidadãos portugueses na dependência do livre arbitrio e do jogo dos interesses económicos. Mas, em todo o caso, a tal Entidade Reguladora do Sector Eléctrico é obrigada, no processo de fixação das tarifas, a ouvir a Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência e o Conselho Tarifário. O Governo continua, pois, mesmo neste contexto, a ter toda a possibilidade de intervir e de influenciar na definição dos preços da energia eléctrica. Além do mais, a fixação dos preços, de acordo com o próprio diploma que cria a ERSE (Entidade Reguladora do Sector Eléctrico), tem de assentar em três critérios o interesse dos consumidores, o interesse das empresas do sector e o interesse público.

Nenhuma variável impede, pois, Srs. Deputados, que as famílias portuguesas, designadamente as de menores recursos, e as empresas, em especial as pequenas e médias empresas, paguem menos, no final do mês, pela factura da electricidade, como o PCP propõe. O que não podem os consumidores portugueses é ser os únicos a pagar os chorudos lucros da EDP.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — O que pode impedi-lo é, eventualmente, a falta de vontade política, designadamente do Governo e do Partido Socialista. Esperemos que não haja aqui, hoje, lugar para «empatas».

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos.

**O Sr. José Penedos (PS):** — Sr Presidente, permita-me que faça uma saudação especial nesta minha primeira intervenção, desejando felicidades para o seu mandato, bem como a todos os colegas Deputados das bancadas do extremo direito ao extremo esquerdo do Hemiciclo.

**O Sr. Presidente** — Muito obrigado, Sr. Deputado, desejo-lhe o mesmo.

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos hoje confrontados com um projecto de resolução que tem uma enorme importância para esclarecer qual é a vontade dos grupos parlamentares em relação ao Programa do Governo apresentado, com o qual esta questão também se prende.

A um projecto de resolução que tem um objectivo tão simpático como é reduzir o preço da energia em 10%,...

**O Sr. José Junqueiro (PS):** — Exactamente!

**O Orador:** — ...valores nominais, para os clientes da empresa, consumidores, em particular, de baixa tensão, ou seja, os consumidores domésticos — suponho que é essa a intenção do projecto — é difícil dizer não, a não ser que tenhamos elementos de validação do objectivo proposto, os quais vou procurar alinhar perante os Srs. Deputados.

Como pode apreciar-se um projecto de resolução dessa natureza? Com base no que se fez antes ou com o conhecimento e a ponderação do que, entretanto, aconteceu, depois da última resolução votada nesta Assembleia? Há um novo quadro legal, Srs. Deputados, que se desdobra em duas componentes. Há uma entidade reguladora, que tem uma delegação de competências para a fixação de tarifas, a qual concerta com a Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência — é verdade — e ouve um Conselho Tarifário, onde estão representadas as associações de consumidores.

Em bom rigor, é esta entidade reguladora, que não depende do Governo, que deve fixar os preços da energia eléctrica. Não era assim no passado, pois esta entidade foi criada em 1995 e começou a funcionar verdadeiramente no princípio de 1997, estando, neste momento, credenciada como uma entidade reguladora autónoma do Governo, o que não quer dizer que não obedeça a orientações do Estado. Uma entidade reguladora desta natureza não é independente do Estado mas é independente do Governo.

O que aconteceu em termos de evolução externa? Há um novo mercado de electricidade. O mercado interno de electricidade surgiu este ano, sendo um mercado que absorve todos os países da União Europeia à excepção das zonas insulares, *stricto sensu* ou em termos eléctricos, como é o caso da Irlanda e da Grécia, o qual nasceu com um objectivo: fazer funcionar a concorrência.

A directiva europeia sobre regras comuns de mercado visa introduzir a concorrência onde a mesma é desejável e possível. Ao transpor essa directiva, estamos envolvidos com os restantes parceiros europeus que a adoptaram no objectivo de construir um mercado único da energia baseado e regido pela concorrência.

O que será, a prazo, este mercado? No centro deste dispositivo temos uma rede unificada ou coordenada, como já é hoje, que é considerada um elemento essencial para acesso de muitos grandes utilizadores. Esta função de transporte será progressivamente autonomizada e mesmo isolada da função de comercialização.

A montante dessa rede, os produtores vendem a sua energia, seja sob a forma de contratos bilaterais seja sob a expressão de um mercado primário. A jusante, os compradores adquirem a sua electricidade escolhendo os distribuidores em concorrência. Assim se gerarão diferenças de preços, abrindo novas oportunidades a novos produtos financeiros. O mercado europeu transforma-se, assim, num mercado dito de comodidade, onde o comércio de electricidade na sua forma mais pura virá a inscrever-se naturalmente.

Nenhum país pode, na Europa interligada, isolar-se por muito tempo desta realidade em construção, por isso, cada utilizador terá a energia útil de que necessita ao custo mais interessante num processo de minimização de custos onde ele é o único gestor a prazo. A comercialização é, por isso, um instrumento do desenvolvimento do mercado concorrencial na União Europeia.

Em termos de Governo, o que é que se passou? Há um novo Governo, o XIV, em cujo Programa, que aqui não foi rejeitado, a páginas 100 e 101, se consagram algumas linhas essenciais para esclarecer o tema de que estamos a tratar. A primeira linha é aprofundar e consolidar o caminho percorrido nos últimos quatro anos. Qual era esse caminho? Era o da convergência com a média comunitária a nível dos preços de electricidade. Essa convergência, Sr. Deputado Lino de Carvalho, foi atingida este ano,

porque quando se fala de média de preços na Comunidade Europeia não se fala em preços comparados segundo as paridades de poder de compra, porque isso, então, seria muito interessante para outros sectores. Na electricidade, que é um sector essencial da vida económica e da vida social, não é a paridade do poder de compra o elemento aferidor.

E quanto a privatizações? Quanto a privatizações, o Programa do Governo propõe, para além da reorganização dos operadores energéticos nacionais, a liberalização dos mercados, a sua regulação independente — e aqui entra, naturalmente, a entidade reguladora —, e a continuação dos respectivos processos de privatização. Aqui está, Sr.º e Srs. Deputados, o essencial do quadro com que estamos confrontados neste projecto de resolução. Temos de ver como é que estas metas foram atingidas.

Sobre a convergência tarifária, posso dizer que, em Janeiro de 1999, estávamos abaixo da média comunitária em 1,7%. Digo que estávamos abaixo da média comunitária porque ao longo do ano de 1999, com a entrada do mercado interno da electricidade, em vários países, de que citaria, em particular, a Alemanha, a Espanha e a Holanda, houve baixas agressivas de preços para os consumidores industriais e domésticos pelo funcionamento do mercado.

Neste sentido, é necessário levar em conta o ajuste que estas empresas fizeram na sua lógica de mercado para acometer o modo de liberalização de preços que conduziu a essa generalizada baixa. Portanto, só no fim do ano de 1999 é que vai ser possível saber a que distância estamos dessa média comunitária, mas é fácil dizer que Portugal encontrará-se à média comunitária.

**O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Sobre a continuação dos processos de privatização, há que dizer, com toda a clareza, que a ser votado um projecto de resolução como o que estamos a apreciar adiar-se-ia indefinidamente a privatização da EDP, por alteração substancial do quadro de referência e da estabilidade normativa que deve presidir objectivamente à regulação tributária. Os mercados não estimam que haja sistemáticas alterações do quadro de referência por impossibilidade manifesta do Estado em colocar no mercado acções com um valor substancialmente inferior ao da última operação de alienação.

Por isso e em conclusão, como o PS acompanha o objectivo aqui proposto pelo PCP de continuar a baixar os preços da electricidade no quadro de um mercado alargado, que é o mercado europeu, defendemos que não se atrase a criação de condições para continuar a privatização da EDP, porque essa via, como demonstra a experiência europeia ao longo de todo o ano de 1999, é a mais curta e a mais directa para baixar os preços da electricidade aos consumidores finais.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado José Penedos, inscreveu-se o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabámos de ouvir uma conferência interessante do Sr. Deputado José Penedos. O que não ouvimos

do Sr. Deputado José Penedos foi qualquer argumento substancial contra o objectivo do nosso projecto de resolução. Aliás, ele até disse que o PS está de acordo com o nosso objectivo! Portanto, se está de acordo, Sr. Deputado, deixe lá as conferências para a EDP, que o senhor conhece bem, e vamos tomar as decisões políticas que competem a esta Câmara.

A primeira questão, Sr. Deputado, é o facto de ter usado dois argumentos espantosos, sendo o primeiro o de que isto não era compatível com o Programa do Governo. Portanto, a aceitarmos esse argumento após a aprovação do Programa do Governo, o melhor era fecharmos a Assembleia da República e irmos todos para casa, porque não estamos aqui a fazer nada, isto é, não há margem para a Assembleia da República afirmar a sua vontade política em vários terrenos, quando essa vontade política seja contrária à vontade e ao Programa do Governo. Esse conceito de democracia, Sr. Deputado, tem de convir, é bastante redutor!

O segundo argumento, Sr. Deputado, foi o de que a entidade reguladora do sector eléctrico é independente do Governo e, portanto, não temos de a influenciar.

Ora, como o Sr. Deputado sabe, isso é falso, porque, em primeiro lugar, nem a Assembleia da República nem o Governo podem demitir-se de manifestar a sua vontade política perante os diversos aspectos da sociedade, designadamente no que toca a serviços de interesse público. Enfim, acho que o Sr. Deputado não vai mais longe do que o liberalismo dos americanos! Portanto, Sr. Deputado, o que aqui temos de fazer é manifestar uma vontade política nesse terreno.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, essa vontade política já foi manifestada em Outubro de 1998, para um horizonte em que a entidade reguladora do sector eléctrico já tinha poderes de decisão nessa matéria, ouvida a Direcção-Geral do Comércio e Concorrência e ouvido o Conselho Tarifário, onde o Governo, o Estado português, está representado.

Portanto, Sr. Deputado, a questão de fundo que estamos aqui a discutir é a de manifestar de novo a vontade política dos Deputados, dos representantes do povo, para uma solução que mesmo os senhores consideram que é boa, positiva, justa e razoável, dando sinal para o futuro ao Governo, por um lado, e à entidade reguladora, por outro, que têm de respeitar esta vontade política aqui manifestada.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado não desmontou minuciosamente os argumentos que aqui trouxemos. Em primeiro lugar, Sr. Deputado, porque já estamos num ano em que a redução das tarifas, que entretanto foi assumida pela entidade reguladora, embora inferior àquilo que a Assembleia decidiu, já foi posta em prática, estamos num ano, como eu disse na minha intervenção, em que a EDP tem maiores custos de produção, porque teve de recorrer a fontes de energia mais caras, à energia térmica, e, apesar disso, estamos a caminhar para um exercício em que a EDP vai ter o mesmo nível de lucros que no ano passado e, portanto, mesmo para responder à preocupação do Sr. Deputado, os dividendos dos seus accionistas vão ser sensivelmente idênticos. Portanto, mesmo nesse terreno, Sr. Deputado, essa questão não tem sustentação!

Mas, já agora, Sr. Deputado, aqui onde ninguém nos ouve, permita que lhe faça uma pergunta cara a cara: acha o Sr. Deputado que o critério central de análise de um serviço de interesse público é o critério dos lucros das

empresas e dos accionistas ou é o critério dos interesses desse serviço público, dos interesses dos consumidores, dos interesses dos portugueses?

O Sr. António Filipe (PCP) — Muito bem!

O Orador — Vem de um socialista ou, pelo menos, da bancada socialista, a eleição do mercado como a questão central desta reflexão e desta referência. E não tem uma palavra para os interesses dos consumidores, das famílias portuguesas, das pequenas e médias empresas?

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado

O Orador — Vou terminar, Sr. Presidente

Não acha, Sr. Deputado, que, mesmo com este critério, a EDP está a perder, neste momento, os seus maiores clientes, os quais estão a transferir-se e a negociar novas tarifas com os fornecedores espanhóis? Então, o Sr. Deputado não acha que tudo aponta para que a Assembleia da República volte a manifestar a sua vontade de reduzir os preços da energia? Há todas as razões para isso, Sr. Deputado

*Aplausos do PCP*

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos

O Sr. José Penedos (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, agradeço a clareza com que põe as questões. Lamento que tenha considerado que se tratava de uma conferência, porque o tom que utilizei foi eminentemente político, procurei fugir a elementos técnicos neste debate. Aliás, o Sr. Deputado, na sua intervenção, terminou reconhecendo que o mercado é verdadeiramente a matriz deste sector. Se os clientes fogem à EDP

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — E têm toda a razão!

O Orador — Isto significa que há outros fornecedores de electricidade que são alternativos em qualidade e preço. A lógica do mercado interno da electricidade com que nós, Portugal, nós, País, nos comprometemos ao transportar a directiva comunitária — e esta Assembleia não pôs em causa essa transposição — é a seguinte: construir um mercado baseado na concorrência. Portanto, o Sr. Deputado escusa de desencantar argumentos de natureza instrumental, que lhe são próprios, para combater uma coisa que está a montante disso. Nós, como País, assumimos entrar no mercado interno da electricidade com as regras que esse mercado tem. Quais são elas? A liberdade de iniciativa, a liberdade de contratar, a liberdade de os grandes consumidores acederem à rede e a liberdade de os pequenos e médios consumidores se organizarem progressivamente para comercializar com as distribuidoras a sua energia.

Este é um processo que não vai parar e quem não o quiser ver fica parado na História. Nós não podemos ignorar isto, porque temos a nossa própria posição estratégica em relação a este mercado, que é esta, Sr. Deputado, reconhecendo que a energia é um sector do qual o Estado não pode alienar a sua atenção, vamos ter de continuar presentes no sector com uma capacidade — a capacidade

reguladora. A capacidade reguladora pode ser exercida directamente pelo Estado quando não há entidades reguladoras.

**O Sr. Presidente:** — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, a capacidade reguladora pode ser exercida directamente pelo Estado quando não há entidades reguladoras; no entanto, não é esse o nosso caso, uma vez que fizemos uma entidade reguladora que pode dar orientações e o Estado pode transmiti-las. Através de quê? Através da concertação que tem lugar no âmbito da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência. As associações de consumidores estão representadas no âmbito do Conselho Tarifário. Portanto, o País tem um modelo que vai permitir ultrapassar esta dificuldade.

Agora, a EDP não pode ser impedida de continuar a sua privatização e esta resolução visa impedir a continuação da privatização.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Posso interpelar a Mesa, Sr Presidente?

**O Sr. Presidente** — Espero que seja uma interpelação, Sr Deputado

Tem a palavra

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Sr. Presidente, é rigorosamente uma interpelação no sentido de pedir à Mesa que, através dos serviços, seja distribuído às bancadas, designadamente à bancada do Partido Socialista, um estudo comparativo dos preços de energia eléctrica praticados nos países da União Europeia com base no único critério em que é possível comparar alguma coisa, que é o critério da paridade dos poderes de compra, porque nós não podemos comparar os preços de energia eléctrica fornecida aos consumidores em Portugal tendo em conta os nossos salários e os salários que são pagos na Finlândia.

Portanto, este estudo está baseado no único critério viável, que prova, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado referiu, que nós continuamos com o preço de energia eléctrica mais caro da Europa e que não há qualquer convergência.

**O Sr. Presidente:** — Também para uma interpelação à Mesa — e espero que seja mesmo uma interpelação —, tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos.

**O Sr. José Penedos (PS):** — Sr. Presidente, é rigorosamente uma interpelação.

O Plenário acaba de ser informado que o método de comparar preços de energia praticados na União Europeia é através da paridade dos poderes de compra. Sr. Deputado Lino de Carvalho, deve consultar a estatística europeia Eurostat, onde não encontra este método como referência das comparações internacionais de preços.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Nem dos salários!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

**O Sr. Hugo Velosa (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Acabei de ouvir o Sr. Deputado José Penedos, do Partido Socialista, dizer que a sua intervenção era política e eu não tenho qualquer dúvida — e penso que a Câmara o percebeu bem — de que ele não fez uma intervenção política.

O Sr. Deputado José Penedos veio antecipar a posição do Partido Socialista em relação ao projecto de resolução n.º 1/VIII, do Partido Comunista Português, como já o havia feito relativamente ao projecto de resolução apresentado em Outubro de 1998, antecipando que, embora esta Câmara, que é o órgão que representa o povo português através dos vários partidos que nela têm assento, possa propor projectos de resolução, eles não têm qualquer efeito útil.

O projecto de resolução apresentado em Outubro de 1998 caiu no esquecimento. Foi aprovado pelos partidos representados nesta Câmara com o voto contra do Partido Socialista e, no entanto, na prática, a dita entidade reguladora reduziu as tarifas, em média, em 6%, percentagem que não foi a decidida nesta Câmara.

Neste momento, do ponto de vista político, a situação é idêntica, ou seja, esta Câmara tem o direito de se pronunciar de forma política sobre esta questão das tarifas, representando os interesses das populações.

Não há dúvida de que, em Portugal, esta questão das tarifas das empresas públicas é algo que provoca sempre reacções negativas nos cidadãos. O consumidor sente sempre que está a pagar demais e que está a ser enganado, como tem acontecido — e isso é público —, quer em relação à Portugal Telecom, quer em relação à EDP. E isto aplica-se, quer nas tarifas para a indústria, quer nas tarifas privadas, ou seja, às famílias portuguesas.

A electricidade é um bem de primeira necessidade e, estando em primeiro lugar os interesses dos consumidores, não se justifica que o Governo e a EDP mantenham em primeiro lugar os lucros e os interesses económicos e financeiros em detrimento dos interesses das pessoas.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta questão das tarifas é um exemplo claro de que o Governo do Engenheiro António Guterres esqueceu de vez as pessoas, sobretudo as mais necessitadas, apoiando exclusivamente as empresas, como a EDP, que, em regime de monopólio, se orienta por critérios exclusivamente economicistas e financeiros, fazendo, inclusivamente, investimentos no estrangeiro, sem garantias de retorno ou de benefícios evidentes para os utentes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O regulamento tarifário da entidade reguladora certamente que se orienta por critérios iguais aos das empresas e do Governo e não por critérios que tenham em atenção os legítimos interesses dos consumidores, sejam eles privados ou industriais.

Portanto, aquilo que se recomenda ao Partido Socialista e ao Governo é que respeitem o que prometeram, ou seja, que olhem mais para as pessoas e menos para os critérios empresariais de gestão de uma empresa que presta um serviço público, talvez o mais essencial de todos para os cidadãos.

**Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados:** Como já referi, esta não é a primeira vez que o Partido Comunista Portu-

guês apresenta um projecto de resolução semelhante, com a diferença que o anterior propunha uma baixa nas tarifas de 15% e este propõe uma baixa de 10%.

É bom que recordemos que tal projecto de resolução, mesmo tendo sido aprovado neste Parlamento, não foi aceite, pois a entidade reguladora, repito, baixou, em média, as tarifas somente em 6%.

Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Seria politicamente razoável que a entidade reguladora, o Governo e a EDP respeitassem a vontade da Assembleia da República. Tal vontade deveria ser respeitada, pois assenta em dois vectores fundamentais: por um lado, o facto notório de que as tarifas da EDP continuam muito elevadas e gravosas para os consumidores, nomeadamente tendo em atenção os países da União Europeia; por outro, porque a EDP é uma empresa que tem apresentado lucros e uma rentabilidade incompatíveis com o serviço público que presta.

A comunicação social divulgou, ontem, declarações do Sr. Presidente da EDP no sentido de que haveria reduções irrisórias de menos de 1% nas tarifas da EDP para o ano de 2000, o que demonstra que o critério da entidade reguladora, do Governo e da EDP se mantém, omitindo direitos essenciais dos consumidores.

Penso que estamos aqui um pouco, como diz o povo, «a chover no molhado», a discutir algo que é muito grave para a Assembleia, na medida em que se trata de um projecto de resolução sobre o qual os Deputados e os partidos têm todo o direito de intervir e de propor, votar e deliberar sobre estas matérias.

Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: O PSD defende que este projecto de resolução não viola direitos que resultam da lei e que pertencem à entidade reguladora.

Em suma, a competência para estabelecer as tarifas da EDP, embora pertença à entidade reguladora e não à Assembleia da República, esta tem o óbvio direito inquestionável e constitucional de se pronunciar sobre esta matéria, nomeadamente através do projecto de resolução, e de estabelecer recomendações que, neste caso, devem vincular a entidade reguladora e o Governo.

Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Aquilo que todos sentimos é que os consumidores podiam e deviam pagar tarifas mais baixas do que aquelas que pagam. As tarifas são, efectivamente, injustas face à situação da EDP. No fundo, a EDP, a entidade reguladora e o Governo raciocinam e agem em regime de monopólio e não em regime de regulação normal de preços numa óptica de mercado.

O PSD não está de acordo com a percentagem que é proposta neste projecto de resolução. No entanto, isso não quer dizer que o projecto de resolução não mereça, do Grupo Parlamentar do PSD, a maior atenção e o maior apoio na ideia de que é necessário reduzir as tarifas e dar voz à Assembleia da República também nestas matérias.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O PSD continua a pensar que deve haver uma redução das tarifas da EDP, embora também aceite que há que proteger os interesses dos accionistas que investiram na empresa aquando da privatização e que compete à entidade reguladora fixar essas tarifas, mas tendo em atenção os critérios que podem sair da deliberação desta Assembleia.

No entanto, é um aspecto fundamental que o Governo aceite que este projecto de resolução corresponde a uma

recomendação a que politicamente deve vincular-se e não deve contrariar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta minha primeira intervenção de regresso às actividades parlamentares, queria cumprimentar o Sr. Presidente, desejar-lhe as maiores felicidades pessoais e na condução dos trabalhos e, também, cumprimentar todos os colegas que foram eleitos para desempenharem estas funções.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Desejo-lhe o mesmo.

O Orador: — Vou ser muito breve, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Primeiro que tudo, gostaria de referir um pouco da história deste processo recordando que, há pouco mais de um ano, o Partido Comunista Português apresentou um projecto de resolução no sentido de recomendar uma baixa de tarifas eléctricas da ordem dos 15%, dando particular atenção aos consumidores domésticos.

Recordemos que esta resolução foi aprovada com os votos do partido proponente, do PSD e do meu partido. Fizemo-lo sem complexos, por razões que se prendiam, exclusivamente, com o interesse das populações e que foram amplamente explicitadas durante o debate.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Por seu lado, as entidades responsáveis pelo tarifário acabaram por fixar uma baixa de cerca de 6%, como aqui também já foi dito: 4,7% para os consumidores domésticos e 10% para os industriais.

Hoje, colocam-se três questões: deverá haver uma nova baixa de tarifas? Deverá dar-se, numa eventual baixa de tarifas, uma preferência aos consumidores domésticos? Deverá a Assembleia da República recomendar uma baixa de 10%?

Gostaria de começar por abordar, brevemente, um ponto prévio: na nossa bancada, não temos grandes simpatias — para não dizer que não temos nenhuma simpatia — por qualquer situação de monopólio...

*Vozes do CDS-PP:* — Muito bem!

O Orador: — ... e, por isso, deve existir um grande rigor na fixação de regras de comportamento e de padrões de serviço. As entidades que têm a seu cargo a regulação do sector devem, também, actuar livres de pressões.

Esta Câmara, como representante da vontade expressa das populações, não pode deixar de fazer eco de vozes de protesto que chegam, por exemplo, do mundo rural, a propósito dos comportamentos e dos elevados custos que certas prestações de serviços têm por parte da EDP.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Entrando propriamente na matéria de fundo, a minha bancada pensa, e di-lo claramente, que é possível prosseguir na política de abaixamento tarifário.

Embora as tarifas já estejam abaixo da média europeia — e não gostaria de entrar na polémica entre custos reais e custos do poder de compra, porque, efectivamente, sentimo-lo em poder de compra mas fazem-se as comparações em termos de custos reais, apesar de estarmos num mercado unificado; portanto, é uma discussão um pouco bizantina, mas o elemento de comparação é, efectivamente, o dos custos — deve prosseguir, esta é a nossa opinião, a redução de tarifas Porquê? Porque a empresa pode fazê-lo Fundamentalmente, pela razão de que a empresa o pode fazer!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

**O Orador** — Quanto à segunda questão, privilegiar ou não os consumidores domésticos, é nosso entendimento que se justificou perfeitamente, no passado, privilegiar os consumidores industriais por razões de defesa da competitividade das nossas empresas — recordo que é bonito fazer discursos sobre o emprego, mas é aqui, nestas questões, é que o emprego se defende —,

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Muito bem!

**O Orador** — e, também, para preparar a EDP para o grande desafio que constituiu a abertura dos mercados energéticos, que, esses sim, vão ser tremendamente competitivos e tecnicamente muito competentes

Hoje, as prioridades podem alterar-se, dando maior atenção aos pequenos consumidores. Este é um serviço de interesse público, é bom não esquecer. Estamos a falar de milhões de consumidores, portanto, é bom ter também a óptica do serviço público que já aqui foi devidamente lembrada.

Estamos, pois, de acordo com os dois primeiros pontos, Srs Deputados o abaixamento das tarifas e o tratamento favorável dos consumos domésticos

Quanto ao terceiro ponto, propor ou não um abaixamento de 10%, temos as mais fundadas dúvidas

Este foi um ano em que a empresa viveu sérias dificuldades. É escusado dizer qual é a posição da minha bancada sobre esta matéria. Esperamos que a EDP viva em condições financeiras sãs, para evitar que entre em situações de deslize que, depois, são muito mais difíceis de compor do que de evitar.

Desejamos que a EDP diversifique as suas actividades e saudamos a competência técnica com que está a fazê-lo e o prestígio que está a alcançar no estrangeiro, onde esperamos que a EDP também diversifique as suas actividades. Esperamos que o faça com maior critério do que, em alguns casos, o fez recentemente, visto que, em vez de constituir o esforço dos seus clientes algo que, da perspectiva do futuro, poderia ter a possibilidade de aliviar os seus encargos, acabou por constituir, na prática, um agravamento dos mesmos, por questões onde, na nossa opinião, houve mais a pressa de anunciar factos de investimento no estrangeiro do que ver devidamente resultados.

Também esperamos que a empresa tenha uma boa saúde e remunere devidamente os seus accionistas, porque este caso, sobretudo, também é um caso paradigmático para nós. Trata-se de um caso bem sucedido de privatizações que teve a ampla adesão de muitos e muitos clientes que lhe confiaram as suas poupanças.

Mas, é bom não esquecer, que este ano foi um ano em que a empresa conheceu dificuldades. O índice de

hidráulicidade baixou — nos primeiros nove meses ele foi de cerca de um terço do que aquilo que tinha sido no ano anterior — e o preço dos combustíveis aumentou. Ontem mesmo, 10 de Novembro, o preço dos combustíveis foi exactamente o dobro do que tinha sido no dia 10 de Novembro de 1998.

Estes factores influenciaram os resultados deste ano. As últimas previsões sobre resultados líquidos de 1999, comparativamente ao ano anterior — e hoje já se dispõe de dados na base dos nove primeiros meses e não na base do primeiro semestre —, aconselham prudência, se se quiser a empresa financeiramente sã, que se diversifique e se remunere adequadamente quem nela acreditou.

A Salomon Smith Barney, que tem alguma reputação de competência nesta matéria, prevê, com base no resultado dos primeiros nove meses do ano, que os resultados deste ano atinjam 93,6 milhões de contos, ou seja, menos 10,7% do que os lucros líquidos que a EDP teve no ano 1998.

É, pois, um domínio, Sr Presidente, em que se deve actuar com muita cautela e ponderação. Não nos parece ser de recomendar um abaixamento de tarifas de 10%. Isso representaria uma quebra de receitas da empresa de 60 milhões de contos. A prosseguir assim, mais dois ou três anos, teríamos de estar aqui a ver, provavelmente, soluções para compor a situação de uma EDP degradada.

A Assembleia da República não deve substituir-se às entidades que, ponderando todos os parâmetros que devem ser considerados, têm por obrigação, elas sim, fixar as tarifas

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

**O Orador** — Sr Presidente e Srs. Deputados, a Assembleia da República faz a sua obrigação de transmitir aquilo que pensa ser o interesse das populações: que o esforço de abaixamento das tarifas deve prosseguir; que esta é a hora dos consumidores domésticos.

Esperamos que o Governo, que é o principal destinatário desta resolução apresentada pelo Partido Comunista Português, através dos instrumentos que estão ao seu dispor — porque o Governo não se pode demitir inteiramente desta matéria —, saiba ouvir as vozes que hoje, nesta Câmara, se expressaram e que vão no sentido da moderação tarifária.

Aplausos do CDS-PP.

**O Sr. Presidente.** — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria, em primeiro lugar, por precisar o sentido exacto da anterior discussão que tivemos sobre esta matéria, porque o Sr. Deputado Anacoreta Correia esqueceu-se de mencionar o facto de Os Verdes também terem votado favoravelmente a recomendação que apontava para uma quebra de 15% dos custos das tarifas energéticas. Um abaixamento que se ficou naquilo que para nós é mais importante, os consumos domésticos, pelos 4,7%.

O que, quanto a nós, está neste momento em discussão é saber se a empresa tem ou não capacidade financeira para prosseguir esse abaixamento — um abaixamento que nunca corresponderá, muito provavelmente, à taxa aqui re-

comendada, mas a um outro valor que venha a ser definido pela autoridade reguladora — e saber se é ou não socialmente justo ter uma política tarifária que não penalize os consumidores domésticos

Parece-nos óbvio que os consumos domésticos no nosso país são muito mais baixos do que nos outros países da União Europeia. É evidente que há necessidade de aumentar os níveis de conforto das pessoas, nas zonas rurais mas também nas zonas urbanas, e, para nós, é socialmente justificável e justo que se adoptem medidas nesse sentido.

Dito isto e explicado que Os Verdes defendem claramente, do ponto de vista social, esta recomendação, julgo, contudo, que é tempo de o nosso país reflectir de forma diferente sobre o modo como utiliza a sua energia.

Gastamos mal energia, é um dado adquirido. É um dado que, porventura, já estava presente na década de 70 e os governos da altura tiveram a preocupação de recomendar aos cidadãos, aos consumidores, outras formas de consumir, outros comportamentos, porque a crise energética assim o exigia e reclamava com urgência tal diferença de atitudes. A verdade é que, lamentavelmente, essa preocupação deixou de existir, mas justifica-se do ponto de vista ambiental. Justifica-se porque há responsabilidades imediatas e, sobretudo, a médio e longo prazo, responsabilidades que vão ter um custo a nível ambiental, mas também a nível social e económico, o qual, do nosso ponto de vista, não deve ser escamoteado.

Quanto a nós, é importante reflectir em como é que deve pensar-se a energia de forma diferente — e, claramente, essa não é uma preocupação do Partido Socialista nem o foi no seu anterior mandato em que de modo algum a mesma esteve presente, embora estejamos perante um dos desafios mais importantes dos nossos tempos.

Na verdade, continuamos a não apostar na conservação de energia, aspecto que tem expressão mínima no nosso país; temos uma eficiência energética baixíssima; continuamos a falar no gás natural, mas não entendemos que é preciso diversificar as fontes de energia e falamos como se o gás natural fosse a panaceia para todos os males; temos uma racionalidade energética praticamente nula. Estes são problemas que se colocam nomeadamente, é importante sensibilizar os consumidores, de forma pedagógica, para consumirem diferentemente, tal como também é importante fazê-lo relativamente às empresas porque é evidente que se estas últimas consumirem energia com reduções, a respectiva produção é mais barata, ou seja, conseguem ser mais competitivas. Este é um debate que continua por fazer.

De igual modo, continua a não existir uma política fiscal de incentivos à utilização de energias complementares, renováveis. Para o Partido Socialista, estas últimas são o «parente pobre» e continuam a sê-lo.

Assim, é perante este marasmo, esta enorme indiferença, que continuamos, calmamente, a importar mais de 90% de combustíveis fósseis sem pensar que é preciso mudar de atitudes.

Portanto, se, do ponto de vista de Os Verdes, neste momento ainda se justifica socialmente a descida das taxas agora proposta, consideramos indispensável que se pense diferentemente a forma de utilizar energia, que se tenha uma outra visão, que se tenha uma política que, manifestamente, não existiu e continua a não existir em Portugal.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Muito bem!

O Sr. Presidente — Srs Deputados, chegámos ao fim da discussão do projecto de resolução n.º 1/VIII — Sobre a baixa das tarifas de electricidade (PCP), cuja votação terá lugar na sessão da próxima quinta-feira, à hora regimental.

Vamos dar início à apreciação das várias petições inscritas na ordem de trabalhos para hoje, começando pela petição n.º 132/VII (3.º), apresentada pelo Movimento pela Maternidade, solicitando a inclusão de um serviço de obstetrícia-bloco de partos no novo Hospital Distrital de Santiago do Cacém.

Como sabem, cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos para intervir relativamente a cada uma das petições que vai ser discutida. Peço-vos que, devido ao adiantado da hora, se circunscrevam a este tempo e mesmo, se for possível, que poupem algum tempo, o que a Mesa agradece desde já.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Matias, para uma intervenção.

O Sr. Joaquim Matias (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados. A petição para a inclusão de um serviço de obstetrícia-bloco de partos no novo hospital de Santiago do Cacém, subscrita por 11 479 cidadãos, conta, ainda, com o apoio expresso de órgãos autárquicos dos cinco municípios do litoral alentejano e de 19 freguesias, de associações empresariais e de sindicatos, de três associações humanitárias de bombeiros voluntários e de várias comissões de moradores, associações cívicas e colectividades de cultura e recreio.

A amplitude do movimento pela inclusão da maternidade no novo hospital distrital, a localizar em Santiago do Cacém, e a determinação popular veiculada por várias dezenas de organizações e associações e pelos órgãos autárquicos e que sobe a este Plenário através da petição em análise, radica, antes de mais, numa justa e legítima defesa dos mais elementares direitos consagrados constitucionalmente, como é o direito à saúde.

A esta justa e legítima pretensão não se pode deixar de associar uma igualmente profunda indignação face à insensibilidade burocrática dos serviços do Ministério da Saúde, consentida e avalizada pelo Governo, contrariando as promessas eleitorais do partido que o sustenta, os Programas do Governo e o próprio Orçamento do Estado, deixando por utilizar verbas inscritas em PIDDAC para a realização de obras há muito reclamadas pelas populações carenciadas.

Tendo sido a maternidade do velho hospital encerrada em 1993, provisoriamente, por manifesta falta de condições, não é legítimo usar o número de partos efectuados nesse ano, 850, como valor de base para o dimensionamento da maternidade, sem um estudo minima mente sério, tanto mais que, como é público, a falta de condições obrigava, já nessa altura, à deslocação das parturientes para a residência de familiares ou outras, na área de outros hospitais a mais de 100 km.

Além disso, o litoral alentejano tem registado um crescimento demográfico positivo e os planos de desenvolvimento apontam para investimentos importantes em que se inclui o porto de Sines, de importância estratégica para o desenvolvimento regional e que, por certo, obrigará, necessariamente, à desejarável fixação de populações jovens.

Mas mesmo sem estes dados objectivos, como pode ser admissível obrigar parturientes a deslocações de 100 km e mais, só para poderem ter um parto em condições de segurança?

Os 13 partos realizados dentro de ambulâncias a caminho da maternidade, só no ano de 1997, são bem significativos da acessibilidade das populações aos serviços de saúde e da indiferença do Governo pelas populações desta região.

O facto de o programa funcional do novo hospital, aprovado em 1995, sem maternidade, permanecer escondido três anos dos órgãos autárquicos e das populações revela, por outro lado, a falta de transparência com que se pretende iludir a má consciência da decisão tomada.

Pela nossa parte, o Partido Comunista Português tem estado, e continuará a estar, ao lado da justa reivindicação das populações. Em 1 de Abril de 1998, o nosso grupo parlamentar interrogou o Governo, através de requerimento, solicitando informação sobre os fundamentos da decisão de não incluir maternidade no hospital e da possibilidade de alterar esta decisão.

Em 19 de Agosto de 1998, ultrapassado já o tempo regimental para a resposta do Governo sem que a mesma tivesse sido dada, já depois de o Ministério da Saúde e o Primeiro-Ministro terem proferido declarações públicas sobre a inclusão da maternidade, mas continuando a directora regional da ARS a informar que a equipa que procedia à revisão do programa funcional do hospital não tinha recebido orientação do Ministério para a incluir, voltámos, com novo requerimento, a insistir com a resposta ao primeiro e a estes factos novos. A resposta, em 30 de Setembro de 1998, não foi, de forma alguma, satisfatória.

O Governo não nos respondeu às questões de fundo colocadas e informou que, para não adiar a construção do hospital por um ano, avançaria com a obra e, simultaneamente, iria considerar alterações que viabilizassem a instalação do serviço de obstetrícia/neonatologia.

Passado mais de um ano sobre a data prevista para o início das obras do novo hospital de Santiago do Cacém, apesar de o Governo dispor de dotação orçamental em PIDDAC, as obras ainda não começaram, nem as da maternidade nem sequer as do hospital!

Entretanto, o programa da maternidade parece estar a ser desenvolvido com base em critérios exclusivamente economicistas, o que conduzirá, inevitavelmente, à situação de deficiência já registada, em 1993, no hospital velho e que deu origem ao seu encerramento provisório.

A própria Associação de Municípios Portugueses está disposta a atribuir bolsas que ajudem a fixar especialistas da saúde nesta área, o que, estranhamente, parece não interessar ao Ministério.

Estes factos põem em evidência a legitimidade e a justa pretensão dos petionários, ao mesmo tempo que fazem sobressair a negativa orientação política do Governo em matéria de saúde e a discriminação destas populações.

Pela nossa parte, continuaremos a acompanhar este assunto, como sempre o fizemos, até à sua completa resolução e, face à perspectiva, a curto prazo, da discussão do Orçamento do Estado para 2000, iremos reforçar a nossa recomendação ao Governo e propor, se necessário for, as medidas adequadas para a indispensável e urgente construção do hospital distrital de Santiago do Cacém, com a inclusão do necessário serviço de obstetrícia-neonatologia.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aires de Carvalho.

**O Sr Aires de Carvalho (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs. Deputados: A subida a Plenário de qualquer petição significa, antes de mais, que o exercício pleno da cidadania por parte das populações não é letra-morta e tem acolhimento neste importante órgão de soberania.

Por isso mesmo, tal acto é, simultaneamente, um contributo importante para a sensibilização dos cidadãos, no sentido de lhes manifestar o facto de ter valido a pena a esta figura ter recorrido e de a ela recorrer sempre que o julguem necessário.

Aconteceu com esta petição, resultante do exercício pleno da cidadania assumido por um conjunto de cerca de 12 000 cidadãos e consubstanciado no Movimento pela Maternidade, que tem como objectivo fundamental a inclusão do serviço de obstetrícia-bloco de partos no novo hospital de Santiago do Cacém.

Este Movimento surge em Santiago, em Fevereiro de 1998, quando vários dos agora petionários tomaram conhecimento que o programa funcional do novo hospital distrital, aprovado em 1995, não previa um serviço de obstetrícia.

Convirá realçar que a maternidade existente no passado, no hospital de Santiago, foi encerrada em 1992, havendo naturais expectativas quanto à inclusão desta valência no programa funcional do novo hospital.

Ora, como tal parecia não poder vir a acontecer, depressa se instalou o desencanto mas, igualmente, um enorme movimento, que, nascendo em Santiago do Cacém, rapidamente se alargou a todos os concelhos do litoral alentejano, bem como às populações das freguesias limítrofes dos concelhos de Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Alvito e Ourique, potenciais utentes do novo hospital de Santiago do Cacém.

Esta luta, que, por ser justa, contém em si a nobreza que envolve sempre as boas causas, conseguiu envolver unanimemente todos os órgãos autárquicos e, igualmente, muitas organizações não governamentais sediadas naquela região, desde associações culturais e desportivas, associações de bombeiros, comissões de moradores e organizações sindicais.

É este grande movimento que surge para contrariar a dinâmica negativa que, em 1997, determinou que 13 bebés tivessem nascido em ambulâncias por não ser possível nascer no litoral alentejano que vê reconhecida pelo Ministério da Saúde a justeza de ser incluída uma maternidade no novo hospital de Santiago do Cacém.

Colocavam-se, então, as seguintes opções: uma, a de parar com o projecto já concluído do novo hospital para alterar as valências, atrasando o andamento do mesmo; outra, a de prepará-lo para receber a inclusão da maternidade, logo após a aprovação do seu programa funcional e do seu projecto.

Penso que se optou, e bem, pela segunda via.

Hoje, o programa funcional da maternidade está já em estudo. As obras de construção do novo hospital estão já adjudicadas, com o processo de desmatação e terraplanagem a iniciar-se no início de Dezembro.

Infelizmente, o ritmo das obras e dos projectos nunca ocorre de forma directamente proporcional à força dos nossos anseios, mas, hoje, está claramente definido o início da construção do novo hospital, da mesma forma que está assente que nele será incluída a maternidade.

Valeu, pois, a pena todo o trabalho desenvolvido.

Está de parabéns o Movimento pela Maternidade.

Está de parabéns o litoral alentejano, já que, a assumpção deste facto é um princípio fundamental dos

direitos das populações que se insere na lógica de desenvolvimento a que as regiões mais desfavorecidas devem poder aceder.

No caso em apreço, a baixa densidade populacional do litoral alentejano justifica por si só medidas incentivadoras do desenvolvimento, do combate ao despovoamento e, naturalmente, pela fixação das populações.

A concluir, Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados, estou certo de que o novo hospital distrital de Santiago do Cacém depressa «dará à luz» a sua maternidade.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente.** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, para uma intervenção

**A Sr.<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD):** — Sr. Presidente, Srs Deputados: A petição agora em apreço, subscrita por 11 479 cidadãos e apresentada pelo Movimento pela Maternidade, traduz, afinal, uma legítima pretensão das populações do litoral alentejano de verem incluído um serviço de obstetrícia e um bloco de partos no plano funcional do novo hospital.

Alegam os peticionários, para o efeito, circunstâncias diversas, como sejam o encerramento da maternidade sem carácter definitivo, apenas e tão-só até à instituição de efectivas condições de funcionamento, as acessibilidades difíceis do litoral alentejano, o facto de ser necessário percorrer mais de 100 km para aceder aos hospitais de Beja, Évora ou Setúbal a fim de se obter assistência médica em situações de pré-parto, pós-parto e primeira infância e a evolução demográfica positiva que tem vindo a verificar-se nos concelhos do litoral alentejano, sobretudo devido aos investimentos que têm vindo a ser feitos no concelho de Sines.

O Partido Social Democrata tem acompanhado com bastante preocupação a questão do novo hospital de Santiago do Cacém. Aliás, esta não é a nossa primeira nem será a nossa única intervenção na matéria.

Os Deputados do círculo eleitoral de Setúbal já visitaram várias vezes esta instituição, o Presidente do PSD esteve recentemente no hospital e é constrangedora a situação deste hospital. É constrangedora pelas más condições que apresenta e pelo material médico que é utilizado, pois têm aparelhos que remontam a 1950, e, em plena mudança de século, vemos toda essa situação com preocupação e compreendemos a inquietação das populações que vivem no litoral alentejano.

Mas o Governo e o Partido Socialista, ao invés da intervenção que foi aqui proferida pela bancada do Partido Socialista, têm tido, nesta matéria, uma postura dúbia — e era bom que não esquecêssemos este pormenor, que o não é: o Partido Socialista, na Câmara Municipal de Santiago do Cacém, em Abril de 1998, votou contra a deliberação de a Câmara Municipal aderir ao Movimento pela Maternidade. Repito, é bom que não nos esqueçamos disso!

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora.** — Posteriormente, quer a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, quer o Sr. Primeiro-Ministro vieram assegurar verbalmente, repito, verbalmente, que o hospital seria dotado de uma maternidade, mas, na prática, nada temos de concreto que nos permita garantir às populações do litoral

alentejano que irão ter maternidade no hospital de Santiago do Cacém.

Aliás, também nos causa alguma estranheza e desagrado o atraso na construção do hospital. O plano funcional estava pronto em 1995, o concurso internacional apenas foi lançado em Agosto de 1999 e, decorridos quatro anos, nada foi feito de concreto para a construção do novo hospital e muito menos para a concretização da maternidade.

Termino, dizendo que as populações do litoral alentejano têm direito a uma assistência médica de qualidade. Mais: as populações do litoral alentejano têm direito a nascer no litoral alentejano.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Aires de Carvalho.

**O Sr. Aires de Carvalho (PS):** — Sr. Presidente, pretendia lembrar a Câmara, designadamente a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, que há aqui uma questão que me parece fundamental: é que em 1992, com o governo do PSD, foi encerrada a maternidade e em 1999 vai dar-se início à construção do hospital com a maternidade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra

**A Sr.<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD):** — Queria pedir ao Sr. Presidente que transmitisse, por sua via, à bancada do Partido Socialista que a maternidade foi encerrada, no tempo do governo do Partido Social Democrata, porque não garantia condições de segurança às populações.

**Vozes do PSD:** — Ah!

**A Oradora:** — E foi encerrada provisoriamente até se encontrarem essas condições. O nosso objectivo era o de se encontrarem essas condições de modo a que as pessoas pudessem ter lá os seus partos em segurança.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora.** — Queria também pedir ao Sr. Presidente que interpelasse o Partido Socialista no sentido de lhe pedir que nos dê o documento onde está consagrado o plano funcional da maternidade.

Sr. Presidente, queríamos o documento, pois «palavras leva-as o vento».

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente** — Srs Deputados, em primeiro lugar, devo dizer que não se tratou de interpelações, como é óbvio, e, em segundo lugar, o Presidente da Mesa não pode fazer de «papagaio»!

*Risos.*

As suas palavras, Sr.<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, ficaram registadas e qualquer documento que queira agradecia que fizesse um requerimento ao Governo para o obter.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Srs. Deputados. O Bloco de Esquerda quer associar-se a este movimento dos peticionários, que é largamente representativo das forças vivas do litoral alentejano e das suas variadíssimas entidades e modos de intervenção

Já aqui foi amplamente demonstrada a justeza das solicitações e deste Movimento, em todo o caso, remanesce a questão fundamental, a de saber para quando a construção do serviço de obstetrícia-bloco de partos

Uma outra preocupação evidenciada pelo Movimento é sobre se não haverá lugar agora a uma espécie de miniatuра daquilo que devem ser os serviços pretendidos pela população

Muito se tem ouvido por aqui falar em *downsizing*. Esperamos que não estejamos perante uma situação deste género e que não haja, nem por critérios tecnicistas, nem por critérios economicistas, algo que seja, na prática, a diminuição daquilo que é o legítimo anseio das populações do litoral alentejano. Neste sentido estaremos atentos!

O Bloco de Esquerda associa-se a todo este tipo de iniciativas e, em sede orçamental e nas necessidades de fiscalização do Governo, vamos também contribuir para que este desiderato seja alcançado e para que, rapidamente, o serviço de obstetrícia e o bloco de partos sejam uma realidade no futuro hospital distrital de Santiago do Cacém

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Heloisa Apolónia

A Sr<sup>a</sup> Heloisa Apolónia (Os Verdes) — Sr Presidente, começo por referir que a situação que se vive no litoral alentejano é insustentável devido à inexistência de uma maternidade. Este facto leva a que as pessoas tenham de se deslocar às maternidades mais próximas, como as de Beja, Setúbal ou Évora, percorrendo, aproximadamente, 100 km e leva também a situações graves de risco de vida para as mães e para os recém-nascidos, como é o exemplo, já hoje aqui referido, de alguns bebés desta zona que nascem a caminho das maternidades mais próximas

Se a maternidade existente no actual hospital encerrou provisoriamente em 1992 por falta de condições — no nosso país, o provisório rapidamente se torna definitivo, pois esta situação já se arrasta há seis anos, abrangendo quer o governo do Partido Social Democrata, quer o governo do Partido Socialista, numa linha de continuidade já habitual! — seria normal que, com a construção do novo hospital distrital de Santiago do Cacém, se incluísse este serviço

Porém, o programa funcional do novo hospital não prevê o serviço de obstetrícia e neonatologia e é assim que o Movimento pela Maternidade, autarquias e população promovem um conjunto de iniciativas que levam o Governo do Partido Socialista, primeiro através da Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde e depois reiterado pelo Sr Primeiro-Ministro, a prometer claramente o serviço de maternidade no novo hospital

Ocorre que, depois da informação do encanunhamento para a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, pouco ou nada mais foi referido, não foram dados passos imprescindíveis para a inclusão do serviço de obstetrícia e neonatologia no novo hospital

Sr. Presidente, Os Verdes, assim que tomaram conhecimento da petição hoje em apreciação, dirigiram um requerimento ao Ministério da Saúde, subscrito pela então Sr.<sup>a</sup> Deputada Carmem Francisco, em Julho de 1998.

Em Outubro de 1998, tomámos conhecimento da resposta do Ministério da Saúde, que referia claramente o seguinte: primeiro, que o Governo tinha decidido que, para já, se manteria o projecto inicial do novo hospital — isto é, sem maternidade — sob o pretexto de não retardar a construção do hospital prevista para final de 1998, início de 1999. No entanto, até hoje, não se iniciou a construção desse mesmo hospital, mesmo sem maternidade, o que significa que não era este o pretexto que iria atrasar a construção do novo hospital, pelo que daria tempo para a inclusão deste serviço. Segundo, o Governo decidiu reiniciar a apreciação do projecto de arquitetura para alterações que permitissem, no futuro, um serviço de obstetrícia e neonatologia. Isto é: nova promessa, sem data, promessa que é legítimo — permitam-me referi-lo — reinar que seja eterna e novamente adiada!

O que é que o Partido Ecologista «Os Verdes» se propõe fazer face a esta situação insustentável?

Primeiro, confrontar, de novo, o Ministério da Saúde, que tem de assumir, definitivamente, as suas responsabilidades nesta matéria, através de um requerimento no sentido de questionar directamente para quando o início da construção do novo hospital e se se iniciaram algumas medidas para a construção da maternidade e a sua inclusão no programa funcional.

Os Verdes vão continuar a acompanhar esta matéria pormenorizadamente e pretendem que o Governo assuma, de facto, as suas responsabilidades, nomeadamente que informe sobre o que está a fazer relativamente a esta matéria, que não prometa em vão e que não negue um serviço fundamental aos cidadãos do litoral alentejano.

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP). — Sr Presidente, Srs Deputados: Sócrates tinha uma técnica que era a maiêutica, a «técnica da parteira», e com ela conseguia extraír confissões aos seus adversários ideológicos, que eram os sofistas — há aqui vários, se calhar, eu também...

*Risos do CDS-PP.*

e por isso não quero aproveitar dessa filosofia anti-ga para entrar na questão de «dar à luz em caminho»!

Portugal tem uma tendência para aumentar o suspense da vida de cada um. Eu teria percebido isso se houvesse um ministro da Saúde, mas, agora, com uma ministra da Saúde, acho estranho que, apesar de tudo, não pense nas senhoras que vão numa ambulância e que têm de dar à luz no meio do caminho!

De facto, se querem tornar o litoral alentejano mais agradável que não apenas pelas suas praias, se querem atrair gente para nele trabalhar — e espero que isso vá acontecer com Sines e com outras iniciativas, porque no Alentejo há, pelo menos, uma vantagem: a de que as pessoas não se acotovelam, nem se «cheiram» umas às outras. Desde que haja água, vias de comunicação e maternidades, não tenho qualquer dúvida de que o Alentejo poderá vir a ser uma zona com grande desenvolvimento nas próximas décadas.

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador:** — Portanto, não consigo compreender por que razão é que aboliram a maternidade, que agora chamam valência de obstetricia-neonatologia. De facto, quem escreve um português destes também não comprehende que as pessoas não devem parir no meio do caminho!

O que eu queria dizer é que, para mim, é extremamente fácil entender que em Santiago do Cacém, desde que os acessos sejam melhorados, na medida em que acho que o mouro Kashim, quando estava lá e foi derrotado (diz André de Resende) «pela bizantina Vatassa», que está enterrada na Sé Velha de Coimbra — onde o nosso Presidente tantas vezes cantou

*Risos*

De qualquer maneira, o que acho é que foi um erro terem fechado a maternidade por muito más condições que tivesse, porque o hospital tem más condições, mas funciona! Eu estive lá e vi que, apesar de tudo, funciona e decentemente. Portanto, este é um caso fácil de resolver façam a «porcaria» da maternidade, porque não me parece nada complicado. Não é necessário ser um intelectual para perceber que não se fazem 100 Km com dores de parto — ou, então, de facto, essas pessoas não deviam ter nascido!

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, chegámos ao fim da apreciação da petição nº 132/VII (3º). O relatório da Comissão de Saúde não prevê quaisquer diligências, pelo que será notificado o primeiro subscritor, quer do teor do relatório, quer do facto de ter tido lugar esta discussão

Vamos passar à apreciação da petição nº 133/VII (3º), apresentada pelo Movimento por uma nova Faculdade de Arquitectura, apelando para a gravidade da actual situação da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Ricardo de Almeida

**O Sr Manuel Ricardo de Almeida (PSD)** — Sr Presidente, queira permitir-me uma primeira saudação muito especial aos alunos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa aqui presentes e explicar a este Plenário — não querendo ter a arrogância de ser a sua voz crítica, porque já demonstraram que, por si só, conseguem sé-lo — que ser estudante da Faculdade de Arquitectura é muito difícil, sobretudo porque correm o risco de, dentro da sua faculdade, serem insultados e verem violados os seus direitos fundamentais

A polícia de choque entrou, inclusive, dentro da faculdade e agrediu os próprios alunos sem que a comunicação social e os partidos com assento parlamentar, nomeadamente o Partido Socialista, tomassem posição, desresponsabilizando-se também o Governo desse facto. Há imagens registadas desses acontecimentos — as imagens da Radiotelevisão Portuguesa, uma entidade pública, foram confiscadas, mas, felizmente, existem outras que tenho aqui para quem as quiser consultar.

Dizia eu que é muito difícil ser estudante da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Em primeiro lugar, é preciso ter muita sorte para encontrar um

corpo docente capaz de dignificar a condição de estudante para que o estudante possa ser, no futuro, um excelente arquitecto, em segundo lugar, o mais provável de acontecer na Faculdade de Arquitectura é encontrar maus professores e dificilmente ser-se um bom arquitecto.

Também ocorre uma situação curiosa, passados 25 anos do 25 de Abril os alunos que tentam mudar a realidade das coisas são oprimidos e, inclusive, não os deixam continuar os seus estudos. É o caso do Presidente da Associação de Estudantes da Faculdade, que este ano viu negada a inscrição na sua escola, perdeu o Estatuto de Estudante e, de facto, foi chumbado administrativamente.

Mas não são só os estudantes que chumbam — também há casos claros de professores chumbados administrativamente. Um caso flagrante, também muito noticiado, é o de cerca de 50 professores que estavam a tirar o seu doutoramento terem sido expulsos da Faculdade de Arquitectura, de um dia para o outro — um exemplo que é conhecido de todos nós é o da Ex<sup>ma</sup> Deputada Helena Roseta, que se encontra na bancada socialista. Também ela foi expulsa!

**A Sr<sup>a</sup> Helena Roseta (PS)** — Não fui nada expulsa!

**O Orador** — Os tribunais começam já a dar razão aos professores, mas o Governo desresponsabiliza-se deste caso.

Face a estes problemas, é de toda a justiça o pedido de sindicância da Associação de Estudantes e dos seus estudantes. Em primeiro lugar, trata-se de um elemento democrático que foi, de facto, aceite pelo Ministério da Educação que, no entanto, deixou que a comissão de gestão instalada fosse gerida por pessoas que estão a ser acusadas de falcatruas e de processos ilícitos neste contexto.

Quanto ao relatório da Inspecção-Geral de Educação, em primeira instância, foi afirmado que ele demoraria um mês a ser produzido, mas acabou por demorar — não se sabe porquê! — quatro meses. Este relatório já estava pronto na anterior legislatura e, na actual legislatura, com o novo ministro e com o novo reitor desconhecem-se quais as conclusões do mesmo. Será que esse relatório aponta alguns dos boys do Partido Socialista como intervenientes directos neste processo calamitoso da Faculdade de Arquitectura?

Há ainda outros problemas provados, comprovados pelos estudantes, estudantes que tiveram a clareza de sozinhas, olhos nos olhos, apontarem o dedo contra tudo e contra todos contra o Governo e contra o poder instalado naquela faculdade.

Há um caso que suscita as maiores dúvidas. Refiro-me ao protocolo celebrado entre a Faculdade de Arquitectura e a Parque Expo, envolvendo professores de prestígio internacional daquela faculdade que se servem claramente da faculdade para instituírem protocolos com a Parque Expo, mas sem que entre qualquer verba na faculdade e sem que haja uma única fonte de receita. Que conclusão devemos retirar? Que os projectos são feitos nos ateliers privados desses mesmos professores?

**O Sr Presidente** — Sr. Deputado, recordo que atingiu o limite do tempo de que dispunha para intervir. Agradeço que termine.

**O Orador** — Vou concluir, Sr Presidente, citando a última frase da petição. «Universidade é cultura, excelê-

cia, debate e diversidade de ideias. Esta é a escola que queremos. Esta é a escola que exigimos». É este também o sentimento do PSD e é com este sentimento que o PSD estará ao lado dos estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr Presidente:** — A Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta pediu a palavra para exercer o direito de defesa da sua honra pessoal, pelo que lhe darei a palavra no fim do debate desta petição.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita

**A Sr<sup>a</sup> Luísa Mesquita (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A gravidade do conteúdo da petição que é objecto de apreciação pelo Plenário desta Assembleia exige alguma contextualização que permita compreender o incompreensível num Estado de direito democrático.

Na anterior sessão legislativa, a Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura foi recebida pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura desta Assembleia. Dessa audiência foi elaborado um relatório, aprovado por unanimidade e enviado ao Ministério da Educação.

A Comissão de Educação, Ciência e Cultura solicitava ao Ministério da tutela que procedesse, e passo a citar, «a uma avaliação criteriosa e urgente da situação pedagógica e do funcionamento da instituição» e que essa conclusão fosse enviada à Assembleia da República, bem como, «no exercício dos poderes que lhe estão atribuídos e no respeito pela Lei da Autonomia Universitária que o Ministério tome as medidas indispensáveis e urgentes para a resolução dos problemas existentes nesta instituição de ensino superior».

Todos estes mecanismos ocorreram entre Novembro de 1997 e Janeiro de 1998.

A Associação de Estudantes colocava na altura duas grandes preocupações: o mau funcionamento da escola e a necessidade de garantir a qualidade de ensino prestada. E entre os muitos exemplos enunciados, referia: a inexistência generalizada de programas de cursos e de disciplinas; a inexistência de mecanismo de avaliação atempadamente conhecidos pelos alunos; a não garantia de um estágio de fim de curso, apesar de o mesmo fazer parte integrante dos currículos, o que implica a não conclusão do curso; o número insuficiente de docentes; a acumulação de funções docentes e outras — docentes ou não, fora da escola —, questionando o exercício da actividade lectiva dentro da escola.

Por exemplo, ainda hoje, 80% dos professores do Conselho Científico dão aulas nas universidades privadas.

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — É um escândalo!

**A Oradora:** — Há atrasos sucessivos perante o calendário lectivo, transformando cadeiras anuais em semestrais e existem três cursos ministrados numa escola pública, mas não reconhecidos pela Ordem dos Arquitectos. Estou a falar, concretamente, dos cursos de arquitectura de interiores, de planeamento urbano e territorial e de gestão urbanística.

Perante esta abertura, professores, com funções de grande responsabilidade na escola, sugerem que os alunos se inscrevam nas universidades privadas, nomeada-

mente na Lusíada, onde eles também lecionam — por acaso! — e propõem aos alunos dois pacotes, para confluirem, com mais meia dúzia de disciplinas, um outro curso, o de Arquitectura: um pacote com a duração de ano e meio e que custará 40 contos mensais e outro pacote com a duração de um ano e que custará 70 contos mensais.

Deste modo, os alunos fazem um segundo curso de Arquitectura, numa escola privada, depois de seis anos de um outro numa escola pública, e então, assim, já se podem inscrever na Ordem dos Arquitectos.

Um pequeno detalhe convém acrescentar: a Faculdade de Arquitectura também lecciona o curso de Arquitectura, mas não está interessada em resolver esta questão.

Um segundo pequeno detalhe: o curso de Arquitectura da Faculdade Lusíada, uma das privadas sugeridas, não cumpre todos os requisitos exigidos pela Comunidade, mas o Ministério da Educação, o Governo do Partido Socialista e a Ordem dos Arquitectos consideram tudo isso pequeníssimos detalhes.

Em Janeiro de 1998, a FENPROF enviou a um conjunto de entidades um texto onde expõe muitas destas situações, afirmando que «a situação interna da facultade é insustentável, tanto do ponto de vista da gestão científica como da pedagógica. Ocorrem graves atropelos à legalidade», e destaca alguns factos que são reveladores da gravidade da situação.

Por exemplo: «A agressão física a um professor por um seu colega, em plena sala de aula e perante os seus alunos, ocorrida em 15 de Novembro de 1996, que, até agora, não levou a um procedimento disciplinar; a não lecionação de três disciplinas do Curso de Mestrado de Arquitectura da Habitação, iniciado em 1992; a existência de numerosos alunos do 5.º ano da Licenciatura de Planeamento que ainda não terminaram o seu curso por não lhes ter sido atribuída a classificação a uma disciplina (...); as ameaças e as promessas de reprovação futura, em provas académicas, formuladas pelo vice-presidente do Conselho Científico (...); o regulamento do Conselho Científico da Faculdade é sistematicamente desrespeitado; na Faculdade de Arquitectura praticamente não se desenvolvem trabalhos de investigação (...); a responsabilidade principal por toda esta situação encontra-se num pequeno grupo de professores catedráticos que detêm o controlo da totalidade da Escola (...). O medo encontra-se instalado entre docentes, estudantes e funcionários (...)».

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O tempo não dá para mais e a listagem não tem fim.

Após a denúncia desta longa listagem de irregularidades numa escola pública do ensino superior, o que foi feito? Em Março de 1998, o Ministro da Educação informa a Assembleia da República que solicitou à Universidade Técnica de Lisboa que integra a respectiva facultade indicadores de avaliação da situação. E esta é a única resposta às recomendações formuladas pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Perante tamanha incapacidade do Governo do Partido Socialista para agir e alterar a situação, em Junho de 1998, mais de 11 000 cidadãos dirigem à Assembleia da República a petição que hoje analisamos e onde se exige o direito a uma formação de qualidade e à credibilidade dessa formação, denunciando-se, mais uma vez, o abuso de poder, o incumprimento dos princípios básicos da lei e do direito, a prática de ameaças tanto a docentes como a funcionários e alunos, etc., etc.

Perante este quadro e esgotados todos os restantes recursos no âmbito da instituição, exigimos à tutela a reposição da lei — dizem os cidadãos que apresentam a petição.

E hoje, decorridos dois anos, o que foi alterado? Muito pouco ou quase nada

O Sr Presidente — Queira terminar, pois esgotou o tempo de que dispunha, Sr<sup>a</sup> Deputada

A Oradora — Estou a terminar, Sr Presidente  
Iniciou-se uma sindicância a 2 de Julho de 1998, que ainda não terminou. E porquê? O juiz sindicante não tem meios para realizar o trabalho. Já colocou à tutela a questão, sem que tivesse obtido qualquer resposta

Dois inspectores da Inspecção-Geral da Educação estiveram na escola e desapareceram há cerca de 4 meses

E os alunos? E a formação oferecida pela escola? E os três cursos não reconhecidos pela Ordem dos Arquitectos formaram cerca de 300 alunos nos últimos três anos? O que fazem estes alunos? Concorrem e são pagos como funcionários administrativos, concretamente nas câmaras municipais?

Claro que se tivessem ido até à Lusíada resolviam o problema!

O Sr Presidente — Sr<sup>a</sup> Deputada, tem de terminar. Não podemos continuar a alargar os tempos no tratamento de uma matéria destas! Já gastou mais de 1 minuto para além dos 5 minutos de que dispunha para intervir. Tenha paciência, mas tem de terminar

A Oradora — Sr Presidente, entendo perfeitamente que tenha de terminar a minha intervenção, de qualquer maneira, deixe-me dizer-lhe que, relativamente à matéria em debate, ela é muito gravosa e é pena que só tenhamos 5 minutos para a discutir

Se o Sr Presidente me permitir, concluirei a intervenção com as três medidas que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português considera urgentes tomar neste momento

O Sr Presidente — Faça favor

A Oradora — O Partido Comunista Português considera que é urgente tomar três medidas exigir a presença do Ministro da Educação na Assembleia da República para clarificar e esclarecer tudo o que aqui foi afirmado.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — solicitar a presença do juiz sindicante para saber se estão criadas as condições que a realização do seu trabalho, com isenção e celeridade, exigem, exigir o envio urgente à Assembleia da República, órgão fiscalizador do Governo, de todos os relatórios, de todos os dados, de todas as informações que constituam matéria fundamental para o conhecimento e avaliação do funcionamento da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

*Aplausos do PCP*

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça

A Sr<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS) — Sr Presidente, permita-me que, sendo esta a primeira vez que uso da palavra nesta Legislatura, saúde V Ex<sup>a</sup>, bem como todos os Deputados eleitos

O Sr Presidente — Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Deputada

A Oradora — Sr Presidente, Sr<sup>m</sup> e Srs Deputados A petição n<sup>º</sup> 133/VII, apresentada a esta Câmara, tem como objectivo pugnar pelo «direito a uma formação de qualidade e credibilidade dessa formação junto da sociedade». Ou seja, pretendem os 11 456 subscritores desta petição que haja uma postura séria e construtiva de pensar, debater e construir a escola

É para nós claro que qualquer sociedade que se queira desenvolver, progredir e responder aos novos desafios deve ter como principal objectivo uma verdadeira política de educação pautada pelo rigor, pela qualidade e pela igualdade de oportunidades

Ora, este designio apenas é possível se tivermos em conta a co-responsabilização de todos — Ministério da Educação, docentes, estudantes e comunidade em geral

Os problemas expostos nesta petição remetem-nos a matérias de gestão, organização e responsabilização da própria instituição, ou seja, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Não deve o Parlamento sobrepor-se à Lei da Autonomia das Universidades, mas competem-nos a nós, como Deputados, resolver os problemas dos cidadãos da melhor forma possível e, por isso, gostaria aqui de saudar o papel dos estudantes em prol da defesa de uma instituição e de todos os que a frequentam

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Foram os estudantes, correndo riscos, prejudicando a sua carreira académica, enfrentando obstáculos, que trouxeram à Faculdade de Arquitectura de Lisboa uma sindicância no sentido de se restabelecer a ordem e a justiça nos termos legais e no estrito cumprimento democrático da Lei da Autonomia das Universidades

Apesar de esta petição ter hoje já o objectivo esgotado, porquanto a sindicância está em curso,

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Essa é boa!

A Oradora — as inspecções levadas a cabo, no último ano, trouxeram uma nova realidade de gestão à Faculdade de Arquitectura, num esforço colectivo de Ministério da Educação, docentes e estudantes

O Sr Bernardino Soares (PCP) — O que é preciso é uma brigada da Polícia Judiciária!

A Oradora — É de todo útil relembrar o papel da Associação de Estudantes no sentido da defesa de uma política educativa de qualidade. É este o papel da Associação de Estudantes, mas convém aqui referir que o seu Presidente sofre, ainda hoje, retaliações por defender a justiça na Faculdade de Arquitectura de Lisboa

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr<sup>m</sup> e Srs Deputados Salientando, mais uma vez, o respeito por todos os intervenientes nesta matéria, é fundamental que situações

como as que foram denunciadas nesta petição não voltem a repetir-se

Sr. Presidente, solicito a V Ex<sup>a</sup> que requeira à Inspecção-Geral de Educação o resultado do inquérito realizado à Faculdade de Arquitectura de Lisboa, já pronto desde Setembro, mas ainda não divulgado, fazendo-o distribuir por todos os grupos parlamentares

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — e ao primeiro peticionante. A haver injustiças, já denunciadas, que elas sejam, urgentemente, reparadas

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — A ser verdade ou a ser confirmada a situação de má gestão da instituição pela Inspecção-Geral de Educação, deverá o Governo, ao abrigo do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 768/76, agir em conformidade e repor a legalidade a bem da comunidade escolar

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — Sr Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs Deputados Termíno, relembrando as palavras de Jacques Delors «Aprender a conhecer, aprender a fazer e, acima de tudo, aprender a ser. Face aos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Mas, em primeiro lugar, a educação é um processo permanente de construção da própria pessoa, das relações entre os indivíduos, grupos e Nações»

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente** — Ainda para uma intervenção, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes)** — Sr Presidente, Srs Deputados Através desta petição, os estudantes reclamam que o Estado não se desresponsabilize das suas obrigações, neste caso sob o argumento da autonomia da gestão, de intervir no sentido da qualidade do ensino e da democratização do sistema, aos mais diversos níveis

Por isso, aquilo que reclamam, concretamente, é, não só a aceleração da sindicância que decorre vai para mais de um ano, desde Julho do ano passado, pela suspeita de um conjunto de irregularidades cometidas, mas também a criação de condições para o cumprimento de princípios estabelecidos na Lei da Autonomia das Universidades, como a promoção da participação de todos os corpos universitários na vida académica, e o assegurar de métodos de gestão democrática e da inclusão obrigatória da associação de representantes, do conselho directivo e do conselho pedagógico e científico no modelo de gestão

O certo é que funciona uma comissão de gestão, nomeada pelo reitor, desde a formação desta Faculdade, modelo este completa e inevitavelmente esgotado e, sem dúvida, insustentável, sem a possibilidade de funcionamento da própria assembleia de representantes e do conselho pedagógico e sem a possibilidade de eleição de um conselho directivo, quando cerca de 50% dos docentes estão a receber verde (o preenchimento do quadro por fazer) e mais de 80% estão em acumulação. Isto, mesmo depois da criação

de seis novas licenciaturas e, portanto, da intensificação das necessidades deste estabelecimento a este nível.

Obviamente que todos estes dados se reflectem de forma negativa, não só na gestão participada e democrática da faculdade em questão, mas, também, na qualidade do ensino prestado aos estudantes e, logo, no prestígio da Faculdade de Arquitectura pública, que, se não estou em erro, é a que forma mais arquitectos em Portugal.

Os Verdes crêem não ser possível que o Ministério da Educação seja indiferente e se desresponsabilize face a esta realidade como tutela responsável que deve e tem de ser. O que nos propomos fazer é, rapidamente, confrontar, ao nível da Assembleia da República, o Sr Ministro da Educação, através de uma das figuras regimentais ou na respectiva comissão parlamentar, conforme já foi aqui avançado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Luisa Mesquita — que nos parece ser uma proposta bastante razoável —, com a preocupante questão que a Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura trouxe através desta petição e que aprofundou nos contactos estabelecidos com os diferentes grupos parlamentares

**O Sr Presidente** — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs Deputados Creio que temos, por um destes acasos da arrumação do debate, uma comparação cruel entre esta petição e uma outra que, a respeito do ensino privado, nos vais fazer discutir os desvarios das promessas não cumpridas. E temos a situação em que, no ensino público, na Universidade Técnica de Lisboa, ocorrendo, de há tanto tempo a esta parte, o escândalo após escândalo da Faculdade de Arquitectura, somos confrontados, não só com esta petição, mas, muito mais, e antes dela, com a mobilização dos estudantes que naquela escola foram os únicos capazes de defender a qualidade e a seriedade do ensino.

É, portanto, a ordenação do ensino público e do ensino privado que está em causa nesta discussão, como estará em causa na discussão de uma próxima petição. E é sobretudo de assinalar que foi a capacidade de mobilização destes estudantes que, ocupando e autogerindo a sua escola e as instalações da faculdade, conseguiram trazer para a praça pública um debate de tanta urgência que continuaria afogado «no manto do segredo», não fora ter havido essa iniciativa.

Temos, portanto, o caso extraordinário, ou porventura ordinário, de que os estudantes foram os únicos que tiveram a capacidade da responsabilidade neste contexto. E penso ser notável, e até um fenómeno muito impressionante neste debate parlamentar, que possamos ter palavras tão bondosas de todas as bancadas, uma capacidade de levantamento da informação dos problemas concretos que aqueles estudantes sofreram, sofrem e, porventura, continuarão a sofrer, como se não tivesse havido ministros da educação ao longo destes últimos 15 anos.

Não sei se teremos de perguntar quem é que nos últimos 15 anos ocupou a pasta. Porque, ao ouvir as intervenções ilustres das Sr.<sup>o</sup> e dos Srs Deputados, chegaríamos à conclusão que a culpa não existe neste contexto.

Não trouxe o caderno de citações para vos poder ilustrar esta intervenção com uma referência, certamente dignificante, ao ex-Comissário Jacques Delors! Mas lembro-me de um ditado popular português que diz: «a culpa não pode morrer solteira»

Aprecio que cheguem aqui cassetes de vídeo sobre as cargas policiais; aprecio mais ainda que haja uma indignidade compartilhada por esta Casa acerca do desvario que foi a gestão da Faculdade de Arquitectura, mas é nas bancadas do PS e do PSD que esteve a responsabilidade e o suporte, nos últimos 15 anos, por respectivos ministros da educação e, já agora, por respectivos ministros das polícias.

É por isso que, suscitado pela discussão que foi trazida à sociedade portuguesa pela capacidade de actuação e pela coragem destes estudantes, estamos perante um problema que não está concluído e que nos importa continuar a tratar com as melhores das observações e com as melhores das sugestões concretas que já aqui surgiram.

Mas devo dizer-vos que não é possível regularizar o funcionamento desta escola enquanto continuarem concursos irregulares, enquanto continuar o predomínio de «turbo-professores», enquanto o único órgão democraticamente eleito — que é o conselho pedagógico — continuar a ser boicotado e a não poder funcionar, enquanto tivermos a situação extraordinária de que uma sindicância, um ano e meio depois da sua abertura, e com os escassíssimos meios de um juiz e de um auxiliar, não «dê à luz» nenhuma conclusão conhecida.

Disse-nos a Srª Deputada do Partido Socialista que a Inspecção-Geral de Educação, que em Abril foi a Faculdade, terá, desde Setembro, pronto o seu relatório. Estamos, no entanto, em Novembro e pelo menos os interessados não têm conhecimento dessas conclusões. Eu, nesta Casa, também não tenho — melhor seria!

Mas devo dizer-vos que os ministros passam e as inspecções-gerais do ensino ficam, e é nesta continuidade que está a raiz do problema. Não houve, ao longo de todo este tempo, antes de esta luta ser desencadeada, na sua fase mais decisiva, como depois disso, a capacidade de intervenção numa escola que é dirigida pelos *lobbies* mais duvidosos e pelos conluios mais comprometedores.

Creio que é por isso que a garantia que esta Assembleia tem de que não nos podemos calar a este respeito e de que é preciso encontrar soluções práticas continua a estar do lado dos petionários e do eco que eles conseguem aqui encontrar em soluções concretas, no debate de comissão e no debate de Plenário.

**O Sr. Presidente** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró, o último orador inscrito quanto a esta petição.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados: Um ano após a recolha de mais de 1000 assinaturas de jovens para trazer esta petição à Assembleia da República, há que reconhecer o empenhamento com que os estudantes daquela escola pretendem ver ultrapassados os problemas graves que, é inegável, há que reconhecer, assaltam o funcionamento da mesma.

Esta bancada interpreta a presente petição como o exercício de um direito utilizado para pressionar os órgãos de tutela do Estado que têm a responsabilidade de tutela inspectiva e de actuação para resolverem esses mesmos problemas.

Não damos, no entanto, da nossa parte, sequência ao pedido para que se discuta neste Plenário a situação interna grave dessa escola, porque entendemos que esse não é o papel do Plenário da Assembleia da República. Lamento, pois, não dar sequência às intervenções de algumas das bancadas que me antecederam nesse sentido.

No quer dizer, no entanto, que não veja utilidade nas intervenções neste debate, no sentido de que a Assembleia utilize a amplificação política e até mediática que possui para que se torne ainda mais efectiva a pressão pretendida pelos petionários, para que o Governo exerça efectivamente os seus poderes, pois parece que não os exerce de forma cabal, há muitos anos, na resolução deste caso.

A nossa bancada colaborará, ainda, nas acções subsequentes que caminham no mesmo sentido, nomeadamente em sede de comissão, para que este empenhamento que os estudantes demonstraram ao utilizarem esta figura da petição venha a ter resultados positivos.

Já aqui ouvimos, em intervenção anterior, que alguns dos efeitos pretendidos já estarão em marcha e, nesse sentido, felicitou os jovens que utilizaram esta figura da petição pelo sucesso parcial que já terão obtido.

A Assembleia desempenhará o seu papel, manifestando, junto do Governo, que é quem tem a directa responsabilidade na resolução destes problemas, o seu interesse pela solução deste caso concreto.

É por estes princípios que a nossa bancada vai pautar o seu comportamento neste caso. Lamento não poder ir mais longe, mas a nossa interpretação do papel da Assembleia da República não vai ao ponto de considerarmos que se deve discutir em Plenário a situação interna de uma escola, por mais grave que ela seja, porque foi a própria Assembleia que aprovou, em devido tempo, uma lei de autonomia universitária. Além disso, dentro desse quadro legislativo, é ao Governo, no exercício das suas competências e poderes, que cabe a primeira intervenção, competindo à Assembleia da República, na sua actividade fiscalizadora da actividade governativa, fazer pressão para que o Governo exerça as suas competências na resolução dos graves problemas que assaltam esta escola.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr. Presidente** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Srª Deputada Ana Catarina Mendonça, para o que dispõe de 34 copiosos segundos.

**A Srª Ana Catarina Mendonça (PS)** — Sr Presidente, tentando ser tão breve quanto possível, quero apenas pedir-lhe que esclareça se é ou não verdade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requereu ao Sr Presidente que solicite à Inspecção-Geral da Educação o resultado do inquérito realizado à Faculdade de Arquitectura de Lisboa (já pronto, desde Setembro, mas ainda não divulgado), porque estamos dispostos a discuti-lo. Parece-me que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda não terá ouvido esta minha pretensão.

Gostaria ainda de salientar uma pequena nota é que a culpa morre sempre sozinha, mas o Partido Socialista quer, de facto, o resultado do relatório e, perante o mesmo, apurar-se-á quem é ou quem são os culpados nesta matéria.

**O Sr. Presidente** — Srª Deputada, registei o seu pedido no sentido requerer à Inspecção-Geral da Educação o relatório, que já terá sido feito. Logo que chegue ao meu Gabinete, encaminhá-lo-ei.

Para defesa da honra pessoal, tem a palavra a Srª Deputada Helena Roseta.

**A Srª Helena Roseta (PS)** — Sr Presidente, devo dizer que não sei se estou exactamente a defender a minha honra.

O Sr Deputado Manuel Ricardo de Almeida referiu que eu teria sido expulsa da Faculdade de Arquitectura. Quero dizer que é verdade que fui maltratada, mas não fui expulsa! Agradeço a solidariedade do Sr Deputado, mas a figura não foi essa. E, como a figura da expulsão é algo que só sofrí antes do 25 de Abril, não gostaria que a mesma recaísse sobre mim em plena democracia.

O que me aconteceu foi o que sucedeu a todos os dirigentes, na altura, da Associação dos Arquitectos Portugueses que tinham doutoramentos em curso chumbaram na secretaria, por decisão do então Presidente do Conselho Científico, Professor Tomás Taveira.

**O Sr. Presidente** — Embora pareça não haver lugar a dar explicações, se o Sr. Deputado Manuel Ricardo de Almeida pretender fazê-lo, tem a palavra.

**O Sr. Manuel Ricardo de Almeida (PSD).** — Obrigado, Sr Presidente.

Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta, por certo, entenderá que não a quis ofender, mas de certeza concordará com os que defendem uma melhor Faculdade de Arquitectura, e, nisso, estaremos juntos.

Agora, o que entendo é que, à excepção do PP, há aqui uma forte oposição a este Governo, no que diz respeito à Faculdade de Arquitectura.

*Neste momento, assumiu a presidência o Sr Vice-Presidente João Amaral*

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, vamos passar à apreciação da petição n° 150/VII (4<sup>a</sup>), apresentada pelo Movimento de Restauração do concelho de Canas de Senhorim, solicitando a restauração deste concelho.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Cesário.

**O Sr José Cesário (PSD)** — Sr Presidente, Sr<sup>m</sup> e Srs Deputados Antes de mais, permitta-me que cumprimente V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente e, na sua pessoa, todos os Srs Deputados desta Casa, na que é a minha primeira intervenção nesta Legislatura.

Em segundo lugar, permitta-me que saúde as populações de Canas de Senhorim, através das pessoas de alguns canenses que hoje assistem a esta sessão.

Na última Legislatura, vivemos aqui um marco histórico: foram criados três novos municípios — o de Vizela, o de Odivelas e o da Trofa. Em qualquer uma das três situações não houve um cumprimento preciso de todos os preceitos legais então existentes. A Assembleia da República, com um esforço significativo, tratou de adaptar o quadro legal às exigências, às necessidades, ao contexto próprio de cada uma destas situações.

Canas de Senhorim também não cumpre todos os preceitos legais previstos actualmente na Lei-Quadro de Criação de Municípios, mas tem algumas especificidades.

A primeira dessas especificidades é o facto de ser uma localidade do interior. Sou daqueles Deputados que se recusam a encarar a situação das localidades do interior exactamente nas mesmas circunstâncias, sob o ponto de vista quantitativo e até qualitativo, das localidades do litoral, pois estamos a falar de situações completamente diferentes.

Em segundo lugar, em Canas de Senhorim, as populações nunca baixaram os braços na luta intransigente por

aquele que sabem ser um direito seu, que é o de serem concelho.

Em terceiro lugar, Canas de Senhorim tem uma história secular que foi concelho até 1867 e tem dois forais: um, de 1196, atribuído por D. Sancho I, e outro, de 1514, concedido por D. Manuel I, pois, uma história plena de acontecimentos.

Em quarto lugar, Canas de Senhorim tem um presente recheado de dinamismo. É a maior freguesia do concelho de Nelas, é uma terra de enorme dinamismo cultural, plena de tradições culturais (quem não conhece o Carnaval de Canas de Senhorim?) e é uma terra com um desenvolvimento significativo, em pleno coração do Dão. Tem infra-estruturas, conseguidas até há alguns anos atrás, de qualidade superior às da generalidade das sedes de concelho de toda aquela zona.

E, finalmente, tem outra especificidade: é uma terra perseguida, nos últimos anos, por alguém que presidiu à Câmara Municipal de Nelas, tem pautado a sua actuação pela incompreensão permanente e por uma constante falta de espírito democrático.

O PSD quer, assim, neste debate, reafirmar, de forma clara, tudo aquilo que disse nos últimos anos, tudo aquilo que disse, que defendeu e que fez. Por isso, estamos na disposição de retomar a apresentação do projecto de lei de criação do município de Canas de Senhorim, integrado devidamente num pacote de criação de novos municípios em geral, sabendo, como sabemos, que a defesa dos interesses das populações de Canas e do restante concelho de Nelas só poderá ser conseguida com a criação deste município.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Matias.

**O Sr Joaquim Matias (PCP)** — Sr Presidente, Srs. Deputados. A presente petição do Movimento de Restauração do concelho de Canas de Senhorim, subscrita por 4 448 cidadãos, reclama a discussão e votação dos projectos de lei que visam a criação do concelho de Canas de Senhorim.

Naturalmente, esta petição foi efectuada na Legislatura passada, altura em que existiam vários projectos (entre eles, um do Partido Comunista Português) que visavam a criação do concelho de Canas de Senhorim. Não existindo, nesta altura, esses projectos, o assunto não deixa de merecer uma reflexão séria da nossa parte.

A pretensão destes habitantes de Canas de Senhorim funda-se em razões históricas e consubstancia-se na correlação, nem sempre totalmente legítima, com as consequências da política prosseguida por sucessivos governos, que tem dado origem, em Canas de Senhorim como noutras localidades e até em regiões inteiras do nosso País, a uma desertificação progressiva e à paralisação do desenvolvimento sustentado, que permita promover a melhoria da qualidade de vida das populações.

O reconhecimento da incontornável vontade popular levou o Partido Comunista Português a apresentar, na Assembleia da República, desde há muito, um projecto de lei para a criação do concelho. Mas, apesar desta antiguidade, recusamos, pelo mesmo motivo (ou seja, pelo muito respeito que nos merecem os canenses), embarcar em demagogia fácil ou promessas vãs, como fizeram outros

partidos, não com o objectivo de resolver os problemas do povo de Canas mas antes procurando estabelecer a confusão e tirar dividendos partidários momentâneos. Por esse caminho, recusamos seguir<sup>1</sup>

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

**O Orador.** — A verdade é que os projectos de lei que visavam a criação do concelho de Canas de Senhorim não subiram a Plenário porque não correspondiam aos parâmetros exigidos pela Lei-Quadro de Criação de Municípios, que, sendo uma lei de valor reforçado, impede a aprovação de tais projectos, o que todos os partidos sabem.

Pela nossa parte, como sempre e como os outros partidos também sabem, estamos dispostos a analisar, nesta Assembleia, a Lei-Quadro e a estabelecer um amplo consenso político que produza uma lei que tenha em conta realidades históricas, culturais e administrativas, à luz da qual possam ser analisadas as pretensões populares como a que agora, justamente, nos é suscitada

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Srs. Deputados: A solicitação da criação do concelho de Canas de Senhorim corresponde a um desejo genuíno; é uma marca da identidade das populações de Canas de Senhorim; é uma longa luta, tem sido um sofrimento por essa conquista

Conheço de perto esta situação, porque vivi nessa vila um bom par de anos, e não há dúvida de que há factores históricos e culturais, há uma construção de vontade que une todos os espectros políticos de Canas de Senhorim e há a concentração, naquela área, de um conjunto de equipamentos económicos, sociais e culturais.

É um facto que não se cumprem alguns quesitos, em termos de área e de população, para a criação do concelho de Canas de Senhorim, mas gostaria de arguir o seguinte: na actual listagem dos municípios, quantas dezenas de municípios não cumprem tais quesitos? E não passará pela cabeça de ninguém suprimir nem fazer da Lei-Quadro de Criação de Municípios uma espécie de «lei-travão», o que, retroactivamente, seria um absurdo.

Por outro lado, é patente, e disso deu conta o próprio relatório da Comissão de Coordenação Regional, que a criação deste concelho levaria a um aumento das receitas, quer do futuro concelho de Canas de Senhorim, quer do actual concelho de Nelas. Não há outro motivo, a não ser uma certa cegueira político-partidária ou querelas artificialmente empoladas, para não dar a legítima satisfação ao desejo da população de Canas de Senhorim.

É também importante que venha a ser criado o concelho como um estímulo para a fixação de investimentos e para o desenvolvimento daquela zona, que tão fortemente foi atingida com o final da exploração do urânio e com o fecho da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos Esta, hoje em desmantelamento, é bem o símbolo de um cemitério que não se pretende que venha a ser o símbolo do futuro — antes seja o alarme para o desenvolvimento desta zona.

É tempo, nesta Legislatura, de reparar um erro político que foi cometido na Legislatura anterior. De facto, os cri-

térios para a criação de outros concelhos não foram também cumpridos na sua íntegra e não se podem aqui invocar precedências sistémicas. Em todo o caso, há matéria de consensualização política.

Independentemente das alterações que a Lei-Quadro possa vir a sofrer, e para as quais, desde já, também nos disponibilizamos, pensamos que o processo de criação do concelho de Canas de Senhorim não deve esperar por esse passo

Por último, gostaria de salientar que o Bloco de Esquerda, inteiramente solidário com estes objectivos, vai, agora que se estreou na Assembleia da República, juntar um projecto de lei a outros que visem a satisfação deste legítimo desejo: a criação do concelho de Canas de Senhorim

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados Relativamente a esta matéria, consideramos perfeitamente legítima a apresentação a este Plenário do documento que agora apreciamos.

Desde sempre tivemos o máximo respeito para com as populações de Canas de Senhorim, que merecem, da nossa parte, todo o empenhamento para que o seu desenvolvimento e progresso se possam concretizar de uma forma continuada. Mas este nosso desejo e o respeito que temos pelas pessoas não são compatíveis com a apresentação de projectos de lei nesta Assembleia que não estão conformes e que não poderiam, de forma alguma, ser aprovados em função da lei-quadro que hoje existe.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Como o de Vizela!

**O Orador:** — Nesta matéria, os que apresentaram os projectos de lei podiam eventualmente ter apresentado essa alteração à lei-quadro e não o fizeram. Nesse sentido, entendemos que não foi sério o que aconteceu em período próximo da campanha eleitoral para forçar de alguma forma um clima de agitação e lançar esperanças de forma menos responsável em populações que nos merecem e são devedoras de todo o nosso respeito. E a prova disto é que aqueles que assim pensaram e que publicamente manifestaram esta pretensão podiam, num qualquer momento, ter solicitado até o agendamento potestativo para discutir e aprovar um projecto de lei que, ao fim e ao cabo, apresentaram, sabendo de antemão que não se enquadrava na lei-quadro de formação de municípios.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — E Vizela?

**O Orador:** — Podiam mesmo, depois da reunião da Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente, levar à Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares Canas de Senhorim como uma prioridade para a discussão na Assembleia da República. Mas o documento que tenho em meu poder faz pública a informação de que estes mesmos partidos, que apresentaram esses projectos apenas levavam à Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares para agendamento e discussão extraordinária os projectos de lei relativos a Fátima e a Samora Correia.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Isso é conversal! Diga lá se é a favor ou contra!

O Orador — Pergunto, então se era tão grande a vontade relativamente a Canas de Senhorim, por que é que o não fizeram?

Sr Presidente e Srs Deputados, gostaria de dizer que não faremos perante as populações de Canas de Senhorim qualquer acto que se configure com a irresponsabilidade, a mentira ou o aproveitamento político das pessoas.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Diga lá se é a favor ou contra!

O Orador — Daí que tenhamos assumido, aquando da criação e aprovação dos concelhos de Vizela, Trofa e Odivelas, a posição de que este tinha sido o final de um ciclo e que a reorganização territorial de todo o território português deveria ser objecto, por todos nós, de profunda reflexão e aprofundamento. E foi mesmo nesse sentido que o próprio Presidente da República fez mais do que uma intervenção, fez um apelo ao bom senso e à necessidade de todos reflectirmos seriamente não em função de caso pontuais mas de uma realidade correspondente a todo o território.

Dai que possamos dizer que mantemos a nossa posição, uma posição de perfeito respeito pelos canenses.

Estamos disponíveis para discutir tudo o que diga respeito à organização do território relativamente a todo o território nesta Assembleia, mas não estamos disponíveis para utilizar as pessoas para fins político-partidários que não correspondem às suas expectativas nem ao conjunto de valores que enformam o PS no desenvolvimento da sua acção política.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Diga lá se é a favor ou contra!

Aplausos do PS

O Sr Presidente (João Amaral) — O Sr Deputado Sílvio Rui Cervan pediu a palavra para que efectue?

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr Presidente, na sequência da intervenção do Sr Deputado José Junqueiro, gostaria de explicar, através de V. Ex<sup>a</sup>, a toda a Assembleia que, nessa mesma Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares a que o Sr Deputado se referiu, a posição do Partido Popular foi a de que ou subiam todos os projectos de lei ou não subia nenhum deles. Portanto, quando o Sr Deputado fala em «os partidos proponentes» tem de os citar, porque o CDS-PP disse que ou subiam todos ou não subiria nenhum

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Também para interpelar à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado José Junqueiro

O Sr José Junqueiro (PS) — Sr. Presidente, quero apenas solicitar que seja distribuído às bancadas o documento oficial desta Assembleia e da 4.<sup>a</sup> Comissão, onde está consensualizado com o CDS-PP este procedimento, por todos reconhecido.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Deputado, pode ler onde está consensualizado com o CDS-PP? É que acho que o consenso é de 80%, não é 100%!

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, não podemos prolongar estes incidentes indefinidamente. Qual é o objectivo da sua intervenção?

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Gostaria de dizer que aquele documento a que o Sr. Deputado José Junqueiro alude é da Comissão, e esse problema foi discutido posteriormente em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, onde o meu partido tomou a posição que acabei de referir: ou subiam todos os projectos de lei ou não subiam nenhum. Foi essa a posição final do meu partido tomada em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaria de começar por saudar o povo de Canas de Senhorim através dos seus representantes presentes nesta Assembleia.

Quero dizer que o CDS-PP não tem por hábito utilizar as pessoas para fazer política partidária, e assim, através de argumentos demagógicos e fáceis, conquistar mais meia dúzia de votos. Não é esse nosso estilo. Não é esse o estilo da nossa intervenção e, portanto, a nossa intervenção nesta Assembleia também não se pauta por esses parâmetros.

Desde 1992, que o CDS-PP é a favor da constituição do concelho de Canas de Senhorim e, não fora a dissolução da Assembleia nessa altura e, depois disso, a negociação sistemática fundamentalmente entre o PS e o PSD para a criação de novos concelhos — não vamos ignorar esse facto —, e até com um certo contributo do Partido Comunista Português, no que tocou ao concelho de Odivelas, seguramente Canas de Senhorim era hoje concelho. É bom que isto se diga com clareza, porque é disto que se trata. Quer dizer, a criação de concelhos está a passar não apenas por argumentos formais de natureza legal mas por conveniências de tipo partidário e por negociações interpartidárias.

O CDS-PP é a favor da criação do concelho de Canas de Senhorim, fundamentalmente por três ordens de razões. Em primeiro lugar, pelo entendimento que tem do municipalismo. Entendemos que o municipalismo é um conceito de tal forma arreigado à própria nacionalidade e de tal forma arreigado às pessoas que o vivem que quase

diríamos que o conceito de Estado de direito, enquanto respetador de sociedades intermédias, não é um conceito bem entendido e bem aplicado se as tendências municipais não forem adequadamente ponderadas e satisfeitas

No caso de Canas de Senhorim, é evidente que há uma arreigadíssima força, quase unânime, no sentido de criar o concelho

Ora, por que é que vamos obrigar uma população que quer autonomizar-se, que quer ser concelho, a manter-se debaixo de outro concelho? Porquê isso?

*Neste momento, registaram-se manifestações de público presente nas galerias*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, vamos suspender a sessão Peço ao Sr Deputado Basílio Horta que se sente, até serem restabelecidas as condições de prosseguir

*Pausa*

Antes de prosseguirmos os nossos trabalhos, advírto as pessoas que estão na assistência de que há um Regimento para cumprir, de que estão a assistir ao abrigo de um Regimento, que torna públicas as reuniões do Plenário. Mas esse mesmo Regimento diz que na Assembleia quem intervém são os Deputados, como sucede na assembleia municipal ou na vossa assembleia de freguesia. Os senhores têm toda a liberdade de se expressarem em muitos sítios, mas aqui quem tem o direito de intervir são os Srs Deputados

Sr Deputado Basílio Horta, pode prosseguir

**O Orador** — Sr Presidente, estava eu a interrogar-me por que é que, perante uma manifestação tão unânime, tão profunda e tão espontânea das populações, há-de o poder político obrigar a sujeições que não são desejadas nem justificadas

Há um outro argumento, de natureza mais pragmática, que é a viabilidade financeira do futuro concelho. Poder-se-ia dizer que, não obstante essa vontade das populações, ele não tem viabilidade financeira e, portanto, criar o concelho seria voltar essa instituição contra as próprias pessoas que o querem fundar. Mas isso não verdade! A própria Comissão de Coordenação Regional o explica. Há completa viabilidade financeira. O concelho é rico em termos industriais, turísticos, inclusivamente em termos de mão-de-obra, em termos humanos. Consequentemente, o artigo 3º da lei-quadro, que é talvez — talvez! — o único preceito imperativo desta lei, está cumprido.

E digo «talvez» porque toda a argumentação — aparentemente, temos de confessar — contra o concelho de Canas de Senhorim é uma argumentação formalmente jurídica. Baseia-se nas alíneas a) a c) do artigo 4º da lei-quadro, ou seja, na falta de população e na falta de eleitores.

Ora bem, pode haver até uma interpretação puramente jurídica, distinguindo o preceito imperativo do artigo 3º, onde se diz «só poderão ser criados os concelhos que tenham viabilidade financeira» do artigo 4º, que diz que «deverão». Ora, em quantos preceitos legais onde se diz «deverão» se entende que é apenas uma recomendação dirigida ao poder político e não uma imposição, tal como a que decorre do artigo 3º? Houvesse vontade política e já esta interpretação estaria feita há muito e o concelho de Canas de Senhorim já existiria!

Mas, mesmo que essa interpretação não fosse feita, no meu entender, é completamente inconstitucional haver dois pesos e duas medidas. Não há cidadãos de primeira e cidadãos de segunda! Não há cidadãos de primeira que vivem em Odivelas, na Trofa e em Vizela e cidadãos de segunda que vivem em Canas de Senhorim! E Canas de Senhorim tem todo o direito de ver discutidos, não direi aprovados, nesta Assembleia, os projectos de lei que foram apresentados! Incrível é não terem sequer sido objecto de discussão e agendamento! Isso é que é altamente criticável!

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Mas o CDS-PP podia fazê-lo!

**O Orador** — De qualquer forma, farei ainda um apanhamento para sensibilizar os Srs Deputados, e fundamentalmente o Partido Socialista. É que não estou a fazer esta intervenção contra o Partido Socialista, estou a pedir que reflecta e que vote a favor do concelho de Canas de Senhorim.

Como eu dizia, mesmo em relação à população, um terço dos municípios portugueses tem menos de 10 000 eleitores. Imensos municípios portugueses têm menos de 50 Km<sup>2</sup>. São João da Madeira, Espinho, Barreiro, etc. Portanto, não vamos utilizar esses argumentos formais.

Para concluir, existem fundamentalmente três aspectos a ter em conta. Em primeiro lugar, estamos de acordo quanto à necessidade de alterar a lei-quadro das autarquias locais. O próprio CDS-PP já apresentou uma proposta nesse sentido e vai obviamente reformulá-la, aperfeiçoando-a.

O segundo aspecto a ter em conta é acabar-se com a criação de concelhos através da negociação entre os dois maiores partidos portugueses, pois não é essa a via legal nem a melhor maneira de satisfazer as populações.

Em terceiro lugar, agendar e discutir nesta Assembleia projectos de lei para a criação do concelho de Canas de Senhorim, e o que podemos dizer é que esses diplomas terão o voto favorável e empenhado do CDS-PP.

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr Deputado José Cesário, que dispõe de 1 minuto.

**O Sr José Cesário (PSD)** — Sr Presidente, a minha interpelação será muito breve.

Factos são factos, e quando não são citados integralmente a verdade pode ser deturpada, que foi o que o Sr Deputado José Junqueiro acabou de fazer.

Efectivamente, a verdade objectiva dos factos é esta: o PSD, entre outros partidos, solicitou à Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, pela voz do seu presidente, através de carta, que está devidamente registada nos serviços desta Assembleia, a discussão da oportunidade do agendamento dos projectos de lei de criação do concelho de Canas de Senhorim. Esta foi a verdade objectiva! O PS opôs-se, e aquilo que está em causa hoje não é «lavrar roupa suja» em relação ao passado, é saber se o PS continua a opor-se ou não a esta discussão.

E devo dizer-vos com toda a franqueza os senhores ainda estão a tempo de mudar! Mudar não tem qualquer problema! Aliás, julgo que, em nome dos interesses daquela gente, das legítimas expectativas que eles têm e da volunta-

de generalizada de toda a população daquela região, era bom que o PS mudasse de opinião, porque assim, julgo, encerrávamos um capítulo muito triste da história parlamentar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral):** — Também para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro

**O Sr. José Junqueiro (PS):** — Sr Presidente, a nossa opinião sobre esta matéria mantém-se. Foi uma no passado e é exactamente a mesma agora não existem, objectivamente, condições para a criação de concelhos que, como este, não estão de acordo com a lei-quadro.

Nós dissemos que estava encerrado um ciclo.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP):** — Mas porquê? Criaram-se outros concelhos!

**O Orador:** — ... pela nossa parte, relativamente à criação de concelhos e gostaríamos de fazer uma discussão global sobre esta matéria. Portanto, continuamos a ser claros e a assumir a mesma posição com grande verdade e frontalidade.

Agora, aquilo que o PSD continua a não dizer é que teve a possibilidade de fazer um agendamento potestativo — sem escrever cartas a ninguém e sem fazer política por correspondência — e obrigar aqui à discussão e votação do projecto de lei que tinham apresentado.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PS):** — Com os senhores a votarem contra?

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Srs. Deputados, concluída a apreciação desta petição, creio que foi importante registar — e é isto que quero dizer aos senhores que estão connosco nas galerias — que, através do exercício do direito de petição, a matéria da restauração do concelho de Canas de Senhorim foi aqui discutida e abordada. Aliás, creio que o objectivo, nesta fase, era o de que, com o exercício do direito de petição, a matéria voltasse à Assembleia da República, como voltou.

Evidentemente que a petição esgota-se no momento deste debate, mas há-de ter, com certeza, as consequências que tem qualquer debate parlamentar dentro da própria Assembleia.

Portanto, eu agradeço aos Srs. Deputados que interviewaram e agradeço aos peticionários que permitiram este debate que agora dou por encerrado.

*Neste momento, registaram-se manifestações de protesto de público presente nas galerias*

Eu bem tentei, mas não consegui...

De qualquer forma, posso corrigir o que disse, porque acho que, no essencial, consegui que as coisas terminassem bem.

Agradeço a forma como estão a sair da Sala, o que nos permite continuar com a reunião.

Srs. Deputados, vamos, então, prosseguir os nossos trabalhos com a apreciação da petição n.º 164/VII (4.º), apresentada pela Associação de Estudantes do Instituto Superior de Tecnologias da Saúde, solicitando que se adoptem medidas que permitam resolver a grave crise que atravessa

o Instituto Superior de Tecnologias da Saúde (ISTS) de Lisboa

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares

**O Sr. Bernardino Soares (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A situação criada no Instituto Superior de Tecnologias da Saúde frustrou as expectativas dos estudantes que nele empenharam o seu esforço, o seu estudo e cujas famílias, tantas delas de origem social menos favorecida, fizeram um esforço muito grande para que os seus filhos pudessem frequentar este ensino superior.

A verdade é que a decisão tomada pelo Ministério da Educação tem toda a cobertura legal. A decisão do encerramento da escola por não estarem homologados os seus cursos, foi tomada dentro da legalidade, mas o que já não tem qualquer tipo de cobertura legal, nem sequer política, nem sequer ética, é a desresponsabilização que, durante meses, o Ministério da Educação teve para com as expectativas e os problemas criados a estes estudantes. Desresponsabilização essa que chegou ao ponto de, apesar de os estudantes se manifestarem com grande firmeza e veemência em frente do Ministério da Educação durante meses a fio, só ao fim de vários meses é que uma equipa do Ministério da Educação se dignou a recebê-los para ouvir as suas propostas na tentativa que faziam de resolver um problema grave que os afligia e de que o Ministério da Educação e o Governo não se podiam desresponsabilizar.

A verdade é que hoje já se adiantou alguma coisa na solução deste problema, avançando-se algumas soluções que, mais do que concedidas pelo Governo do PS, foram conquistadas pela luta destes estudantes.

A verdade é que, apesar disso, estão ainda por garantir diversas situações como a da tentativa de se manterem em Lisboa os estudantes que estavam nesta escola em Lisboa, permitindo que nenhum fique excluído da sua inserção noutras escolas por ser deslocado para outra zona do País, e é ainda preciso garantir o acesso ao bacharelato como nível de formação e, também, o consequente título profissional, que permita o seu desempenho na carreira pública que tanto precisa destes profissionais na área da saúde, de tal forma que o Ministério da Saúde, em clara dissonância com o Ministério da Educação, sempre afirmou, durante este processo, que os técnicos eram precisos e necessários para o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

A verdade é que, sendo esta uma área tão carenciada, sendo esta uma escola que, apesar de não ter os seus cursos homologados, foi a única em que o Governo tomou uma decisão deste tipo, continuamos, tendo por resolver este mistério insondável, a tentar perceber por que e que esta escola teve este tipo de tratamento e porque é que tantas outras escolas na mesma situação não o tiveram.

São, provavelmente, altos designios insondáveis e impensáveis para nós, comuns mortais, que impuseram à equipa do Ministério da Educação esta medida. Altos designios que continuamos a não conhecer com clareza.

Mas esta petição, para além do seu caso particular, a que o PCP continuará a dar toda a atenção, acompanhando o processo que está a decorrer de integração dos estudantes noutras instituições, é também uma acusação contra as sucessivas políticas educativas para o ensino superior assentes no sistema de *numerus clausus* e no desinvestimento no ensino superior público. É, pois, uma acusação contra os governos que empurraram os estudantes para o ensino privado, favorecendo, propositalamen-

te, as escolas e os seus lucros e prejudicando o direito à educação e o investimento no futuro do País

Os sucessivos governos e, por fim, o Governo do PS, que instigou esta ilegalidade, acabou, depois, por aparecer a puni-la cegamente e sem atender aos interesses legítimos daqueles que estavam mais desprotegidos nesta situação

Por outro lado, esta petição é também uma acusação contra o laxismo no controlo do ensino privado em que sucessivos governos aceitaram todas as ilegalidades, permitiram funcionamentos irregulares sem qualquer intervenção e permitiram o pulular de instituições, que, tantas vezes, exploraram e fornecem um péssimo ensino, um ensino de duvidosa qualidade, em muitas situações, aos estudantes que as frequentam

#### Vozes do PCP — Exactamente!

**O Orador** — Esta petição, para além das suas questões particulares, é também uma acusação muito frontal a sucessivas políticas e à política do Governo do PS de desinvestimento no ensino superior público também em áreas carenciadas e de convivência com o desenvolver de um ensino privado tantas vezes à custa dos esforços daqueles que, por causa dos *numerus clausus*, não couberam nas vagas do ensino superior público

#### Aplausos do PCP

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem agora a palavra o Sr Deputado José Cesário para uma intervenção

**O Sr José Cesário (PSD)** — Sr Presidente, Srs Deputados. Discutimos hoje uma petição apresentada pela Associação de Estudantes do Instituto Superior de Tecnologia da Saúde, legalizada pelo Ministério da Educação, em 20 de Agosto de 1997, acerca do encerramento da escola no dia 23 de Março de 1999 pelo mesmo Governo

Este foi um facto que marcou o último Verão. Quem é que não se lembra de todo o «folhetim» que arrastou para as ruas centenas e centenas de estudantes e respectivos familiares com manifestações e cordões humanos, visando sensibilizar a opinião pública e o Governo no sentido de tentar resolver algo que, aparentemente, atentava contra os seus interesses?

Esta é uma situação que estará aparentemente — e digo «aparentemente», porque julgo que nem todos os elementos apontam nesse sentido — resolvida, mas não pode deixar de merecer, da nossa parte, a atenção devida, porque é paradigmática acerca do desleixo e da falta de atenção revelada em todo este processo pelo aparelho do Ministério da Educação e pelos seus primeiros responsáveis políticos

Efectivamente, o Instituto Superior de Tecnologias da Saúde funcionou desde 1995 com quase 700 alunos, que fizeram, inclusivamente, estágios em diversas instituições públicas — hospitais, centros de saúde, etc.

Por outro lado, o Ministério da Educação, como já disse, reconheceu a respectiva Associação de Estudantes, em 20 de Agosto de 1997, os professores, na sua quase totalidade, vinham do ensino oficial e, finalmente, a verdade dos factos é que os profissionais que eram formados por aquela escola eram necessários ao mercado de trabalho. Quem não conhece centros de saúde cujos aparelhos de raios X, por exemplo, não são plenamente utilizados e rentabilizados apenas porque não há técnicos para deles se poder tirar pleno proveito?

Porém, o Ministério da Educação fingiu desconhecer todos estes factos. O Ministério da Educação, que tem uma Inspecção de Educação que deverá obrigatoriamente conhecer todas estas questões, fingiu, durante quase cinco anos, desconhecer tudo isto e, para corolário, em 1999, em Março, acabou por encerrar esta escola

Sr Presidente e Srs Deputados. Esta situação que, repito, estará parcialmente ultrapassada, tem de levar-nos a pensar profundamente em de todo este estado de coisas. O PSD é profundamente contrário à «bandalheira» que durante algum tempo existiu no ensino superior privado, mas a verdade é que também não podemos deixar de responsabilizar claramente as instituições públicas, nomeadamente o Ministério da Educação, pelo facto de, por vezes, parecer divorciar-se daquilo em que tem claras responsabilidades, pelo menos perante a opinião pública

Por isso, Sr Presidente e Srs Deputados, repito que nos fique a lição de tudo isto e que situações destas não se voltem a repetir no futuro

#### Aplausos do PSD

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra, também para uma intervenção, a Sr<sup>a</sup> Deputada Natalina Moura

**A Sr.<sup>a</sup> Natalina Moura (PS)** — Permite-me, Sr. Presidente que, nesta minha primeira intervenção na presente Legislatura, saúde V Ex<sup>a</sup>, desejando-lhe grandes felicidades. Esta saudação é naturalmente extensiva a todas as Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados

Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. À data da entrada da petição agora em apreço, estava o objecto da mesma caracterizado em função de um contexto que hoje se encontra ultrapassado

Importa, no entanto, referir que a petição subscrita por 16 850 cidadãos foi, na ocasião, despoletada pelo facto de o Ministério da Educação não ter reconhecido nem homologado os cursos ministrados no denominado «Instituto Superior de Tecnologias da Saúde» e, ainda, tendo em conta o aditamento do artigo 56º-A ao Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, que prevê o encerramento do estabelecimento de ensino se ao mesmo não tiver sido reconhecido o seu funcionamento.

Recorde-se, em abono da verdade, que o designado «Instituto Superior de Tecnologias da Saúde» entrou ilegalmente em funcionamento no ano lectivo de 1995-1996, para sermos mais precisos, em 13 de Novembro de 1995, sem os requisitos exigidos pela lei, tendo a instituição dado ilegalmente início a sete cursos para que havia requerido autorização

Com efeito, nos termos estabelecidos no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, o funcionamento de estabelecimentos de ensino superior, particular ou cooperativo, onde se pretendam ministrar cursos que confiram grau académico, só pode ter lugar após o reconhecimento desses cursos

O referido Instituto apresentou, entretanto, o pedido de reconhecimento, pedido este indeferido por despacho de 19 de Julho de 1996 do Secretário de Estado do Ensino Superior e devidamente publicitado no *Diário da República*, 2ª série, de 13 de Agosto de 1996

Alheios a este indeferimento, os responsáveis pela instituição continuaram a abrir inscrições para os cursos nos anos lectivos de 1996-1997, 1997-1998 e 1998-1999.

O Instituto em causa não esteve, pois, em condições legais de ministrar cursos superiores nem de conferir graus académicos.

Os estudantes tinham conhecimento da situação. Se houvesse dúvidas, bastava atentar que os cursos nunca constaram dos guias das provas específicas, dos guias de candidatura, que todos os alunos consultam, nem tão-pouco das portarias de fixação de vagas.

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**A Oradora** — Igualmente o despacho de 19 de Julho de 1996, de indeferimento expresso do reconhecimento do estabelecimento, foi publicado no *Diário da República*.

Acresce que, em 28 de Agosto de 1998, foi publicado, num jornal diário, um anúncio onde se confirmava que a instituição em causa não se encontrava reconhecida oficialmente, que o pedido havia sido indeferido e que não se encontrava pendente qualquer processo de reconhecimento.

O Ministério da Educação determinou, em 6 de Abril de 1999, o encerramento do referido Instituto face à existência de indícios de ilícito criminal, tendo accionado, junto do auditor jurídico, os mecanismos necessários à instauração do correspondente processo-crime.

Saliente-se que as alterações introduzidos ao Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março, em nada alterou a situação dos estudantes que, com pleno conhecimento do não reconhecimento, frequentaram os denominados cursos ministrados pela instituição.

A situação não podia ser mais clara, não se podendo invocar desconhecimento e, face ao mesmo, invocar expectativas frustradas.

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**A Oradora** — Pese, embora, toda esta situação, por força da bondade e do diálogo intenso e activo entre alunos, famílias e a equipa ministerial —Ministério da Educação, Departamento de Recursos Humanos da Saúde e o Instituto do Emprego e Formação Profissional—, chegou-se a uma solução consensual que passa pela procura da definição do perfil das instituições que possam credenciar dignamente os alunos, que frequentaram o Instituto, permitindo-se mesmo a candidatura à matrícula e inscrição em cursos do ensino superior da respectiva área de conhecimento no âmbito do novo regime de cursos especiais para acesso ao ensino superior.

Deu-se, pois, por um lado, desta forma, um sinal inequívoco de que o laxismo e o caos institucional têm os dias contados, e, por outro lado, ficaram acautelados e salvaguardados os percursos profissionais de cerca de 600 alunos.

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**A Oradora** — Saliente-se que só agora a lei determina o encerramento compulsivo de estabelecimentos de ensino, em situações similares a esta, ao contrário do que aconteceu no passado, não se podendo ignorar nem esquecer que, durante mais de uma década, assistimos à proliferação da existência de algo que ficou conhecido como «universidades em vão de escada».

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**A Oradora** — Sr Presidente, Sr. e Srs Deputados. Congratulamo-nos pela forma como o Governo actuou, não alheando do rigor e da exigência a tolerância.

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem, agora, a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Muito obrigado, Sr Presidente.

Srs Deputados, discute-se se esta petição está ultrapassada. Creio que o bom senso exigiria que tivéssemos algum cuidado ao tirar conclusões apressadas a esse respeito. A verdade é que os alunos não foram ainda integrados noutras escolas, apesar de já estar prevista a forma como deveriam vir a fazê-lo os alunos que estão a cursar aquela escola e os já formados ou com estágio em curso, e é sobretudo preocupante que o Ministério da Educação tenha vindo a adiar sucessivamente a assinatura do protocolo que permite a conclusão deste processo.

Devo dizer, no entanto, que o Ministério da Educação merece congratulação pela decisão que tomou, no sentido de fechar este Instituto. E é certo, também, que, antes de 1999, não havia disposição legal que permitia, nesse âmbito, fazer esta intervenção.

Não deixa, no entanto, de ser preocupante, condonável e criticável que, durante cinco anos, a tutela tivesse permitido o desenvolvimento de uma situação que, por ter sido comum nesta vaga de aparecimento de várias «universidades de vão de escada» (como já aqui foram chamadas), não se tornava menos grave. Tal era indicador de um facto de burla, porque de burla se tratava, a promessa aos estudantes de que o problema estaria em vias de resolução, embora não resolvido ainda, à luz daquilo que foi a tradição permissiva de vários ministérios e ministros da educação anteriores. Não deixava de ser uma forma de levar os alunos ao engano.

E é por isso, justamente, perante a sensibilidade da situação em que eles se encontram, que se torna tão grave que o problema não tenha sido resolvido. Mas creio que, sobretudo, não está ultrapassado por ser um problema genérico da regulação do ensino privado que nos interpela de alguma forma. E creio que essa é a questão fundamental, para além deste exemplo tão importante que nos é colocado.

As condições de licenciamento das instituições do ensino particular e cooperativo merecem uma atenção desta Assembleira. É que nós temos quadros docentes completamente instáveis, temos situações em que há uma predominância de professores que são «canibalizados» das universidades públicas, temos situações em que não se conseguem compor, com mestres e com doutores, as unidades de direcção pedagógica e científica das várias escolas do ensino privado e cooperativo, há equiparação sistemática às condições laborais em condições extremamente deficientes entre os vários quadros do ensino; são autorizados — e foram autorizados! — a abrir cursos que não têm viabilidade do ponto de vista do mercado de trabalho e que não têm viabilidade científica no nosso país.

e, sobretudo, temos, ainda por cima, um processo de avaliação do ensino e das instituições privadas que continua emperrado nas teias da burocracia, sem que se possa compreender por que é que, à semelhança de processos que, com mais rigor e mais celeridade, ocorreram no ensino público, não se têm vindo a desenvolver.

Compreenda que é por isso que eu tenho tanta preocupação pelo facto de poder ouvir da bancada da maioria e da bancada que representa a sustentação tão fiel ao Governo da República a argumentação de que tem de continuar a ser verdade a tal interpretação do ditado de que «a culpa morre mesmo solteira». É uma péssima forma de se pensar em política a convicção, quase diria a arrogância, de que «a culpa morre solteira», porque isso permite tudo a uma maioria, como permitiria tudo a uma minoria que assim pensasse também.

Mas, enfim, felizmente, neste fim de sessão, eu não me arrisco a ser interpelado, numa destas interpelações de interpretação tão livre como a que aqui tem vindo a ocorrer, numa digressão acerca da maiéutica desta questão.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para uma intervenção, que será a última, tem a palavra o Sr Deputado Silvio Rui Cervan

**O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs. Deputados Uma nota prévia para uma questão que é absolutamente essencial, que é a forma como funciona efectivamente a fiscalização em Portugal.

Esta petição pede a esta Assembleia, se formos estritamente rigorosos, uma matéria que não é do âmbito desta Assembleia, senão na nossa missão fiscalizadora em termos da acção governativa.

Quero dizer à Sr.ª Deputada Natalina Moura que, se os cursos não constavam dos guias, se os cursos não constavam das portarias, se não tinham professores e se não tinham condições, fecharam e fecharam bem. E nós assumimos o ónus de dizer aqui que fecharam bem.

Defendo o ensino superior privado, mas defendo o ensino superior privado com qualidade. Defendo com uma filosofia diferente daquela que aqui foi referida pelo Sr. Deputado do PCP, porque defendo um sistema concorrencial e alternativo, não defendo apenas um sistema complementar e subsidiário. Mas, no âmbito desse sistema concorrencial e alternativo, defendo os critérios de absoluta qualidade: qualidade pedagógica, qualidade científica e também qualidade, como é óbvio, ao nível das infra-estruturas. E o Estado tem sempre essa missão fiscalizadora.

Onde julgo que o Ministério andou mal e aquilo que entendo que se deve verberar o Ministério foi na gestão das expectativas. Efectivamente, o que aconteceu foi uma má gestão de expectativas, porque os alunos foram durante meses sucessivos enganados e o «folhetim» a que assistimos — e que aqui já foi referido pelo Sr. Deputado José Cesário — foi um folhetim absolutamente lastimável e lamentável, porque o Ministério não agiu com a celeridade com que deveria ter agido, e tinha de ter a coragem política para o ter feito e para ter assumido o ónus de uma decisão que entendia ser correcta.

Uma última nota que aqui deixo e que julgo ser francamente positiva é um documento que foi discutido a semana passada no Conselho Nacional de Educação da autoria do Professor Adriano Moreira, e que julgo que todos os Deputados, nomeadamente os ligados à área da educação, deviam também sobre ele debucar-se, porque a forma como, neste momento, se lançou o anátema sobre o ensino superior privado pode levar a que agora seja

tarde para constituir um ensino superior privado de qualidade. E isto por quê? Porque, efectivamente, se lançou sucessivamente o ensino superior privado como um ensino subsidiário e como um ensino que nunca teria possibilidade de ser concorrencial. E hoje vem-se com uma falácia não falar do que é bom e do que é mau mas do que é público e do que é privado, quando o critério desde início sempre deveria ter sido o ensino público que é bom fica e o ensino público que é mau fecha, o ensino privado que é bom fica e o ensino privado que é mau fecha.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de palavra, dou por encerrado o debate da petição n.º 164/VII.

A próxima sessão plenária realizar-se-á quarta-feira, dia 17, às 15 horas, com a ordem de trabalhos a fixar oportunamente pela Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 20 horas

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Casimiro Francisco Ramos  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Vítor Manuel Caio Roque

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Eduardo Ribeiro Pereira  
Luís Pedro de Carvalho Martins  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel António dos Santos

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
Artur Ryder Torres Pereira  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
Domingos Duarte Lima  
João Bosco Soares Mota Amaral  
Luís Manuel Machado Rodrigues  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

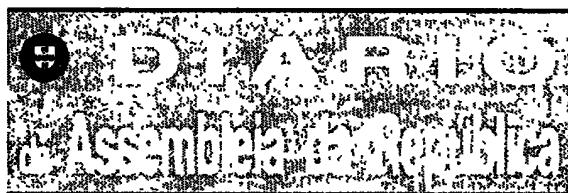
Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
José Honório Faria Gonçalves Novo

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António de Magalhães Pires de Lima  
Narana Sinai Coissoró

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 460\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa